

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

GIOVANNA DE ABREU ANTONACI

OS PRESOS COMUNISTAS NOS CÁRCERES DA ILHA GRANDE (1930-1945)

Niterói
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GIOVANNA DE ABREU ANTONACI

Os presos comunistas nos cárceres da Ilha Grande (1930-1945)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em História
da Universidade Federal Fluminense
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

Niterói
2014

GIOVANNA DE ABREU ANTONACI

OS PRESOS COMUNISTAS NOS CÁRCERES DA ILHA GRANDE (1930-1945)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em História
da Universidade Federal Fluminense
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Orientador

Prof.^a Dra. Sonia Regina de Mendonça (UFF)
Arguidora

Prof.^a Dra. Myrian Sepúlveda Santos (UERJ)
Arguidora

Suplente

Prof.^a Dra. Luciana Lombardo Pereira (PUC)

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

AGRADECIMENTOS

Todos os agradecimentos que eu li em busca de inspiração começavam pela família. Alguns pareciam mais levados pela convenção, outros eram mais emocionados. Aqui, trata-se de uma questão de justiça. Ninguém, mas ninguém mesmo aguentou tantas oscilações de humor quanto os meus pais, Linda e Giuseppe, algumas vezes com a resistência devida, outras simplesmente entendendo que escrever uma dissertação não é saudável para ninguém. Sem todas as ajudas prestadas e oferecidas esta dissertação certamente não existiria.

Ainda no ramo familiar, agradeço ao Giuseppe, o filho, por sempre me fazer reafirmar que História é ciência e tão válida quanto Estatística; à Gabi por me defender contra o namorado e entender as angústias do magistério e da academia; a todos os tantos tios e primos que fingiram não achar estranho ou irresponsável uma pessoa ter que escrever em pleno Natal. À Clara, por não ter papas na língua e dizer que é estranho e irresponsável escrever uma dissertação em pleno Natal.

Ao lado carcamano da família, por serem simpáticos, barulhentos, brigões, numerosos e cada vez mais numerosos, como uma verdadeira família ítalo-brasileira deve ser.

Fiz da UFF minha segunda casa por intensos oito anos, e contando. Não importa o que aconteça com aquele espaço já tão cimentado, as boas lembranças de dias felizes descansando no gramado e os amigos que fiz por lá ficarão para sempre. Destaco com estrelinhas aqueles do que “começou como chapa, virou um grupo de amigos” e agora fazem o blogue *Capitalismo em Desencanto*. Ao Flávio, por ser tão bom ouvinte; à Mariana, que consegue ser doce e agressiva ao mesmo tempo; ao Lucas e a toda essa beleza, por dentro e por fora; ao Artur e ao Paulo por serem os ausentes mais presentes; às conversas de Gtalk do Renato; ao Rael, tão desligado e ótimo amigo; à Polly, e toda sua maturidade no auge dos seus vinte e dois aninhos; ao Ivan, um cara que do seu jeito próprio, com seus palavrões próprios, é simplesmente maravilhoso; ao adormecido, mas nunca extinto, Bonde do 996, ao Fábio e sua *intelligentia*; ao Marco e suas notas máximas em tudo na vida, inclusive na amizade, e à Juliana, que de repente se tornou a melhor amiga que os gramados uffianos poderiam me presentear, companheira para todas as horas. Ao Wesley e ao Zé, as melhores cerejas desse bolo.

Pessoas como o André, Pablo, Rafaela-Rafinha, Leandro, o do samba, e Raíssa fazem a vida parecer mais fácil em alguns momentos, mais desafiadora em outros, mas sempre mais interessante. A Marcela foi quem desbravou a Ilha Grande comigo, fizemos

história oral porque estávamos de férias, e me deu essa brilhante ideia de unir o útil ao agradável. O Paulo Campos, o Paulinho, me ajudou a desbravar toda aquela loucura dos *Atos Delituosos da Ditadura* e sempre esteve pronto para minhas dúvidas e lamúrias facebookeanas. O Taiguara é o tipo de amigo que merecia ser chaveirinho de bolso, para deixar de ser uma presença virtual e voltar a ser a presença de abraços fortes e muito amor que tanto faz falta.

As outras melhores amigas, companheiras de tabuada e de “É tudo ou nada?”, me foram apresentadas pela Bárbara, que, de tão importante, poderia estar em uns três parágrafos deste texto. Bia, Michelle e Fernanda, sempre simpáticas e atenciosas; Marluce, minha *soul*; Larissa e toda sua animação; Eliza e os vários dias de companheirismo no CCBB; Tati e aquele sorriso lindo; a doce Flora; a viajada Natassja e suas respectivas enzimas; Bruno, Jaime, Miguel e, de novo, o Rael. Ele é jornalista? Ele é historiador? Não! É Kapa, o melhor guia da vida *playboy* carioca. Agregamos em nossos corações, como um dia também fui agregada, o André, a Luisa, e o Fafito, a quem agradeço por mandarem qualquer tristeza embora e por serem tão boa-gente.

É impossível esquecer pessoas como Marília e Raphael, Rafael Rodrigo, Dalai, Bernadete e o casal Isabela e Vavá. A seu modo, cada um ajudou no trabalho inegavelmente solitário da escrita de uma dissertação, nem que fosse cobrando a minha presença ou se fazendo presentes no meio virtual. A Mariana, a Arantes, me conhece desde antes de todos esses amigos, me vê muito menos do que qualquer um deles, e, independente de quem eu seja ou onde eu esteja, mais que minha amiga, é um pedaço de mim.

Nas aulas do mestrado conheci pessoas maravilhosas, como a Fernanda, a Janaína, a Amanda, o Leonardo e o João Paulo. Outros, conhecidos de longa data, foram importantíssimos nas dúvidas e angústias: Maria Isabela, Alan, Alexandre, a Larissa, e a Ludmila, tão linda, fofa e pé-na-porta. Os cursos da professora Gisele Venancio e do professor César Honorato foram cruciais para o desenvolvimento da pesquisa; as professoras Sonia Regina de Mendonça e Myrian Sepúlveda Santos, não apenas me ensinaram coisas valiosas em sala de aula, como aceitaram ler esta dissertação, e, por isso, agradeço tamanha gentileza. Os debates acadêmicos, políticos e educacionais do grupo de estudos Mundos do Trabalho são uma verdadeira prova de que não podemos esquecer cada uma das funções do historiador. Cito em especial o Demian, a Rejane, o Rômulo, o Hugo, a Clarice, a Luciana, meu acalanto na qualificação, a Júlia e a Marisa, por terem pesquisas tão nobres e tão utilizadas neste trabalho.

Ao Marcelo Badaró, devo minha sincera admiração por ser um exemplo pessoal e profissional, e por ter me concedido tanta paciência. E desculpas, justamente por ter exigido tanta paciência. Ainda não é a torcida do Flamengo, mas muitos teríamos um desgosto profundo, se não existisse o Marcelo no mundo.

Certas pessoas fazem o seu trabalho, outros fazem do seu trabalho a diferença na vida de alguém. E é isso que os atendentes do AMORJ, do APERJ e principalmente da biblioteca do CCBB fizeram. Um “bom dia” dado com vontade sempre faz a diferença. Assim como aquele café na hora do sono. E, por isso, agradeço ao quarteto fantástico do Curto Café, Gabriel, Rômulo, Sharlie, e Sérgio, verdadeiros paladinos da atenção e gentileza no caótico centro do Rio.

Agradeço ao CNPq, por financiar até as ciências que não dão retorno financeiro, mesmo que a contragosto.

Sem os presos políticos, não existiria o que pesquisar, mas alguns foram realmente apaixonantes. Cada um à sua maneira, Gregório Bezerra, Graciliano Ramos e Carlos Marighella trouxeram poesia, exemplos de vida e de luta. Que a dedicação deles e de outros tantos militantes, homens e mulheres, por um mundo melhor e mais justo sirva de inspiração pra gerações e mais gerações de “sonhadores”.

Liberdade

*Não ficarei tão só no campo da arte,
e, ânimo firme, sobranceiro e forte,
tudo farei por ti para exaltar-te,
serenamente, alheio à própria sorte.*

*Para que eu possa um dia contemplar-te
dominadora, em fêrvido transporte,
direi que és bela e pura em toda parte,
por maior risco em que essa audácia importe.*

*Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma,
que não exista força humana alguma
que esta paixão embriagadora dome.*

*E que eu por ti, se torturado for,
possa feliz, indiferente à dor,
morrer sorrindo a murmurar teu nome.*

Carlos Marighella – São Paulo, Presídio Especial, 1939.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar o cotidiano dos presos comunistas na prisão da Ilha Grande (Colônia Correccional de Dois Rios), que abrigou um dos presídios mais importantes para os governos de Getúlio Vargas (1930-1945). Procuraremos explicar como funcionava a organização dos presidiários, chamada de “coletivo”, sua inserção dentro das atividades prisionais, sua participação nas discussões políticas, e, principalmente, como eles decidiram narrar esses momentos em suas memórias, as construções de narrativa e suas afirmações enquanto importantes membros do Partido Comunista Brasileiro. Além disso, buscaremos compreender as relações estabelecidas entre presos políticos, presos comuns e funcionários dentro dos presídios, bem como a relação desses com os moradores da Ilha. Embora em vários trabalhos sobre os governos Vargas ou sobre a Ditadura Militar a presença dos presos políticos seja mencionada, ainda temos uma carência de estudos que priorizem esses atores como um importante grupo de oposição ao regime que se impunha, principalmente na Ilha Grande. Por isso, existe a necessidade de união entre as várias fontes bibliográficas mais amplas e as literaturas de testemunho para a construção de uma visão mais precisa do objeto já citado.

Palavras-chave: Era Vargas; Ilha Grande; comunismo; Partido Comunista Brasileiro; prisão; presos políticos.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I – O primeiro governo Vargas e a dinâmica da repressão	
1.1. Crise de hegemonia e revolução passiva	14
1.2. Conjuntura e repressão	17
1.3. Políticas repressoras no Brasil	35
Capítulo II – O grito dos excluídos: literatura de testemunho, trajetórias e memórias	
2.1. A literatura de testemunho	49
2.2. Presos políticos	
2.2.1. <u>João Lopes</u>	54
2.2.2. <u>Leôncio Basbaum e Uma vida em seis tempos</u>	57
2.2.3. <u>Roberto Morena</u>	60
2.2.4. <u>Antonio Maciel Bonfim</u>	62
2.2.5. <u>Heitor Ferreira Lima e o Caminhos Percorridos</u>	64
2.2.6. <u>Heron Pereira Pinto e o Nos subterrâneos do Estado Novo</u>	67
2.2.7. <u>Graciliano Ramos e o Memórias do Cárcere</u>	69
2.2.8. <u>Eduardo Xavier</u>	82
2.2.9. <u>Gregório Bezerra e o Memórias</u>	83
2.2.10. <u>Agildo Barata e o Vida de um revolucionário</u>	86
2.2.11. <u>Carlos Marighella</u>	88
2.2.12. <u>Hermínio Oupretano Sardinha e o Memórias de um médico: Ilha Grande</u>	90
Capítulo III – Dois Rios de memórias: o cotidiano da prisão comunista	
3.1. Apresentação	93
3.2. Histórico das instituições carcerárias da Ilha Grande	95
3.3. O cotidiano prisional	
3.3.1. <u>Os primeiros contatos</u>	99
3.3.2. <u>Chegada, inspeção, triagem</u>	101
3.3.3. <u>Estrutura da prisão</u>	104
3.3.4. <u>O Coletivo</u>	107
3.3.5. <u>Artesanato</u>	113
3.3.6. <u>Estudos/ cursos/ palestras</u>	114
3.3.7. <u>Alimentação</u>	116
3.3.8. <u>Saúde</u>	118
3.3.9. <u>Visitas e relações familiares</u>	120
3.3.10. <u>Comunicação externa</u>	122
3.3.11. <u>Trabalho</u>	123
3.3.12. <u>Vigilância</u>	126
3.3.13. <u>Fugas</u>	127

3.3.14 <u>Torturas e castigos</u>	129
3.3.15 <u>Comércio</u>	131
3.3.16 <u>Lazer, esportes e festividades</u>	132
3.3.17 <u>Relação com os presos comuns</u>	135
Conclusão	138
Bibliografia	141

INTRODUÇÃO

Um dos períodos mais emblemáticos da história do nosso país é a chamada Era Vargas. Nem mesmo a Ditadura Militar, ou o Lula e seu “neopopulismo” foram capazes de apagar do imaginário político de forte apelo popular a pessoa considerada um exemplo de governabilidade: Getúlio Vargas. Porém, o período que vai de 1930 a 1945 não viveu apenas dos sindicatos tutelados ou dos discursos no rádio, mas também de muita repressão. Podemos afirmar, inclusive, que este é um dos pilares da governabilidade de Vargas e de seus grupos políticos. O nosso objetivo aqui é demonstrar como a prisão foi um depósito de pessoas que não podiam fazer parte dessa nova sociedade capitalista-industrial construída para não ver conflitos de classe ou ideológicos.

Dentro deste corte temático e cronológico, escolhemos tratar da prisão da Ilha Grande, um distrito de Angra dos Reis, cidade da costa verde do Rio de Janeiro. Pode parecer um tema bastante delimitado, porém, a partir do momento em que os presos desfrutavam de certa liberdade extramuros da prisão, podiam conviver com moradores e funcionários, o que torna necessário o estudo dessa relação entre os distintos grupos de presos políticos, presos comuns, moradores e/ou funcionários, além da forma como os presos comunistas conviviam entre si. Nossa hipótese é que a vigilância acabava estendendo-se também para toda a ilha, e a forma como isso se dava é de suma importância para nossa pesquisa.

A estrutura desta dissertação conta com três capítulos, divididos sob os seguintes temas: a Era Vargas e as organizações políticas; personagens importantes para nossa pesquisa e seus livros de testemunho; e, por último, a Ilha Grande. No primeiro capítulo pretendemos apresentar o contexto histórico da Era Vargas, em especial a repressão implementada pelo governo, tanto nas ruas quanto na política prisional. Será necessário, por conta disso, analisar sinteticamente os vários momentos históricos importantes para nossa pesquisa. Também será importante complementar o que for necessário em relação à história dos movimentos políticos mais importantes da Era Vargas: o comunismo e o integralismo, e suas organizações, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB), bem como o Partido Comunista do Brasil (PCB). Para melhor discutir a política repressora do Brasil, vamos também analisar a teoria do desenvolvimento da prisão na modernidade, bem como as formas com que esta política prisional foi implementada no país no período citado.

O segundo capítulo trata da apresentação dos principais personagens trabalhados, como os militantes políticos. Ao longo da pesquisa, percebemos uma necessidade não apenas de narrar como eram as vidas dessas pessoas na Ilha Grande, mas também de fazer uma breve trajetória até aquele momento, principalmente sua atuação política. São eles, Hermínio Ouropretano Sardinha, o médico e diretor interino da Colônia Correcional de Dois Rios, os militantes João Lopes, Leôncio Basbaum, Roberto Morena, Antonio Maciel Bonfim, Heitor Ferreira Lima, Heron Pereira Pinto, o escritor Graciliano Ramos, Eduardo Xavier, Gregório Bezerra, Agildo Barata e Carlos Marighella. Infelizmente é muito difícil tecer alguma biografia dos presos comuns, visto que não foi possível encontrar qualquer forma de testemunho sobre eles além de pequenas aparições nas narrativas dos presos políticos. Neste capítulo também discutiremos a teoria acerca da literatura de testemunho e de biografias. A partir desta análise poderemos definir melhor os princípios para a utilização das biografias e autobiografias utilizadas na dissertação.

Este debate foi de suma importância para a compreensão da narrativa e análises elaboradas no terceiro e último capítulo, especificamente sobre a prisão da Ilha Grande. Nele, foi nossa intenção fazer um pequeno histórico da implementação das prisões na ilha, e depois, compreender como era o funcionamento dessas prisões, o cotidiano de trabalhos realizados, serviços prestados à população, o lazer, a formação de coletivos e células comunistas, a violência praticada contra os presos ou contra os moradores. Também procuramos entender a relação entre os presos comuns, presos políticos, moradores e funcionários da ilha, a partir do momento em que estes indivíduos se encontram em vários espaços de sociabilidade, como já foi dito anteriormente. Outra pergunta a que pretendemos responder é a forma como o Estado se fazia presente na prisão e na vida dos moradores daquela área, não apenas com as leis e regras para o funcionamento da prisão, mas também com as comemorações das datas cívicas, a permissão para visitas de jornalistas e mesmo com as fiscalizações realizadas e audiências nas Câmaras dos Deputados.

CAPÍTULO I – O PRIMEIRO GOVERNO VARGAS E A DINÂMICA DA REPRESSÃO

1.1. Crise de hegemonia e revolução passiva

O período do primeiro governo de Vargas (1930-1945) é um dos momentos mais estudados da trajetória do Brasil Republicano. Não seria nossa pretensão apresentar algum tipo de síntese sobre os acontecimentos daquele período. Cabe-nos, no entanto, situar as linhas gerais de análise através das quais nos aproximamos do nosso objeto de estudo específico a partir de determinados referenciais teórico-conceituais.

Dois conceitos fundamentais, formulados pelo pensador revolucionário Antonio Gramsci, são para nós essenciais para a compreensão do período histórico abordado nesta pesquisa: crise de hegemonia e revolução passiva. A crise de hegemonia é caracterizada por uma crise em que “nenhum grupo, nem o conservador, nem o progressista dispõe de força necessária para vencer o outro grupo e até o grupo conservador precisa de um líder”¹ que consiga conciliar os vários grupos, mas principalmente manter o grupo dominante ainda em seu lugar como dominante e, conseqüentemente, o grupo dominado em seu lugar como subalterno. Nesse ponto pode entrar a figura do César, do chefe carismático, que caracterize a união do grupo conservador e do progressista, que no nosso caso foi Getúlio Vargas. Porém, o perigo do cesarismo, alerta Gramsci, é a personificação do herói, como aconteceu com o ditador supracitado.² Virgínia Fontes adverte para a compreensão dificultada da crise de hegemonia, decorrente da homogeneização em “blocos” tanto da classe operária quanto da burguesia. A fraqueza da burguesia está apenas em não conseguir produzir um consenso, mas de maneira nenhuma se trata de uma fraqueza de seu poder social ou econômico, visto que ela continua tirando vantagens do atraso e impõe, via coerção, direção política e econômica para sua própria expansão. Ao mesmo tempo, enfatizar a fraqueza da classe operária faz com que não seja compreensível a necessidade de um golpe de Estado, que incide em uma forte repressão sobre todas as formas organizativas dos trabalhadores.³ Tal coerção acontece porque o grupo dominante, como vimos antes, se fragmenta dentro do bloco ideológico e, por isso, a coação tem que substituir o

¹ MATTOS, Marcelo Badaró de. “Qualificando a intervenção: conceitos de Gramsci, análise histórica da sociedade brasileira e projeto político socialista”, p. 80.

² GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.. p. 61.

³ FONTES, Virgínia Maria. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil”. *Reflexões impertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005. p. 211.

caráter “espontâneo”, podendo estar apenas disfarçada ou ser até mesmo um golpe de Estado, como aconteceu em 1937.⁴

Através do exemplo da Unificação Italiana, no século XIX, Gramsci demonstrou como acontece a revolução passiva, ou revolução-restauração. Ainda que seja um processo de ruptura com o regime anterior, a revolução passiva nunca promove um desligamento completo entre a antiga forma de estruturação do poder e a atual. O importante, nesses casos, é barrar uma possibilidade real de ascensão das classes dominadas ao poder.⁵ E, por isso, o Estado assume a posição dirigente sobre o conjunto da sociedade, englobando o projeto da classe dominante de avanço do capitalismo, mas não um projeto burguês de revolução, e passa a coagir as forças das classes dominadas. No caso italiano não se tratava de que todas as regiões do país tivessem a sua classe dirigente e elas se juntassem para promover a unificação italiana, mas sim que a monarquia do Piemonte cumpriu essa função, que harmonizava os desejos e aspirações com as classes dominantes de todo o país.⁶ Sobre isso, Gramsci esclarece que

Este é um fato de máxima importância para o conceito de ‘revolução-passiva’: isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o ‘dirigente’ do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática.⁷

Caso um grupo exerça a função de domínio, mas não a de direção, haverá uma ditadura sem hegemonia. Esta forma de ditadura é construída como a soberania de parte deste grupo social sobre todo o grupo, e não do grupo social sobre todas as outras forças ou grupos sociais.⁸

Devemos enfatizar que o processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução popular, realizada de baixo, implica a presença de dois movimentos: o da “restauração”, já que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical “de baixo para cima”; e o da “renovação”, pois muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes.⁹ Para realizar essas mudanças, mas preservando a ordem, reprimindo a organização e as mobilizações das

⁴ GRAMSCI, Antonio. “Caderno 19 (1934-1935): [Risorgimento italiano]”. *Cadernos do Cárcere, volume 5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. p. 64.

⁵ MATTOS, op. cit., p. 79.

⁶ GRAMSCI, “Cadernos Miscelâneos – Caderno 15 (1933)”, *Cadernos do Cárcere, volume 5*. p.328.

⁷ Ibidem, p.329.

⁸ Ibidem, p.330.

⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 83; GRAMSCI, *Cadernos do cárcere, vol.5*, p.329

classes subalternas, é preciso que a revolução passiva valorize a iniciativa estatal.¹⁰

Percebemos então que o processo que desencadeou a Revolução de 1930 pode ser muito bem interpretado à luz da revolução passiva, pois decorre da impossibilidade de cada fração das classes dominantes se impor isoladamente ou de convencer as outras de uma direção comum. Essas frações das classes dominantes apostaram no fortalecimento do Estado e em torno dele garantiram seus interesses específicos, além do acordo geral de conter as mobilizações dos subalternos, ainda que tenham aceitado certas demandas provenientes das organizações políticas dos trabalhadores, efetivados através da legislação trabalhista.¹¹

A partir da implementação do novo Estado, é importante definir como se dará a manutenção deste governo. O Estado ampliado é analisado no Caderno 13, de Gramsci, como uma “dupla perspectiva”, da força do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade.¹² A união de diversas situações conflitantes, como o embate entre os grupos dominantes, mais a necessidade do aprendizado de um novo modo técnico, somada à elaboração sobre os impasses externos e a necessidade de contenção dos movimentos sociais urbanos, leva à ampliação do Estado, voltada para a absorção, a partir de uma ordem centralizada, dos grupos dominantes, para assegurar a reprodução destes grupos dominantes. Estes tomam posto em agências e outros órgãos coercitivos do Estado, para reforçar o poder, agora do Estado, sobre as massas populares.¹³ Além disso, elas já se organizavam em espaços da sociedade civil, como associações, sindicatos, fundações privadas etc., onde eles fortaleciam suas propostas e sua unidade e difundiam como propostas de interesse nacional, formando consensos sobre os setores dominados.¹⁴

Porém, segundo Virgínia Fontes, esse processo de nacionalização do Estado é limitado ou, como ela diz, truncado, pois “*constituiu-se um Estado enquanto monopólio da violência legítima, mas apenas entre as diferentes frações das classes dominantes. A violência exercida por elas sobre os setores subordinados continuaria aberta e ilimitada, [...]*”.¹⁵ Além disso, a centralização da coerção não se faz apenas como violência brutal, mas também como institucionalização e normatização. Organizam-se setores policiais e/ou civis de informação, controle da divulgação cultural e são aprovadas regras e

¹⁰ MATTOS, op. cit., p.83; GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, vol. 5, p.330.

¹¹ FONTES, op. cit., p.186.

¹² MATTOS, op. cit., p.77.

¹³ FONTES, op. cit., p.188.

¹⁴ MATTOS, op. cit., p.76.

¹⁵ FONTES, op. cit., p.188. Grifo da autora.

restrições. Tudo isso para dismantelar de forma sistemática e legalizada as iniciativas e organizações populares. O Estado, dessa forma, se torna “nacional” por agregar a multiplicidade de grupos dominantes, mas ao mesmo tempo, truncado por não admitir a incorporação de organizações autônomas dos grupos subalternos.¹⁶

Ainda que a dimensão coercitiva tenha nitidamente predominado nas relações estatais daquele período, é preciso reconhecer que, mesmo num processo de revolução passiva, quando a ampliação do Estado é seletiva, para usar novamente uma expressão de Fontes, ele tem a função de educador da sociedade, ou seja, de “criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar essa civilização e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção”.¹⁷ A partir daí, se forma também o indivíduo de forma singular, incorporando-o ao “homem coletivo”. É através do consenso e da coerção que o Estado educador forma ou coage este novo homem.

1.2. Conjuntura e repressão

Resgatando alguns períodos centrais do esforço coercitivo estatal, podemos marcar quatro grandes momentos de ênfase coercitiva que geraram, entre outros aspectos, aquele que mais interessa ao nosso estudo, o encarceramento sistemático dos considerados inimigos do regime: o imediatamente posterior ao golpe que levou Getúlio à presidência; a sequência da chamada Revolução Constitucionalista de 1932; a gigantesca vaga repressiva que se seguiu ao levante da Aliança Nacional Libertadora em 1935 e os primeiros anos da ditadura do Estado Novo.

Apenas oito dias após a chamada Revolução de 1930, Vargas suspendeu a Constituição e fechou o Congresso Nacional. Isso já demonstra o nível de autoritarismo do novo presidente e o quão disposto ele estava a promover as repressões necessárias para manter-se no poder. Já em janeiro de 1931, a Marcha da Fome, organizada pelo PCB em prol dos brasileiros pobres, foi fortemente reprimida, com a presença da Polícia Militar e da Polícia Civil. Na verdade, foi preparada uma grande ofensiva a qualquer sinal de participação da manifestação, inclusive distribuição e leitura de panfletos.¹⁸

Muitos foram os presos após a chamada Revolução Constitucionalista de 1932 e a grande maioria foi transferida para o Rio de Janeiro. Os que precisavam de maior

¹⁶ Ibidem, pp.189-190.

¹⁷ GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere*, vol.3, p. 23.

¹⁸ ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil (1930-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Trad.: Ana de Olga de Barros Barreto. pp. 36-38.

atenção e deveriam ser interrogados foram para os porões do Pedro I, um navio desativado, que ficava atracado na Marina da Glória. Os outros foram para colônias agrícolas como a Colônia Correccional de Dois Rios (CCDR), na Ilha Grande. Embora alguns dos seis mil presos políticos tenham sido anistiados em outubro do mesmo ano, a maior parte continuou presa, inclusive na CCDR, ou foi deportada para Portugal.¹⁹

Entretanto, o movimento que mais nos interessa é a insurreição de novembro de 1935, razão pela qual precisamos analisá-la com um pouco mais de atenção. É importante perceber a quantidade de mitos divulgados, desde a criação da ANL, com o objetivo de fundar um pensamento anticomunista no Brasil, cujas consequências se arrastaram até pelo menos o final da Era Vargas. Alguns autores, como Marly Vianna, procuraram demonstrar que os movimentos de 1935 foram, antes de uma tentativa comunista de golpe, uma revolta tenentista, na verdade, a última das revoltas tenentistas, iniciada em 1922, com a Revolta dos 18 do Forte.²⁰ Veremos ao longo do texto que essa visão é discutível, pois se corre o risco de diminuir o peso da participação do Partido Comunista Brasileiro no levante.

Enquanto o integralismo, à época facilmente identificado com o fascismo, ganhava mais adeptos, inclusive dentro do alto escalão do governo federal, a intensificação das brigas de rua entre integralistas e opositores proporcionava mais e mais pretextos para aumentar a repressão aos manifestantes de rua, operários ou soldados. Daí, em 1934, veio a proposta da Lei de Segurança Nacional (LSN), rapidamente apelidada pelos opositores de Lei Monstro.²¹ A luta contra o integralismo e, em seguida, contra a LSN, que praticamente ilegalizava a militância comunista, foram fundamentais para a aglutinação de forças que gerou a ANL.

Segundo seus organizadores, a ANL não se pretendia

Um partido político, mas um movimento popular, nascido da necessidade em que se acham os brasileiros de emanciparem-se economicamente do jogo estrangeiro e libertarem-se da Lei Monstro, já em votação no Parlamento.²²

Gregório Bezerra afirmava que

Desde o princípio de março de 1935, começou-se a falar na Aliança

¹⁹ Ibidem, pp.50-51.

²⁰ VIANNA, Marly Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.17.

²¹ Ibidem, pp.135-136.

²² *A Platéia*, 21/01/1935, apud CARONE, E., *A República Nova*, p.257; VIANNA, op. cit., p.158.

Nacional Libertadora (ANL). Era uma ampla organização de massas, da qual faziam parte homens e mulheres de todos os partidos, de todas as camadas sociais, de todos os credos religiosos, inclusive militares das três armas. Foi a maior e mais ampla organização de massas criada no Brasil até então e tomou vulto a partir de abril de 1935. Desenvolveu-se por todos os estados da federação brasileira. Muito contribuiu para isso o profundo descontentamento do povo com o governo Vargas e a grande efervescência política devido à tremenda confusão. E uma boa definição ou uma saída para seus problemas. Encontrou essa solução no programa da ANL, muito audacioso para a época. Lembro bem que, entre outras reivindicações de caráter nacional, constava o confisco de latifúndios, sua nacionalização e distribuição gratuita a todos os camponeses sem terra ou com pouca terra e a todos os que nela quisessem trabalhar, a nacionalização das empresas estrangeiras, dos bancos, das minas e das quedas-d'água e o cancelamento de todas as dívidas externas.²³

Depois que a Lei de Segurança Nacional foi aprovada, em 4 de abril de 1935, os ânimos estavam de tal forma exaltados que a polarização aliancistas *versus* integralistas ganhou tons mais dramáticos. Desde abril até junho, foram vários os conflitos entre membros dos dois grupos em todo o país, principalmente porque a reunião de lançamento da ANL escolheu Prestes como seu presidente de honra, e, em maio, o PCB selou seu apoio à organização. Enquanto se fizeram as reuniões para organizar a ANL, a maior parte da diretoria do PCB estava em Moscou. Lauro Reginaldo da Costa, militante aliancista, afirma que, quando a direção do partido chegou ao Brasil, a ANL já estava praticamente formada.²⁴

Mesmo sem a presença do comitê central do partido, acreditamos que não foi apenas o fato de ser um herói do tenentismo que influenciou os membros da ANL para a escolha de Luís Carlos Prestes como presidente de honra. Nessa época, ele já estava na Rússia e já defendia o comunismo. A ideologia já estava difundida entre a população e, inclusive, entre os militares. Perceberemos em breve os pontos em comum do programa político da ANL, escrito por Prestes, e o PCB.

Marly Vianna argumenta que desde 1930 a Internacional Comunista não via a possibilidade iminente de uma revolução no Brasil. Segundo a organização, todos os países da América Latina eram colônias ou semicolônias do imperialismo, e era necessário levar adiante uma primeira etapa nacional-libertadora da revolução, para que fossem adiante criadas as condições para a fase propriamente socialista.²⁵ A vinda de

²³ BEZERRA, Gregório. Memórias. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011. p.230.

²⁴ VIANNA, op. cit., p.144.

²⁵ Ibidem, pp.19; 58.

delegados da Internacional para o Brasil teria o objetivo principal de fazer a transferência do Birô Sul-Americano de Buenos Aires para o Rio de Janeiro. A partir dessas análises, o PCB adere à ANL por ver a possibilidade de transformá-la em instrumento para realizar a primeira etapa da revolução socialista, que é o movimento nacional-libertador e pela luta unificada contra o fascismo brasileiro, o integralismo, o imperialismo e o latifúndio,²⁶ porém continua vendo muitos grupos participantes da ANL como não-revolucionários.²⁷

Acreditamos, pois, que a vinda desses militantes se deve, em grande medida, à propaganda feita por Antonio Maciel Bonfim, que afirmou, em visita a Moscou, que a revolução no Brasil estava próxima e que a população toda demonstrava forte descontentamento com o governo de Vargas. Aderir à ANL significaria, então, tomar a frente num movimento revolucionário que estava prestes a acontecer. E a figura central para essa direção comunista era a de Prestes, já eleito presidente de honra da organização.

A chegada de Prestes ao Brasil e à ANL trouxe significativas mudanças para a organização. Por exemplo, em sua carta de adesão ele já colocava a questão de qual o objetivo da ANL depois da tomada de poder: o Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR), a maior ênfase na luta antifascista e a valorização do proletário na revolução. A palavra de ordem do GPNR foi incorporada plenamente pela ANL, que produziu até mesmo panfletos explicando o que é o governo e como ele deve surgir da luta do povo com armas em punho. O chefe seria incontestavelmente Luiz Carlos Prestes.²⁸

Quanto ao novo programa da ANL, ele se tornou mais radical:

- 1) não pagamento nem reconhecimento das dívidas externas; 2) denúncia dos tratados antinacionais com o imperialismo; 3) nacionalização dos serviços públicos mais importantes e das empresas imperialistas que não se subordinarem às leis do governo popular revolucionário; 4) jornada máxima de trabalho de 8 horas, seguro social (aposentadorias, etc), aumento de salários, salário igual para igual trabalho, garantia de salário mínimo; 5) luta contra as condições escravistas e feudais de trabalho; 6) distribuição entre a população pobre, camponesa e operária, das terras, utilização das aguadas, tomadas, sem indenização, aos imperialistas, aos grandes proprietários

²⁶ Ibidem, p.31; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. p.78.

²⁷ VIANNA, op. cit., pp.73-74.

²⁸ Ibidem, 164-165.

mais reacionários e aos elementos reacionários da Igreja que lutem contra a libertação do Brasil e a emancipação do povo; 7) devolução das terras arrebatadas pela violência aos índios; 8) pelas mais amplas liberdades populares, pela completa liquidação de quaisquer diferenças ou privilégios da raça, de cor ou de nacionalidade, pela mais completa liberdade religiosa e a separação da Igreja do Estado; 9) contra toda e qualquer guerra imperialista e pela estreita união com as Alianças Nacional Libertadoras dos demais países da América Latina e com todas as classes e povos oprimidos.²⁹

Essa radicalização da ANL depois da incorporação de Prestes fez com que vários membros se afastassem da frente, que, assim como alguns membros do PCB, temiam a diretriz de luta armada, por acreditarem que a organização ainda não estava suficientemente madura para uma revolução. Mesmo assim, o movimento revolucionário e de oposição a Vargas continuou com a associação entre o PCB e a ANL e foi orientado a partir de três perspectivas. A ANL possuía núcleos em todo o país e incorporava cada vez mais pessoas, muitas das quais nunca entrariam numa organização comunista como o PCB, desenvolvendo atividades e propagandas em torno do programa de oposição a Vargas da ANL. Sobre isso, Gregório Bezerra comenta do entusiasmo causado na esquerda quando da fundação da ANL: “Era um entra e sai de gente se filiando à ANL que entusiasmava a todos”.³⁰ Além disso, Bezerra afirma ter tido autorização da direção do PCB para convencer os militares a aderirem à aliança. Muitos se identificavam com a frente única, mas não com o PCB, então, essa era uma forma de mantê-los na luta de oposição.³¹ Os tenentes preconizavam a luta armada para tomar o poder, assim como o PCB, que fazia uma avaliação exageradamente otimista da disposição revolucionária das massas. Prestes e seus companheiros da Internacional Comunista (IC) se preocupavam em organizar os operários e, principalmente, em sanar as debilidades do partido em relação ao trabalho do campo.³²

Por conta dessa nova perspectiva mais revolucionária da ANL, a polícia política intensificou sua propaganda contra a organização e passou a considerá-la como um braço da Internacional Comunista no país.³³ O jornal *O Globo*, de 26 de maio do mesmo ano mostrava a seguinte manchete: “SOVIETS NO BRASIL! O Governo está de posse de um plano, vindo da Rússia, visando implantar o comunismo entre nós. Moscou

²⁹ ROSE, op. cit., pp.85-86.

³⁰ BEZERRA, op. cit., p.230.

³¹ Ibidem, pp.230-231.

³² VIANNA, op.cit, p.183.

³³ Ibidem, p.140.

legislando para o Brasil!” Segundo o jornal, o plano dos comunistas era realizar uma “revolução vermelha” simultânea no Brasil, Uruguai e Argentina, e as ordens vinham diretamente da Rússia. O objetivo era “*expurgar da doutrina qualquer ideia, por mais inocente que seja, de internacionalismo, fazendo mesmo do nacionalismo a linha mestra, a espinha dorsal do movimento doutrinário. [...] A doutrina será lançada [...] com o rótulo NACIONALISTA, PARA AGRADAR AS MASSAS.*” Ainda dizia que o primeiro período da revolução deveria ser muito rápido e violento, e que as tropas deveriam fuzilar os oficiais não comunistas, mesmo que para isso tivessem que invadir suas casas. Havia ainda boatos de que a ANL recebia financiamento de Moscou e de que Lampião havia entrado na organização.³⁴

Por causa do crescimento das oposições, Vargas se apoiou ainda mais nos generais e coronéis simpatizantes do fascismo ou da AIB,³⁵ e, diante de tantas “evidências” de que a ANL era tão comunista quanto o PCB, em julho ela foi considerada ilegal a partir da Lei de Segurança Nacional.³⁶ Ao contrário do que poderia se esperar, a notícia da ilegalidade da ANL não foi recebida com manifestações pelas massas,³⁷ mas a direção continuou mantendo a organização de uma revolução que instaurasse o governo nacional e revolucionário.³⁸ Já naquele momento podemos ver a distância que existia entre a direção da ANL e as massas. De fato, a ANL continuou funcionando, porém, com muito menos associados.³⁹

Em agosto de 1935 aconteceu o VII Congresso da IC, que modificou consideravelmente as posições do Movimento Comunista Internacional. Este congresso decidiu que permitiria maior autonomia aos diversos Partidos Comunistas nacionais e que o Comitê Executivo do Komintern deveria evitar a imposição de uma política uniforme aos partidos, limitando-se apenas às diretrizes ideológicas gerais e à garantia de uma união entre os partidos nacionais.⁴⁰ Em consequência disso, em outubro os departamentos da IC foram fechados, e acabou a prática de enviar delegados e assessores para orientação das seções nacionais.⁴¹

Este mesmo congresso não fez nenhuma indicação em relação à luta armada. Nos países coloniais e semicoloniais, em que o Brasil se enquadrava, a diretriz era que

³⁴ Ibidem, p.173.

³⁵ Ibidem, p.201.

³⁶ Ibidem, p.163.

³⁷ Ibidem, p.193.

³⁸ *Dicionário Histórico-Biográfico Nacional*. Verbete: Partido Comunista Brasileiro.

³⁹ ROSE, op. cit., p.87.

⁴⁰ VIANNA, op. cit., p.204.

⁴¹ Ibidem, p.59.

organizassem frentes únicas anti-imperialistas. Porém, o PCB continuou defendendo a luta armada empreendida pelo povo e não apenas pelos membros dos quartéis. Essa era a diferença entre uma guerrilha e um golpe militar.⁴²

Como já dissemos anteriormente, quando Antonio Maciel Bonfim tornou-se secretário-geral do PCB, em 1934, ele e todo o partido interpretaram qualquer manifestação popular como uma potencial luta armada, consciente ou potencialmente revolucionária, mesmo as lutas do campo. As greves operárias eram vistas como prova do amadurecimento revolucionário das massas e o cangaço, como manifestação guerrilheira campesina. Segundo eles, era certo que o país passava por um movimento político revolucionário e a qualquer momento poderia começar uma luta armada.⁴³ Depois de grandes agitações de rua no primeiro semestre de 1935, as manifestações públicas da ANL diminuíram consideravelmente com a ilegalidade da organização. Porém, em outubro e novembro a proximidade das eleições municipais e estaduais trouxe de volta os acirramentos dos ânimos: os militares estavam preocupados com a obrigatoriedade do desengajamento político para a maior parte do corpo militar ainda em atividade, Vargas havia substituído os interventores do Rio de Janeiro por dois integralistas e a manifestação de oposição estava sendo articulada, principalmente nos meios militares,⁴⁴ Nos primeiros dias de novembro, houve vários conflitos no Rio Grande do Norte, com as mesmas pessoas e pelas mesmas causas que provocariam a insurreição do dia 23 de novembro, mas a participação dos militares ainda era secundária.⁴⁵ Ainda assim, nenhum jornal, nas vésperas da insurreição, anunciava ou previa que estava para acontecer o levante.

Não é possível afirmar que havia uma decisão unívoca da direção comunista pelo desencadeamento da revolta, visto que tanto João Lopes quanto Eduardo Xavier relataram que foram enviados pela direção do PCB aos locais de possíveis revoltas para impedir qualquer movimento revolucionário. Entretanto, isso não exclui os vários membros do partido que estiveram presentes na organização da revolta, como Gregório Bezerra, em Recife, e Agildo Barata, no Rio de Janeiro. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, o fracasso da revolta se deu pelos militares acreditarem na correção do sistema político através das armas e pelos militantes se iludirem quanto “ao papel desencadeador, libertador da insurreição”, que serviria como oportunidade para os trabalhadores nem

⁴² Ibidem, pp.205-206.

⁴³ Ibidem, pp.74-75.

⁴⁴ Ibidem, pp.199-200; pp.236-237.

⁴⁵ Ibidem, p.238.

organizados nem convocados assumirem suas posições no levante.⁴⁶

Segundo Rose, a primeira insurreição, dia 23 de novembro, em Natal, aconteceu de maneira apressada, sem muita preparação, a partir da combinação de várias greves e insatisfações, principalmente dos oficiais do Exército.⁴⁷ Vianna lembra que enquanto os militares se sublevavam no 21ª Batalhão Central de Natal, a direção do PCB em Natal estava em reunião, sem saber de nada,⁴⁸ mas eles já sabiam que estava sendo organizada uma revolta, como foi dito anteriormente. Embora a revolta tenha tido um sucesso inicial, influenciando outras cidades do país e mesmo outros estados, como Recife e Maranhão, ela foi rapidamente reprimida, tendo durado apenas três dias.

No Rio de Janeiro a insurreição foi mais bem organizada, visto que, a partir da explosão em Natal, os militantes conseguiram se reunir e organizar minimamente como seriam as revoltas. Mesmo assim, foram várias as versões sobre o que aconteceu naquela noite. A mais difundida foi, é claro, a dos militares/governo: os militares insurgentes teriam matado de madrugada colegas de farda enquanto dormiam. Rodrigo Patto atenta para o fato de que dificilmente alguém estaria dormindo naquele dia, visto que todos os quartéis do Rio de Janeiro estavam de sobreaviso para uma possível tentativa de levante tal qual tinha acontecido em Natal.⁴⁹ Ainda a partir de Patto, pelo fato de as forças legalistas já saberem da possibilidade de um levante no Rio de Janeiro, este foi mais bem reprimido que os do nordeste, e mesmo assim foi bastante violento. Mesmo que o levante não conseguisse sair vitorioso, seu potencial foi grande, e não foi facilmente vencido. Por isso, Patto discorda da bibliografia corrente de que foi apenas uma ilusão dos comunistas ou aliancistas e que já estava fadado a dar errado.⁵⁰

Logo depois das revoltas serem reprimidas, o Estado iniciou a caça aos comunistas e simpatizantes do comunismo. Qualquer suspeita de um agente comunista era apurada com a prisão do indivíduo, e o empregador que desconfiasse de algum empregado poderia demiti-lo por justa causa, sem pagamento de indenizações. Por causa disso, desde comunistas convictos até completos indiferentes a qualquer ideologia, várias pessoas foram presas. Alguns nunca saíram das prisões, outros sofreram sérias torturas. O governo, no nome de Getúlio Vargas, ou mesmo de Filinto Muller (o famoso Chefe de Polícia do Distrito Federal), recebia constantemente cartas,

⁴⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pp.14-15.

⁴⁷ ROSE, op.cit, p.87.

⁴⁸ VIANNA, op. cit., p.240.

⁴⁹ MOTTA, op. cit., p.80.

⁵⁰ *Ibidem*, p.189.

telegramas, bilhetes, cartões, e outras formas de manifestações de apoio, seja de indivíduos, seja de sindicatos, entidades coletivas, associações patronais. Alguns elogiavam a repressão feita aos comunistas, outros ofereciam ajuda na iniciativa, e havia os que denunciavam algum conhecido supostamente comunista, ou simplesmente um desafeto.⁵¹ Apenas da Colônia Correccional de Dois Rios, entre 1935 e 1936, a população carcerária saltou de 198 para 1388 presos.⁵² É claro, porém, que ninguém admitia as torturas, como afirma Getúlio Vargas no *Correio da Manhã*, de 12 de maio de 1936:

Posso afirmar-vos, que, até agora, todos os detidos são tratados com benignidade, atitude essa contrastante com os processos de violência que eles apregoam e sistematicamente praticam. Esse procedimento magnânimo não traduz fraqueza. Pelo contrário é próprio dos fortes, que nunca se amesquinham na luta e sabem manter, com igual inteireza, o destemor e o sentimento de justiça humana.

Filinto Muller, chefe da Polícia Civil do Distrito Federal reafirma a luta contra o comunismo em 07 de junho de 1936, no mesmo jornal:

Contra os verdadeiros comunistas, estes, sim, a polícia mantém tenaz campanha, mas não tem necessidade de procurar em meios ilegais apoio para a sua ação. Ao contrário dentro da lei a polícia civil do Distrito Federal, se vem conduzindo com a máxima energia, sem descambar para processos violentos tão [do] agrado dos que, agora, em nome do espírito de humanidade, exteriorizam sentimentos que não possuem.⁵³

Desde aquela época, porém, o discurso corrente atribuía as responsabilidades sobre qualquer atrocidade cometida em 1935 e no Estado Novo apenas sobre os ombros de Muller, mantendo a imagem de Vargas como o “Pai dos Pobres” imaculada.⁵⁴ De qualquer forma, mesmo com várias denúncias contra torturas era especialmente comum a defesa a qualquer custo da ordem e da repressão aos comunistas.

Não é possível enfrentar adversários tão despostos [sic] e tão sanguinários com punhos de seda e espadachins florentinos. A reação deve estar à altura da agressão. E os extremistas que são partidários do

⁵¹ Ibidem, pp.199-200.

⁵² MATOS, Marcelo Badaró; BARBOSA, Julia Monnerat; MELLO, Marisa. “Memórias da prisão política sob o regime de Vargas”. *Cadernos da AEL*. p.5.

⁵³ ROSE, op. cit., pp.111-112.

⁵⁴ VIANNA, op. cit., p.30.

terror e da força, não têm de que se queixar por serem tratados com dureza.⁵⁵

No plano das políticas públicas de combate ao comunismo, houve as mudanças na Lei de Segurança Nacional, para que ela fosse mais punitiva e ágil em relação à tramitação processual. Além disso, houve algumas mudanças na Constituição para aumentar a possibilidade de repressão por parte do poder Executivo, como, por exemplo, a equiparação do Estado de Sítio ao Estado de Guerra, a exclusão de indivíduos potencialmente comunistas das Forças Armadas, a exoneração sumária de funcionários públicos civis – lei que foi rigorosamente cumprida nas escolas e faculdades, onde os “mestres comunistas” eram representados como uma grande ameaça à formação dos jovens; e a criação de um órgão de propaganda voltado para anular os esforços da campanha comunista.⁵⁶

Em seu trabalho sobre a história da propaganda anticomunista no Brasil, Rodrigo Patto afirma que a Insurreição Comunista foi o ponto de partida para uma maior difusão da propaganda anticomunista no país. Não que não houvesse esse tipo de propaganda antes, porém, a partir da Insurreição, o governo pôde trazer para a realidade brasileira o que parecia ser apenas uma ameaça europeia.⁵⁷

Ainda assim, em 1937, grande parte da campanha anticomunista tinha como alvo a vida na URSS. O Serviço de Divulgação do Departamento de Polícia do Distrito Federal, sob a chefia de Filinto Muller, forneceu ao *Jornal do Brasil* matérias com os seguintes títulos: “A criança, maior vítima do comunismo”, “Verdades positivas sobre o ‘paraíso soviético’”, “Como a Rússia combate a religião”, “Salários e preços na Rússia”.⁵⁸ Em 1938, o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) publicou na forma de livro uma coletânea de artigos que distribuiu na imprensa sobre a URSS. As representações antissoviéticas concentrava-se em quatro temas principais: moral, ateísmo, violência e condições sociais, que vitimavam principalmente as crianças.⁵⁹ O ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, realizou uma reunião com sindicatos patronais e operários para acordar a divulgação de cartazes, panfletos, boletins, revistas, livros, brochuras e outras propagandas anticomunistas dentro das empresas e fábricas, além da atuação das autoridades educacionais na revisão de livros escolares em uso para

⁵⁵ *Estado de Minas*, 8.12.1935, p.2. apud MOTTA, op. cit., p.198.

⁵⁶ MOTTA, op. cit., pp.202-203; p.209.

⁵⁷ *Ibidem*, pp.XX-XXI; p.76.

⁵⁸ 2/11/1937; 4/12/1937; 17/12/1937; 24/12/1937, respectivamente.

⁵⁹ MOTTA, op. cit., pp.71-72.

corrigir eventuais presenças de ideologias perturbadoras da ordem.⁶⁰

Quanto aos militares envolvidos nos levantes de 1935, foram constantemente lembrados como traidores, não apenas do Brasil, mas da instituição militar da qual faziam parte. No primeiro aniversário da insurreição, em 1936, o Ministro da Guerra fez publicar uma ordem do dia dedicada ao acontecimento e mandou rezar uma missa em homenagem aos soldados mortos. Uma romaria aos túmulos dos soldados legalistas – no cemitério São João Batista e São Francisco Xavier – foi organizada, provavelmente por membros da AIB.⁶¹ A partir de 1937 – já instaurado o Estado Novo – as comemorações adquiriram caráter oficial, com altas personalidades da República comparecendo aos atos cívicos, inclusive o próprio presidente. Em 1938 Vargas anunciou a construção de um mausoléu em homenagem aos soldados mortos, que foi inaugurado na comemoração de 1940, no Cemitério São João Batista. Até a década de 1960 permaneceram as homenagens aos soldados legalistas mortos na batalha contra os traidores comunistas, a ponto de serem transmitidas nos Cines Jornais.⁶²

Ainda sobre os soldados traidores, uma das fotos mais divulgadas pelos jornais à época da Insurreição e nos anos posteriores é a da tarde de 27 de novembro, quando os militares rebeldes do 3º RI marcharam abraçados pela Avenida Pasteur em direção aos carros que os conduziriam para a prisão. O detalhe surpreendente é o fato de todos estarem sorrindo, como se estivessem comemorando as “atrocidades” feitas horas antes. Segundo Patto, os anticomunistas divulgavam essa foto para confirmar o que eles já diziam há muito tempo: que os comunistas eram criaturas caracterizadas pela crueldade e frieza. Na verdade os revoltosos estavam sorrindo devido a uma sensação de que, mesmo sendo presos, haviam perdido uma batalha, mas não a guerra, e as esperanças de conseguir fazer a revolução ainda estava viva.⁶³

Obviamente, Prestes não conseguiria manter-se imune às propagandas anticomunistas. Além de também ser taxado de traidor pelo seu passado de militar, o era ainda por ter se vendido à Rússia ou a Moscou. Também não faltavam outras interpretações ao título de “Cavaleiro da Esperança”, como “Cavaleiro da Lua”, “Cavaleiro da Desesperança” e mesmo “Cavaleiro do Apocalipse”. Charges dele com outros líderes comunistas pelo mundo, como Stalin e Lênin, costumavam ilustrar as páginas dos jornais conservadores. Claro que outros símbolos fortemente identificados

⁶⁰ Ibidem, pp.224-225.

⁶¹ Ibidem, pp.37; 82.

⁶² Ibidem, pp.83-84.

⁶³ Ibidem, pp.113-114.

ao comunismo também eram ilustrações correntes, como a foice e o martelo e a cor vermelha, de violência e sangue.⁶⁴

Nas décadas de 1930 e 1940, a propaganda anticomunista esteve fortemente associada ao antissemitismo. Gustavo Barroso, integralista e publicamente antissemita, dizia que o marxismo era na verdade uma “organização diabólica para a conquista do domínio mundial pelos judeus”.⁶⁵ O próprio Plano Cohen, ameaça forjada de golpe comunista que justificou a instalação da ditadura em 1937, é um exemplo da aproximação que se imaginava entre os comunistas e os judeus. Cohen é um nome típico judaico.⁶⁶

Cancelli afirma que a implementação de uma ditadura era questão de tempo, pois, desde 1930, Vargas e seus apoiadores aumentaram constantemente as medidas de repressão a qualquer movimento opositor. Ou seja, segundo a autora, existia um claro projeto político ideológico entre o período de 1930 a 1945.⁶⁷ Porém, Virgínia Fontes afirma que o golpe aconteceu em consequência dos rumos tomados depois da Revolução de 1930 por vários grupos diferentes e não apenas pelo governo federal. Segundo ela, depois da Revolução, por causa da radicalização do processo político, do crescimento das mobilizações operárias, do fortalecimento do PCB e da ANL, assim como da expansão da AIB, foi impossível aglutinar as várias frações das classes dominantes em torno de um mesmo projeto ou de apenas uma fração. Por causa disso, nenhuma fração de classe organizada em torno de seus interesses específicos, ainda que aberta para a incorporação de outros seguimentos sociais, foi capaz de articular um projeto nacional próprio. Por isso advém a construção do Estado moderno no Brasil, com a centralização do poder político, articulado com os poderes regionais subordinados em torno do poder central. Essa incorporação das frações de classes dominantes não foi propriamente democrática, sendo coercitiva com uns e complacente com outros.⁶⁸

Depois que os ânimos em relação à Insurreição Comunista se acalmaram, em junho de 1937, acabou o Estado de Guerra e o governo não achou que seria aprovado mais um pedido de prorrogação. Os políticos queriam voltar à normalidade e às eleições, enquanto o juiz do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) aceitava o pedido

⁶⁴ Ibidem, pp.90-91.

⁶⁵ BARROSO, Gustavo. *Comunismo, cristianismo e corporativismo*, Rio de Janeiro, ABC, 1938, p. 39. apud MOTTA, op. cit., p.59.

⁶⁶ MOTTA, op. cit., p.60.

⁶⁷ CANCELLI, op. cit., p.05.

⁶⁸ FONTES, op. cit., pp.204-205.

de soltura dos militantes comunistas – conhecida como “macedada”⁶⁹ –, assim como o Superior Tribunal Militar aceitava alguns recursos contra o TSN. Diante da soltura de vários comunistas, os anticomunistas, principalmente os integralistas, propagaram a volta da ameaça às ruas.⁷⁰ De fato, a AIB foi uma grande contribuinte para o acirramento dos ânimos a favor de um golpe, acentuando o contexto de desprezo à institucionalidade liberal, à ordem constitucional de 1934 e aos partidos políticos, além de concretizar os enfrentamentos diretos ao comunismo, muitas vezes em confrontos de rua, e de manter um serviço de espionagem. Também apoiou fortemente a propaganda a favor do poder centralizado, com a criação de uma consciência cívica promovida pelo Chefe Nacional. Em 1937 o integralismo e os objetivos de Vargas estavam particularmente em sintonia.⁷¹

Sem nenhum motivo aparente, no ano de 1937 as solenidades em homenagem aos soldados legalistas mortos em 1935 foram antecipadas para 23 de setembro. Devido ao ponto facultativo e ao aumento da quantidade de transportes públicos, uma pequena multidão compareceu ao Cemitério São João Batista. Em 1º de outubro, divulgou-se em vários jornais a íntegra de um documento que falava de um plano comunista para tomar o Brasil nas eleições. Era o Plano Cohen, que foi elaborado pelo capitão integralista Olímpio Mourão Filho, mas atribuído diretamente ao Komitern. Por conta disso, mesmo sem o Parlamento ter acesso oficial ao tal documento, decretou-se, mais uma vez, o Estado de Guerra.⁷²

Segundo Dulles, o apoio das Forças Armadas foi crucial para o golpe, não apenas pelo seu idealizador ser um militar, mas pelo apoio que os integralistas deram. No Exército, dos quatro mil oficiais na ativa, 1.200 eram integralistas ou simpatizantes; na Marinha, metade dos oficiais era simpática à AIB.⁷³

No dia 10 de novembro de 1937, foi promulgada uma nova Constituição, que concedia poderes ditatoriais para o Presidente, proclamava todos os partidos obsoletos, prolongava o mandato presidencial até 1943 ou mais além, anulava os direitos civis, formalizava a censura e a obrigatoriedade dos retratos de Vargas estarem sempre à mostra em locais públicos, e promulgava a pena de morte. Novos mecanismos

⁶⁹ A “macedada” foi como ficou conhecida a libertação em um mesmo processo de cerca de 400 presos que não tinham processo formal, empreendida pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Macedo Soares, em 1937.

⁷⁰ MOTTA, op. cit., p.215.

⁷¹ CALIL, Gilberto. *O integralismo no Pós-Guerra: A formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. pp.62-64.

⁷² MOTTA, op. cit., pp.150; 218-219.

⁷³ *Ibidem*, p.150.

repressivos contra os opositores foram criados pela legislação do Estado Novo, que estabelecia:

Não haverá penas corporais perpétuas. As penas estabelecidas ou agravadas na nova lei não serão retroativas. Além dos casos tratados pela legislação militar para os tempos de guerra, a pena de morte será aplicada para os seguintes crimes: (a) Tentar impor a soberania de um Estado estrangeiro ao território da nação ou parte dele; (b) Tentar, mediante ajuda ou apoio financeiro de um Estado estrangeiro ou uma organização de caráter internacional, prejudicar a unidade da nação, em busca de desmembrar o território sujeito à soberania; (c) Tentar, por meio de movimento armado, o desmembramento do território nacional quando a repressão desse movimento exige operações de guerra; (d) Tentar, mediante ajuda ou apoio financeiro de um Estado estrangeiro ou uma organização de caráter internacional, uma mudança na ordem política ou social estabelecida pela Constituição; (e) Tentar subverter por meios violentos a ordem política e social para que se possa estabelecer uma ditadura de uma classe social; (f) Insurreição armada contra os poderes do Estado, embora as armas estejam escondidas; (g) Praticar atos com a intenção de provocar uma guerra civil, se esta ocorre em consequência desses atos; (h) Investir contra segurança do Estado, praticando-se devastações, saques, incêndios criminosos, depredações, ou qualquer outro ato que tencione implantar o terror; (i) Cometer atentado contra a vida, a segurança ou a liberdade do Presidente da República; (j) Homicídio quando cometido por um motivo fútil ou com extrema ferocidade.⁷⁴

Voltando à linha de pensamento articulada anteriormente, o Estado Novo significou, para Fontes,

uma efetiva reconfiguração da dominação de classe no Brasil, a partir da qual o Estado contará com uma nova característica: ele deverá conter, internamente, espaços capazes de atualizar a recomposição dos conflitos que atravessam as próprias classes dominantes. Não haverá cerceamentos maiores para as formas associativas empresariais (rurais e urbanas) e, ao contrário, elas crescerão ao longo desse período (na sua forma corporativa ou nas organizações paralelas).⁷⁵

Devemos, antes de prosseguir, fazer um balanço acerca do conceito de crise de hegemonia, tratada tanto na Revolução de 1930, quanto agora, no golpe do Estado Novo. Aqui, porém, vamos esclarecer a forma como vemos a crise de hegemonia relacionada à implementação de uma ditadura. A hegemonia não é apenas sinônimo de

⁷⁴ ROSE, op. cit., p.150.

⁷⁵ FONTES, op. cit., p.187.

consenso, mas, sim, uma combinação dialética entre a coerção e o consenso, de forma equilibrada, mas ao mesmo tempo variada. Num Estado democrático, a força nunca supera o consenso, mas sim faz parecer que se apoia no consenso da maioria, no chamado “órgãos de opinião pública”.⁷⁶

Segundo Gramsci, existem dois planos superestruturais: a) a “sociedade civil”, que é um conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”; e b) a “sociedade política ou Estado”, respectivamente exercendo a função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda sociedade e de “domínio direto” ou de comando, expressa no Estado e no governo jurídico.⁷⁷ A ampliação do Estado e o pleno papel da hegemonia acontece quando as formações sociais são tais que a sociedade civil torna-se uma estrutura muito complexa, a ponto de resistir às catástrofes econômicas.⁷⁸ Em períodos de ditaduras, a coerção pode acontecer de forma seletiva, sobre apenas uma determinada parcela da sociedade civil, comumente a de cunho popular. “Produzem-se formas de hegemonia difusas e violentas, reafirmadas no cotidiano pela brutal coerção estatal e por aparelhos privados de hegemonia que as incentivam.”⁷⁹

Quando uma ditadura é instaurada, acontece, antes de tudo, o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil, ou seja, o predomínio das formas ditatoriais da supremacia em detrimento das formas hegemônicas. Depois o transformismo é apresentado como uma modalidade de desenvolvimento histórico, que implica a exclusão das massas populares. Não é um determinado grupo social que se torna dirigente dos outros grupos, mas, sim, o Estado que se torna dirigente de todo o grupo. Assim, os grupos dominantes exercem a função de *domínio*, mas não de *direção*, ou seja, as classes dominantes não exercem uma função hegemônica sobre as classes subalternas, mas delegam ao Estado a função de controlar ou reprimir caso seja necessário. Por isso dissemos que é uma *ditadura sem hegemonia*, pois a coerção exerce mais poder do que o consenso. Ainda assim, porém, o Estado precisa manter uma construção consensual, pois não é possível, em longo prazo, utilizar apenas a coerção para a manutenção da ditadura.⁸⁰

Mesmo os integralistas tendo exercido um importante papel no golpe que gerou o Estado Novo, assim que teve seu objetivo alcançado, Vargas demonstrou que não iria

⁷⁶ MATTOS, op. cit., p.77.

⁷⁷ GRAMSCI. “Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais.” *Cadernos do Cárcere*, v.2. pp.20-21. apud. FONTES, op. cit., p.207.

⁷⁸ GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere*, v. 3. apud. FONTES, op. cit., p.208.

⁷⁹ FONTES, op. cit., p.232.

⁸⁰ COUTINHO, op. cit., pp.203-205.

permitir que a AIB crescesse dentro do governo. A ideia de uma unidade em torno de um líder e de símbolos próprios representava uma ameaça para Vargas. Por isso, no ano-novo de 1937, Vargas proibiu qualquer bandeira, hino ou uniforme além dos nacionais e ainda manteve a promessa de que ia fechar a AIB, mesmo depois de sucessivas tentativas de negociação por parte de Plínio Salgado. Diante de tal situação, Salgado rompeu relações com Vargas em janeiro de 1938,⁸¹ mas de forma que mantivesse aberta a possibilidade de voltar às boas relações com o governo. Dentro do movimento integralista existiam os que procuravam fazer acordo através da barganha, visto que existia uma aproximação ideológica com o governo, e os que pressionavam pela ruptura e posterior conspiração, já que o acordo estava bastante difícil.⁸²

A ruptura com os integralistas não atrapalhou em nada na adoção de várias medidas apoiadas e inspiradas pelos integralistas por parte do Estado Novo. O nacionalismo como o grande articulador de um projeto e a criação de um consenso nacional, com propaganda e política educacionais voltadas para os interesses do governo, o fechamento de partidos políticos e os ataques a qualquer resquício de política liberal, a adoção do corporativismo, do anticomunismo e a repressão ao movimento operário autônomo, ao regionalismo e às oligarquias locais, e a construção de uma centralidade política, tudo isso era pressuposto da ideologia integralista. Segundo Boris Fausto, a diferença se encontrava em que o integralismo apostava num Estado que mobilizasse as massas, enquanto que o Estado Novo tentava mantê-las passivas e propagandeava a clarividência de algumas pessoas.⁸³

Em março de 1938, houve uma rebelião que tentou capturar uma estação de rádio simultaneamente a uma revolta de marinheiros da AIB. O governo fez centenas de prisões, principalmente no Rio de Janeiro, apreendeu materiais e armas da AIB e fechou um jornal integralista. O que parecia uma forte repressão na verdade acabou em apenas dois dias, com a liberação de dois terços dos presos por conta do movimento. Esta brandura, segundo Rose, pode ter incentivado os integralistas a fazer uma insurreição ainda maior e em vários estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.⁸⁴

O movimento para a derrubada de Vargas foi articulado a partir da união de integralistas e liberais que queriam a retomada da Constituição de 1934. Alguns autores,

⁸¹ CALIL, op. cit., p.155.

⁸² Ibidem, p.69.

⁸³ Ibidem, p.68.

⁸⁴ ROSE, op. cit., p.163.

como Helio Silva, dizem ter-se tratado de um movimento liberal apoiado pelos integralistas. Já outros, como Carone, rebatem dizendo que não se pode acreditar apenas na declaração de legalidade de Plínio Salgado, mesmo porque, para chegar ao poder, os integralistas usariam até mesmo o apoio dos liberais. A questão é que a chefia militar escolhida pelo movimento foi o General Castro Júnior, um liberal.⁸⁵

O plano era que o golpe se passasse por obra dos italianos e participantes ainda livres da guerra civil paulista. Estavam envolvidos Ademar de Barros e sua esposa Leonor, membros ativos do Partido Republicano Paulista, Vicente Raó, Plínio Salgado e sua esposa, Carmela, a esposa do irmão de Ademar de Barros, que era prima-irmã de Joseph Goebbles e funcionária do Consulado Alemão, e o cônsul Alemão em São Paulo, Dr. Walter Molly. O financiamento vinha em parte do jogo do bicho, em parte da arrecadação da Caixa Econômica Federal, da Casa Bancária Borges e do Banco Comercial. O Banco Alemão Transatlântico também doou dinheiro ao movimento.⁸⁶

Em São Paulo, o golpe ia começar no quartel do Exército de Osasco e, se fosse necessário, o estado iria se separar da União. No Rio tudo ia começar pela Marinha, onde havia uma grande quantidade de oficiais integralistas, como já foi dito. Também planejavam tomar o Aeroporto Santos Dumont, a Estação Ferroviária Barão de Mauá, a Estação Ferroviária Leopoldina, a Polícia Central, as principais centrais telefônicas e todas as estações telegráficas do Rio de Janeiro. Apenas um dos vários incêndios planejados foi bem sucedido. Pretendiam também prender o Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra e substituí-lo por Góis Monteiro.⁸⁷ Podemos dizer que todos esses planos falharam, ou por existir uma resistência legalista ou, na maior parte dos casos, por falha dos próprios rebeldes. O episódio que ficou conhecido como o “*Putsch* de pijamas” é o mais significativo.

Belmiro Valverde, que também estava na conspiração, escolheu o oficial do Exército Severo Fournier para chefiar a equipe que faria esse ataque. Embora a promessa fosse de 150 homens, somente um pouco mais de 30 compareceram, todos com uniformes iguais aos dos soldados do palácio. Com a ajuda do sargento integralista Luiz Gonzaga de Carvalho, os revoltosos invadiram os jardins do palácio e em seguida surpreenderam a família Vargas. Enquanto Getúlio e seu irmão procuravam combater a ação, Alzira Vargas, filha do presidente, ligou para Filinto Muller, a Polícia Militar, a

⁸⁵ CALIL, op. cit., p.70.

⁸⁶ ROSE, op. cit., pp.161-162.

⁸⁷ Ibidem, pp.161; 168.

Polícia Especial, o Forte de Copacabana, o ministro da Justiça Francisco Campos, o ministro da Guerra General Dutra, o chefe do Estado-Maior de Dutra, Canrobert Pereira da Costa e o chefe do Estado Maior do Exército, Góis Monteiro. Todos esses, ou não atenderam ou disseram que já estavam enviando reforços para o palácio. O reforço governamental chegou às 9 horas da manhã, e apenas Dutra chegou antes. O chefe da Polícia Especial, Euzébio de Queiroz Filho, chegou quando o confronto já tinha acabado e matou alguns presos que, segundo ele, haviam tentado fugir.⁸⁸

Calil argumenta que se não fosse a covardia dos próprios integralistas, a revolta provavelmente teria sido bem sucedida, pois aparentemente nenhum serviço de inteligência estava a par dos ataques antes dela acontecer. Além disso, o Chefe da Guarda do Palácio da Guanabara, Tenente Júlio do Nascimento, era integralista e participava da organização da revolta, o que a facilitou bastante.⁸⁹ Porém, Rose diz que existiam espiões do DESPS dentro do movimento e que nem se pode saber o nível de participação de Filinto Muller e Góis Monteiro nem o quanto Vargas sabia dessa revolta. Mas era possível saber que estava por acontecer alguma insurreição porque chegavam armas para a AIB a bordo de navios de guerra italianos.⁹⁰

Esta também foi uma revolta com repressão branda, visto que 600 presos depois dela foram soltos até 1939, ao contrário dos comunistas, que ainda se encontravam encarcerados.⁹¹ O integralismo foi divulgado, até mesmo pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, não como uma ideologia perigosa, mas, sim, como um movimento patético.⁹²

Quanto a Plínio Salgado, ele ficou foragido até janeiro de 1939, quando foi preso e posto em liberdade apenas três dias depois. Quando foi liberado, Plínio se exilou em Portugal, mas antes escreveu duas cartas em que aconselhava os integralistas a se manterem longe de manifestações e obedientes ao governo. De Portugal, Salgado mantinha aproximação com o Brasil e a AIB através da publicação de artigos em jornais.⁹³ Entre 1940 e 1941, procurou uma nova aproximação com Vargas, lembrando da ajuda dos integralistas para a instauração do Estado Novo, e, quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, os integralistas continuaram mandando cartas de apoio a Vargas, argumentando que existe o perigo do “nazismo expansionista”, enquanto eles

⁸⁸ Ibidem, pp.163-168.

⁸⁹ CALIL, op. cit., pp.71-73.

⁹⁰ ROSE, op. cit., pp.160-161.

⁹¹ Ibidem, p.167.

⁹² CALIL, op. cit., p.73.

⁹³ Ibidem, p.79.

são nacionalistas.⁹⁴

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial nos é interessante, não pelos acontecimentos em si, mas pelas mudanças no aparato repressivo que isso gerou, tanto na transferência da Colônia Agrícola de Fernando de Noronha para a Ilha Grande, quanto na nova ênfase na vigilância e repressão aos símbolos e imigrantes alemães, italianos e japoneses. Essa virada política abriu espaço para o crescimento das oposições e obrigou o governo a buscar saídas para a crise do regime ditatorial que se desenhava, culminando com as medidas redemocratizantes de 1945, quando foram soltos os últimos presos políticos, que a essa época eram cerca de 560.⁹⁵

1.3. Políticas repressoras no Brasil

Com o advento da República, o Código Penal teve que ser atualizado de maneira a estabelecer leis republicanas e garantir a manutenção da ordem, principalmente contra a camada mais pobre da população. A partir do Código Penal de 1890, foram estabelecidas novas modalidades de penas: prisão celular, banimento, reclusão, prisão com trabalho obrigatório, prisão disciplinar, interdição, suspeição e perda do emprego público e multa. Não era mais permitida a pena perpétua e coletiva, e qualquer pena não poderia ultrapassar os trinta anos. Os artigos 50 e 51, regulamentavam que o condenado à prisão celular por tempo excedente a seis anos que houvesse cumprido metade da pena e mostrado bom comportamento poderia ser transferido para alguma penitenciária agrícola e ali cumprir o restante da sentença.⁹⁶

No início do século XX, houve uma diferenciação entre os tipos de criminosos: contraventores, menores de idade, processados, loucos e mulheres. No grupo dos contraventores se encaixavam as pessoas que não mereciam pertencer à sociedade de bem, como mendigos, vagabundos, capoeiras, ébrios etc. Os menores de idade deveriam ser recolhidos com o intuito pedagógico, pois se pressupunha a inocência do réu, e as mulheres deveriam também ser separadas dos homens, mas para evitar constrangimentos e relações sexuais entre eles – porém, demorou muito para que a separação entre menores, mulheres e homens adultos fosse feita.⁹⁷ Nesse sentido, a Colônia Correccional de Dois Rios é reativada para enviar para bem longe do convívio

⁹⁴ Ibidem, pp.81-82.

⁹⁵ ROSE, op. cit., pp.190-191.

⁹⁶ PEDROSO, Regina Célia. “Utopias penitenciárias; projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil”. 2003. p.3.

⁹⁷ Ibidem, p.5.

social as classes perigosas, a saber: os ociosos, imorais e reincidentes. O objetivo era regenerar esses “vadios” oferecendo trabalho por um prazo máximo de um ano, e, ao mesmo tempo, limpar a capital da federação, que estava se mostrando para o mundo como a Paris dos trópicos. Segundo Pedroso, o objetivo da colônia era causar temor na população, que deveria se sentir amedrontada frente ao poder policial ou judicial. Como vimos anteriormente, a alma era o alvo preferencial.⁹⁸ A repressão ao vadio, que já existia desde antes da República, se manteve como importante pauta nas políticas prisionais. Partia-se do pressuposto de que, se um indivíduo não tem o trabalho como fonte de renda, ele é um criminoso em potencial, além de que o “vadio” era um passivo econômico, o que resultava numa sobrecarga para outrem, para o grupo ou para a comunidade social.⁹⁹

Foi apenas com a Revolução de 1930 que passou a existir uma preocupação em regulamentar no nível federal as prisões e as penitenciárias e transformá-las em um sistema unificado.¹⁰⁰ A partir de então, foi promovida uma reforma ampla com a função de regulamentar as prisões nacionais,¹⁰¹ principalmente porque o Estado que foi inaugurado pelos revolucionários de 1930 baseava-se na construção e no direcionamento de uma sociedade futura, através de um novo projeto político referendado pela releitura do passado.¹⁰² Assim, era necessário que houvesse um aparato policial capaz de exercer o controle social do cotidiano dos trabalhadores e da sociedade. Além disso, tinha-se como objetivo negar a individualidade dos homens a partir do estabelecimento de padrões de comportamento e sentimento, formando assim, uma massa uniforme.¹⁰³

A partir da revolução de 1930, o sistema prisional assumiu o papel de vingador social do regime, deixando os detentos à sorte da prisão, sem fiscalização dos aspectos legais ou dos direitos humanos, tornando-se um “inferno de reclusão, suplício e dor”.¹⁰⁴ A prisão tornou-se um depósito de grupos que deveriam ser excluídos do sistema que se buscava construir, por isso o Estado fazia com que cada indivíduo desaparecesse enquanto sujeito e reaparecesse no interior da coerência de um grupo maior de

⁹⁸ Ibidem, p.4.

⁹⁹ CANCELLI, op.cit, p.33.

¹⁰⁰ ARMIDA, Bergamini Miotto. *A polícia penitenciária do Ministério da Justiça*. apud CANCELLI, op. cit., p.30.

¹⁰¹ PEDROSO, op. cit., p.6.

¹⁰² CANCELLI, op. cit., p.23.

¹⁰³ Ibidem, p.26.

¹⁰⁴ Ibidem, p.180.

desordeiros.¹⁰⁵

Cancelli já fala de superlotação das prisões da capital federal em 1933, antes mesmo da imposição do Estado Novo ou da Lei de Segurança Nacional. Calcula-se, inclusive, que entre os anos de 1930 e 1945, tenha havido mais de 10.000 presos políticos.¹⁰⁶ Ainda que este número esteja superestimado, uma grande quantidade de pessoas foi presa pela simples suspeita de ter vínculos com alguma das ideologias perseguidas pelo Estado.

A estrutura das celas eram basicamente as mesmas: cubículos apertados, úmidos, com infiltrações, perfeitos para o desenvolvimento de tuberculoses e pneumonia.¹⁰⁷ Este fato é comentado por Luis Carlos Prestes, que ficou preso de 1936 a 1945, boa parte deste tempo numa solitária. Ele diz ter sofrido constante tortura psicológica. Provavelmente, por ser um dos maiores dirigentes do PCB, os membros do aparato policial pensavam ser melhor manter sua integridade física, e, por isso, ele não passou por torturas físicas. Porém, Arthur Ewert, dirigente da Internacional Comunista no Rio de Janeiro, não teve a mesma sorte e passou por tantas torturas que Prestes cita o fato dele ter perdido a sanidade.

A superlotação se manteve até 1934, quando se iniciou uma discussão sobre um uso melhor da prisão de Dois Rios, onde se pretendia fazer uma penitenciária agrícola feminina, e do uso do Lazareto da Ilha Grande para desafogar as Casas de Correção e de Detenção. Outra estratégia pensada e amplamente utilizada depois da Insurreição de 1935 foi o uso como prisão do navio D. Pedro I, que ficava ancorado nas docas do Rio de Janeiro, mesmo sem ser mais usado pela Marinha. Mais tarde, esse navio tornou-se um símbolo da violência do Governo Vargas.¹⁰⁸

Em julho de 1934, Vargas assinou um decreto completo de reestruturação policial, tendo como um dos objetivos retirar de vez nomes indicados por Washington Luís.¹⁰⁹ Também promoveu mudanças, como a indicação de Batista Luzardo na chefia de Polícia Civil do Distrito Federal, extremamente importante por ser responsável pelas investigações. A polícia política, que desde 1922 se chamava 4ª Delegacia Auxiliar, desde 1933, passou a chamar-se Delegacia Especial de Segurança Pública (DESPP), e,

¹⁰⁵ Ibidem, p.20.

¹⁰⁶ Ibidem, p.193.

¹⁰⁷ Ibidem, p.196.

¹⁰⁸ PEDROSO, op. cit., p.10.

¹⁰⁹ CANCELLI, op. cit., p.60.

em 1934, teve Joaquim Pedro Salgado Filho indicado como chefe.¹¹⁰

Também foi criada a Polícia Especial, um braço da Polícia Civil. Segundo Rose, a Polícia Especial era o que havia de mais cruel em repressão a presos políticos na cidade. Há quem diga que alguns presos nem conseguiam chegar ao quartel, no Morro de Santo Antônio porque morriam antes e ainda que as técnicas de tortura deles eram comparáveis aos grupos mais brutais da Ditadura Militar.¹¹¹

Em 1935, houve a aprovação da Lei de Segurança Nacional e do Tribunal de Segurança Nacional. Este fórum foi criado para não permitir qualquer possibilidade do processado ser absolvido caso o Estado não quisesse. A corte podia mudar o indiciamento do réu no meio do processo, todos os réus levados a julgamento eram culpados até que se provasse o contrário – e, por isso, deveriam ser mantidos presos por tempo indeterminado. A maioria não era condenada por algum crime específico, mas por pertencer a algum grupo opositor ao governo.¹¹²

Em 1937, as colônias agrícolas foram incumbidas de receber os julgados e condenados pelo TSN. Segundo a Comissão de Constituição e Justiça, elas eram “uma necessidade de maior alcance para o problema de regeneração social de criminosos, como também um meio adequado de separar da sociedade elementos que se revelem nocivos à ordem política e social”,¹¹³ e passaram a ser administradas diretamente pelo Governo Federal. A partir daí, elas começaram a receber contraventores e presos políticos, os excluídos da nova sociedade que estava em construção.¹¹⁴ Pedroso, afirma que em nenhum momento o Estado se preocupou em separar os presos políticos dos presos comuns, pois era necessário deixar claro que os presos políticos não mereciam qualquer tipo de regalia.¹¹⁵ Quando olharmos para as prisões políticas da Ilha Grande com mais atenção, veremos até que ponto existia tal igualdade no tratamento.

Havia uma diretriz para que toda prisão abrigasse alguma forma de trabalho para o preso, respeitando, é claro, as possibilidades do estabelecimento. Dessa forma, os cofres públicos seriam aliviados com a manutenção das prisões, assim como a possibilidade de promoção da educação do preso e sua readaptação social. Quanto à

¹¹⁰ ROSE, op. cit., p.36-37.

¹¹¹ Ibidem, pp.46-47.

¹¹² Ibidem, p.131.

¹¹³ MENDONÇA, Deodoro de. *Parecer de Deputado Deodoro de Mendonça sobre a mensagem presidencial solicitando a criação de tribunal especial para julgamento de crimes políticos e de colônias penais agrícolas*, Câmara dos Deputados, Comissão de Constituição e Justiça, 1935-1937, Rio de Janeiro, 1937, p.16. apud PEDROSO, op. cit., p.7.

¹¹⁴ CANCELLI, op. cit., p.37.

¹¹⁵ PEDROSO, op. cit., p.6.

remuneração, o preso deveria recebê-la mensalmente em uma caderneta de poupança, que seria também usada para custear a manutenção do presídio e do preso. Nesse sentido, em 1937 foi feito um projeto de “cidade penitenciária”, para que o preso tivesse uma vida mais saudável dentro da prisão, com assistência médica, dentista, esporte, educação, trabalho e distração. Os menores infratores também deveriam receber a “Cidade de Menores”, com escolas e oficinas, estádio para educação física, hospital, biblioteca, capela, lavanderia, cinema, horta, pomar, estábulos, tipografia, entre outros. A proposta foi bastante criticada por certos setores da sociedade e por especialistas, pois, segundo eles, ela promoveria ao preso um estilo de vida melhor do que do resto da população, quase um hotel. Por conta disso, ficou esquecida.¹¹⁶

Principalmente em se tratando da forma de repressão a partir da instauração do Estado Novo, em 1937, Cancelli aponta que existiam duas formas de implementação das leis: a primeira é a *normativa*, ou seja, a aplicação dentro das normas legais, dos estatutos e legislações e a segunda é a *prerrogativa*, representada pelo círculo do poder e da polícia, em uma esfera que a lei não atingia.¹¹⁷

Através da análise de fontes, percebemos, uma distância entre a Câmara dos Deputados e o Ministério da Justiça – a implementação normativa – e a Chefia de Polícia – a prerrogativa. É claro que esta divisão não é fechada, pois a Chefia de Polícia também aplicava as leis de forma correta, e os políticos faziam vistas grossas para certas arbitrariedades. Mas são vários os casos de pedidos de esclarecimento por parte dos deputados e dos ministros, principalmente em relação a acusações de maus tratos, estrutura física insuficiente, arbitrariedades das autoridades policiais, processos de presos políticos e cumprimento da Lei de Segurança Nacional.

Enquanto isso o braço direito de Vargas e chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Muller, tinha um alto grau de autonomia. O Serviço de Polícia era submetido apenas à presidência da República e, por isso, não temos como saber questões importantes, como verba e número de funcionários envolvidos em espionagem, pois era tudo o mais secreto possível. Além disso, frequentemente os esclarecimentos não eram respondidos, pois, segundo Muller, era apenas a Getúlio Vargas que ele devia satisfação.¹¹⁸ Mesmo assim, quando havia uma resposta, geralmente ela não condizia com a verdade. Por causa dessa autonomia percebemos também que são vários os casos

¹¹⁶ Ibidem, p.8.

¹¹⁷ CANCELLI, op. cit., p.27.

¹¹⁸ Ibidem, pp.51-53.

de não cumprimento da lei por parte de Filinto Muller, como a permanência na cadeia de presos, que já haviam cumprido suas penas, somente por motivo de “segurança nacional”.¹¹⁹ Isso se dá amplamente nos presídios da Ilha Grande, onde, como já vimos, ficavam as pessoas condenadas pelo Tribunal de Segurança Nacional.

O processo pelo qual passava o preso era muito opaco, pois faltavam informações e motivos que justificassem o aprisionamento, inclusive a manutenção da detenção depois do prazo, como já foi dito anteriormente. Além disso, a transferência emergencial de presos era comum, pois assim era mais fácil ludibriar a Justiça, brincar com a vida do presidiário ou esconder os presos políticos da vida pública. Também era comum que o chefe de polícia determinasse a transferências de presos dentro do estado do Rio de Janeiro ou da Capital Federal.¹²⁰

Os comunistas foram os que mais sofreram com a repressão de Vargas, já que durou desde o início do governo, intensificando-se a partir de 1935 até 1945, quando da anistia. Já os integralistas sofreram repressão apenas a partir de 1938, e, mesmo assim, de forma bastante branda. Em 1940 Felisberto Batista Teixeira enviou para Filinto Muller uma lista de todos os agentes do DESPS que ajudaram o governo a reprimir até destruir o comunismo. Existia um destacamento, com cerca de 30 policiais, chamado Quadro Móvel, que interceptava correspondências, telefones e coisas do tipo. Este grupo não estava oficialmente destacado para tal função, pois eram formalmente chamados para outras unidades.¹²¹

Um trecho de um artigo publicado no *O Estado do Mato Grosso*, em 27 de agosto de 1939, demonstra a importância que a polícia tinha para o Estado:

Conduz, ampara e castiga. Ensina e reprova. Preceitua ao povo a maneira de andar pela rua, de se manter nos vínculos, de se acomodar nos logradouros públicos. (...) É a guarda contínua dos bancos, das casas comerciais, dos lares, dos repositórios de arte e de cultura. É a sentinela anônima expedita, que tudo fareja sem ninguém saber, que tudo perscruta sem ninguém desconfiar.¹²²

Nessa lógica de repressão intensa, não apenas ideológica, mas também dos costumes, a prisão se torna o espaço de exclusão dos que não se enquadram no regime,

¹¹⁹ Ibidem, p.210.

¹²⁰ Ibidem, pp.192-193.

¹²¹ ROSE, op. cit., pp.168-171.

¹²² Deusdedit Moura Brasil, ‘Um chefe de polícia’, *O estado de Mato Grosso*. Cuiabá, 27 de agosto de 1939, v. 1, nº1, p. 5. apud CANCELLI, op. cit., p. 25.

sem qualquer fiscalização de direitos humanos.

Para não perder a linha de pensamento em relação às mudanças da política repressora e prisional no Brasil do início do século XX até a Era Vargas, escolhemos reservar um espaço em separado para falar mais profundamente da prática repressiva aos comunistas no período que aqui nos interessa, não apenas logo após a Insurreição Comunista de 1935 – já tratado em tópico anterior.

Já em 1931, o chefe de polícia Batista Luzardo anunciava em tom severo que os comunistas estrangeiros seriam expulsos do território nacional e que os comunistas brasileiros seriam “irremediavelmente banidos para Fernando de Noronha”, uma colônia agrícola situada no estado de Pernambuco, que até 1942, data de seu fechamento, recebeu comunistas ilustres como Carlos Mariguella.¹²³ O policiamento do cotidiano já era percebido naquela época, com visitas a jornais e rádios por parte da polícia e congressistas com imunidades parlamentares cassadas.¹²⁴

Já falamos do grande vilão do novo Estado que se tornou o comunismo depois de novembro de 1935, o que, em alguma medida, foi respaldado pela opinião popular, massacrada por propagandas anticomunistas em todos os meios de comunicação. Segundo autoridades políticas, os trabalhadores brasileiros que aderiram ao comunismo, na verdade, não sabiam das reais intenções da União Soviética, estavam todos iludidos com as promessas que ouviam, e os membros do PCB eram relacionados com todo tipo de moléstia e maldades: eram filhos do Diabo, monstros; comparados às piores doenças, como peste, praga, vírus diversos e até o câncer; eram vistos como desafiantes da moral e da ordem, pessoas que desvirginavam donzelas à força, matavam sem pudores; eram verdadeiros maus-caracteres.

A partir da associação feita por determinados discursos antissemitas entre judaísmo e comunismo, mais do que outros comunistas, os judeus comunistas foram muito perseguidos no governo Vargas. E, aqui no Brasil, depois da Insurreição de 1935, três dos maiores articuladores do movimento carioca eram – ou foram propagandeados como sendo – judeus e membros de partidos comunistas: Arthur Ewert, sua esposa, Auguste Ewert e Olga Prestes.

Mesmo com todo o empenho da polícia política, apenas no fim de dezembro deste ano o primeiro casal foi encontrado e levado para o quartel da Polícia Especial.

¹²³ DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*, p.369, apud, CANCELLI, op. cit., p.152.

¹²⁴ CANCELLI, op. cit., p.152.

Segundo as pesquisas de Rose, lá foram separados e passaram por horas de inquérito, depois começaram as sessões de tortura: primeiro foram despídos e obrigados a ficar em pé por 72 horas, sem comer ou beber. Na quarta noite, foram levados para a garagem e submetidos a torturas constantes. Nu, Arthur foi acorrentado às grades da cela, com pés e braços afastados. Em seguida enfiaram parte de um arame pelo pênis até a bexiga, depois aqueceram o arame. Em outro momento, recebeu choques através de cabos ligados a geradores e amarrados nos órgãos genitais e enfiados no ânus. A polícia do Rio de Janeiro possuía um dispositivo que espremia cabeça e testículos do torturado, que foi usado em Ewert. Foi levado nu pelo pelotão de fuzilamento até uma cova que sua esposa tinha sido obrigada a cavar, lá ficou esperando alguns minutos para ser executado, mas foi trazido de volta à cela. Em outro momento foi “executado” com balas de festim. Uma noite, os soldados amarraram uma máquina de escrever em sua cabeça e, para que o pescoço não quebrasse, Arthur teve que ficar a noite toda quase imóvel. Ao longo dessas sessões mais elaboradas de tortura, Ewert teve suas costelas quebradas, pregos enfiados embaixo das unhas, suas nádegas e outras partes do corpo queimadas centenas de vezes com charutos e cigarros. Quando quase morreu, foi salvo por um médico, pois precisava estar vivo para falar à polícia o que sabia. Foi torturado por brasileiros, alemães, russos-brancos e um americano, por ter a falsa nacionalidade estadunidense.¹²⁵ Auguste foi enterrada viva e depois desenterrada ainda respirando, sofreu choques e queimaduras com brasas, foi puxada de um lado para o outro pelo cabelo e pelos seios na presença do marido, teve os seios cortados e esmagados, foi estuprada diversas vezes e teve cassetetes e cigarros acessos em seu ânus e em sua vagina.¹²⁶

Olga e Prestes foram capturados no dia 5 de março de 1936, depois que alguns agentes começaram a seguir pessoas que possivelmente poderiam ir ao encontro do casal. Ele foi levado para a Polícia Especial, depois para a Casa de Correção, onde ficou até 1945 sofrendo as torturas psicológicas, como não recebimento de correspondências ou livros e em uma cela mínima.¹²⁷ Do trágico destino de Olga já sabemos, entregue como prêmio para Hitler.

Em 1936 foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, com o objetivo de investigar os funcionários públicos, de todas as hierarquias, que estivessem

¹²⁵ ROSE, op. cit., pp.94-97.

¹²⁶ Ibidem, p.98.

¹²⁷ Ibidem, p.108.

vinculados ao perigo vermelho e posteriormente indicar o resultado de suas pesquisas ao Tribunal de Segurança Nacional. Isso levou a um constante clima de insegurança, pois a suspeita de qualquer relação com o comunismo já era o suficiente para prisão e perda de emprego, inclusive público. A partir deste momento, todos os funcionários públicos eram obrigados a apresentar um atestado de ideologia comprovando não vinculação com qualquer ideologia inimiga do Estado.¹²⁸

O esforço de repressão ao comunismo era internacional, e, portanto, o Brasil também participava de uma rede de colaboração contra ele, com Alemanha, Estados Unidos e também Inglaterra. Filinto Muller chegou a propor que o Brasil recebesse oficiais da Gestapo formalmente, mas esta proposta foi negada, o que não exclui a possibilidade desses agentes virem não oficialmente.¹²⁹ O FBI ajudava o Brasil inicialmente apenas contra os comunistas, mas, depois da entrada do país na guerra, também contra os espiões do Eixo.¹³⁰

Em relação às torturas sofridas dentro da prisão, é interessante notar que nenhum militante comenta de alguma tortura física que tenha sofrido. Acreditamos que isso deve ter sido uma escolha do narrador, visto que certas lembranças são eternamente difíceis de recordar. Segundo Rose, a tática da polícia era basicamente separar o preso que deveria ser torturado assim que ele chegava. Durante todo o período em que era torturado, ele se mantinha segregado dos outros presos, uma forma de manter a tortura psicológica e diminuir a quantidade de testemunhas dos atos criminosos. Na década de 1940 esse cuidado aumentou ainda mais.¹³¹

As torturas eram feitas conforme o gênero: as mulheres eram postas nuas e molestadas sexualmente, se possível, na presença de algum homem da família, como filho ou marido. Elas também recebiam a “bucha de mostarda”, uma esponja encharcada de mostarda que era enfiada na vagina delas. Na Polícia Central funcionou, durante algum tempo, o “salão de beleza”, onde as mulheres tinham seus cabelos arrancados.¹³²

Para ambos os sexos havia um sabre que a polícia enfiava no ânus do detento; podia-se arrancar o olho fora; afivelar uma máscara de couro que só permitia respirar o necessário para não desmaiar, com sessões de socos e pontapés; pôr o prisioneiro no chamado “pau-de-arara”, tal qual na escravidão e na Ditadura Militar, com tapas,

¹²⁸ CANCELLI, op. cit., p.96.

¹²⁹ ROSE, op. cit., p.95.

¹³⁰ Ibidem, p.168.

¹³¹ Ibidem, p.120.

¹³² Idem.

queimaduras de cigarro, estupros, afogamentos e choques. Um dos tipos de torturas chamava-se “Adelfis”, em que se prendia o sujeito nas barras das celas com braços e pernas afastadas, depois se enfiava bambu ou alfinete sob as unhas, ou farpas nas gengivas, para obter informações. A “tortura chinesa” consistia no esmagamento dos testículos ao mesmo tempo em que se enfiavam alfinetes e farpas sob as unhas ou se faziam queimaduras de cigarros ou charutos. A “cadeira americana” era uma cadeira em que o detento era preso e, com uma mola que saía de dentro dela, era jogado na parede.

A maioria das sessões nas cadeias urbanas acontecia na parte da noite, quando os funcionários que não eram torturadores já tinham ido para casa, e os detentos estavam em suas celas. Os soldados ligavam um rádio no volume máximo ou o motor de uma moto para abafar o som, mas mesmo assim era possível ouvir os gritos.¹³³

Voltando a uma análise mais ampla, é preciso assinalar o sentido da violência institucional, através da prisão e do maltrato aos prisioneiros, para a lógica da dominação de classes que se construía. A partir de Gramsci percebemos que a situação histórica do regime de Vargas é em grande medida advinda do instável equilíbrio entre o projeto hegemônico em construção das classes dominantes e os interesses dos dominados que o projeto afirma representar. Para Gramsci, as relações de dominação numa sociedade resultam em concessões das classes dominantes aos trabalhadores, mas isso não significa que a dominação não exista, pois as concessões têm limites reais e muito claros.¹³⁴

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isso é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.¹³⁵

A dialética do consenso e da coerção é particularmente cara à nossa pesquisa, pois é através dela que pretendemos analisar a construção do Estado varguista, principalmente enquanto ditadura, no Estado Novo. Ou seja, embora numa ditadura

¹³³ Ibidem, pp.121-122.

¹³⁴ MATTOS, “Qualificando a intervenção...”. pp.81 e 82.

¹³⁵ GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere*, vol.3. p. 48. apud. MATTOS, “Qualificando a intervenção...”. p. 82.

sempre predomine o aparato coercitivo, a dimensão da criação de consensos esteve presente e desempenhou um papel fundamental. A formação do consenso se dá através da tomada em consideração do conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre toda a sociedade, de forma a realizar uma hegemonia. Gramsci explica de forma bastante clara a maneira como o consenso se apresenta na sociedade e, mais tarde, como este consenso se relaciona com a coerção:

Se todo Estado tende a criar e a manter certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado para ficar conforme a tal finalidade, ser maximamente eficaz e produtor de resultados positivos. (...) premia-se a atividade louvável e meritória, assim como pune a atividade criminosa (e pune-se de modo original, fazendo-se com que intervenha a ‘opinião pública’ como instrumento de sanção).¹³⁶

Prosseguindo na forma como se construíram consensos na Era Vargas, um tema de crucial importância é a definição do que é o povo brasileiro, sua cultura e sua identidade. Ao longo de todos seus anos de governo, Vargas se preocupou particularmente com essa questão, utilizando massivamente o rádio para difundir a chamada “cultura popular brasileira”. Segundo Gramsci, a cultura popular passa por um conteúdo classista, onde “povo” é uma categoria construída pelas classes dominantes como algo homogêneo e como justificativa para a unidade e o domínio. O “povo homogêneo” é criado através de uma construção de intelectuais das classes dominantes, através de compartilhamentos, elaborações, revisões e apropriações de sentimentos populares, criando assim, a base da dominação hegemônica.¹³⁷ Como exemplo, tivemos a construção do samba e dos festejos do carnaval carioca enquanto uma cultura popular nacional. Sendo o Rio de Janeiro a capital federal, uma forma de exercer e demonstrar através da cultura a supremacia da presidência sobre todo o país era difundir uma cultura regional como sendo a cultura nacional.

Na construção de uma nova identidade nacional também estava o ideal de cidadão brasileiro, que era de homens e mulheres trabalhadores, vinculados aos sindicatos, e unidos, formando uma comunidade em benefício do progresso do Brasil.

¹³⁶ GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere*, vol.3, p. 28.

¹³⁷ MATTOS, “Qualificando a intervenção...”. p. 86.

Segundo Antonio Gramsci, o Estado é visto como um “educador” do grupo subordinado à busca de um novo nível de civilização. E, nesse processo, cria-se o “homem coletivo”, o ideal de cidadão em que todos os indivíduos devem se espelhar.¹³⁸ O indivíduo que por algum motivo não espelhasse esse modelo inventado e difundido deveria ser rapidamente afastado da sociedade que se formava, e nesse ponto entra a principal política da Era Vargas, que é a coerção. Elisabeth Cancelli, em seu livro *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*, resume como a construção do consenso pode ser usada para legitimar o exercício da coação:

Não era certamente através da propaganda e da doutrinação que se instalava o terror. A propaganda, ela mesma, fazia parte de todo um aparato de terror, porque, antes de mais nada, condicionava todos os indivíduos, através do espectro de seres desesperados que eram, no interior de uma sociedade de massas, e, a partir do hábito de suas renúncias sistemáticas, fazia com que cada um se projetasse em promessas que visavam tocar nos mais íntimos desejos reprimidos. Esta propaganda induzia à certeza de que o novo regime providenciaria a toda a sociedade um estado de felicidade futura. E era galgada na repetição sistemática de *slogans*, projeções e verdades fabricadas, espalhados por cada meio de disseminação cultural que o Estado tivesse a possibilidade de atingir ou criar.¹³⁹

Virgínia Fontes demonstra de forma elucidativa como a construção do consenso está diretamente relacionada à legitimação da coerção, tomando como exemplo o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, criado em 1939. Segundo ela, o departamento assume o papel que Gramsci atribuiu aos intelectuais, sendo os comissários do grupo dominante para o exercício da hegemonia social e do governo político diante dos grupos subalternos. Ou seja, o consenso é mostrado de forma espontânea, mas é orientado pelo grupo fundamentalmente dominante da vida social, e o aparato de coerção estatal é assegurado “legalmente” para a disciplina dos grupos que “consentem”. Dessa forma, podemos dizer que o DIP cumpria uma função *sistematizadora*, produzindo uma reflexão do Estado, da cultura nacional, participando profundamente da construção do ‘mito Vargas’. Já a função *repressora* vinha por meio do controle e do impedimento a outras formas de expressão que não estivessem coadunando com o discurso oficial. O DIP mantinha uma estreita relação com a Delegacia de Ordem Pública e Social, órgão destinado à repressão política, inclusive

¹³⁸ GRAMSCI. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3, pp.23; 28.

¹³⁹ CANCELLI, op. cit., p. 36.

compartilhando informações.¹⁴⁰

Ao passo que as atitudes dos trabalhadores que eram consideradas satisfatórias pelo Estado foram premiadas, como no caso do novo aumento do salário no dia 1º de maio, as ações contrárias ou que pelo menos se omitissem ao novo modelo imposto mereciam ser reprimidas. E então entra o elemento coercitivo da dialética gramsciana.¹⁴¹ Em caráter educativo, a coerção passa pela justiça e por toda a sociedade civil, gerando uma “opinião pública” de apoio à repressão.¹⁴² Porém, essa coação não era feita indiscriminadamente, e, sim, a partir de um claro conflito de classes em que a classe dominante procurou desorganizar a classe trabalhadora através das prisões de suas lideranças, deixando-a mais vulnerável à ideologia do povo coeso que Vargas propagava.

Os três elementos principais da coerção são as forças armadas, as leis e os tributos. Em outro momento veremos como a organização de um aparato policial forte e a sanção de diversas leis foi importante para definir que tipo de pessoa era aceito na sociedade construída na Era Vargas e quem deveria ser excluído. Mais uma vez citando Gramsci:

O Estado também neste campo, é um instrumento de ‘racionalização’, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e ‘pune’, já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é ‘possível’, a ‘ação ou a omissão criminosa’ devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas o juízo de periculosidade genérica. O direito é o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva de educação cívica desenvolvida no Estado.¹⁴³

Dessa forma, Cancelli parte do pressuposto de que a repressão policial era um instrumento fundamental para a manutenção do poder e da ação do Estado varguista¹⁴⁴ e que, para tal objetivo ser alcançado, havia a necessidade de um aparato policial capaz de exercer o controle social, do cotidiano dos trabalhadores e da sociedade como um todo.¹⁴⁵ Nessa lógica, a prisão se torna o espaço de exclusão dos que não se enquadram no regime, sem qualquer fiscalização de direitos humanos. Até mesmo os chamados “vadios” foram perseguidos, pois eles não se enquadravam nesta nova sociedade de

¹⁴⁰ FONTES, op. cit., pp.11; 192.

¹⁴¹ GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere*, vol. 3, p. 28.

¹⁴² Ibidem, p 23.

¹⁴³ Ibidem, p.28.

¹⁴⁴ CANCELLI, op. cit., p. 04.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 26.

classes. Lemos Brito diz em seu texto “Do moderno conceito de vadiagem e do seu tratamento médico social” que dentro do princípio da cooperação, cada um devia ter o seu quinhão de trabalho produtor. Logo, a passividade econômica por parte de um indivíduo resultou na sobrecarga para outra pessoa, grupo ou comunidade social.¹⁴⁶ Assim, era necessário que o “vadio” se corrigisse e se tornasse produtor, e isso devia acontecer através da reclusão destes nas colônias penais, como a de Dois Rios, na Ilha Grande.

Certamente, o maior inimigo do Estado Vargasista era o comunismo. Afinal, era uma ideologia política que ganhava cada vez mais força entre o movimento de oposição brasileiro e propunha outro tipo de Estado, contra o capitalismo e a divisão de classes, um estado vital para as classes dominantes. Segundo a lógica do governo, o combate a esse grupo somente poderia ser feito com base na violência. Portanto, a política deveria se equipar com saber técnico e específico para a luta contra os crimes políticos. Como os objetivos do inimigo eram ilimitados, seus poderes também poderiam ser.¹⁴⁷

Na dialética do consenso e da coerção, a população era chamada a participar em vários atos de civismo proclamados por Vargas, inclusive na caça aos comunistas. Frequentemente, os cidadãos apoiavam a política de prisão dos comunistas enviando cartas diretamente para o presidente com informações de atos e pessoas suspeitas. Essas cartas passavam primeiro para o Ministério da Justiça e depois eram encaminhadas à Chefia de Polícia do Distrito Federal.¹⁴⁸ Temos, por exemplo, a Federação das Associações do Comércio e Indústria do Ceará, que remetiam folhetos e boletins distribuídos no estado para a presidência.¹⁴⁹ A partir de 1935, depois da Insurreição Comunista, várias medidas foram tomadas para a completa eliminação dos comunistas da sociedade brasileira.¹⁵⁰

¹⁴⁶ *Arquivo do MJNI*. Ano 2, junho de 1944, nº 7.

¹⁴⁷ CANCELLI, op. cit., p. 83.

¹⁴⁸ *Ibidem*, pp. 92-93.

¹⁴⁹ Arquivo Histórico Nacional – Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Caixa 370, 11 de março de 1936. apud CANCELLI, op. cit., p. 94.

¹⁵⁰ <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos30-37/RadicalizacaoPolitica>, capturado em 15/08/2012.

CAPÍTULO II – O GRITO DOS EXCLUÍDOS: literatura de testemunho, trajetórias e memórias

O objetivo deste capítulo é apresentar os vários personagens caros ao próximo capítulo, sobre o funcionamento da prisão da Ilha Grande. Alguns deles, como Graciliano Ramos e Gregório Bezerra, escreveram livros de memórias em que relataram minuciosamente os momentos de cárcere, inclusive na Ilha Grande. Outros comunistas, como Carlos Marighella e David Capistrano, não deixaram nenhum livro que trate desse assunto, mas foram constantemente lembrados pelos colegas memorialistas, além de serem importantes para o cotidiano do presídio e para a militância comunista no Brasil deste período. Por isso, essas pessoas também merecem um breve resumo biográfico. Iremos ainda apresentar alguns personagens importantes para a administração da Colônia Correcional de Dois Rios, como o médico Hermínio Ouropretano Sardinha, que esteve por todo esse período nesse cargo, exercendo também, quando necessário, o cargo de diretor substituto. Ele também escreveu um livro de memórias.

Não podemos, porém, ler os livros de testemunho sem fazer a análise devida. Estes livros não são apenas uma biografia, mas também a forma como cada indivíduo interpretou a sua vida, e principalmente a sua importância dentro do movimento político do qual fizeram parte. Por isso, antes de apresentar os comunistas que estiveram presos na Ilha Grande, é necessário definir melhor como trabalhar com a chamada “literatura de testemunho”, um estilo próprio de escrita e de explicação dos fatos.

2.1. A literatura de testemunho

A resistência aliada às artes, à cultura e à narrativa começou a ser utilizada entre as décadas de 1930 e 1950, quando muitos intelectuais se engajaram na luta contra o nazismo, o fascismo, o salazarismo e o franquismo na Europa.¹⁵¹ A partir daí, difundiram-se livros escritos pelas pessoas que passaram pelos campos de concentração nazistas, que procuravam mostrar fatos que a história oficial escondia da sociedade. Segundo Márcio Seligmann Silva, citando Primo Levi:

“A necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras

¹⁵¹ BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp.125-126.

necessidades elementares.”¹⁵² (...) Levi nesta passagem coloca as expressões “aos outros” e “os outros” entre aspas. Este destaque indica tanto o sentimento de que entre o sobrevivente e “os outros” existia uma barreira, uma carapaça, que isolava aquele da vivência com seus demais companheiros de humanidade, como também a consequente dificuldade prevista desta cena narrativa.¹⁵³

Dessa forma, o ex-preso buscava, não apenas contar “aos outros” o que havia acontecido com ele, mas também renascer enquanto indivíduo naquela sociedade que ainda não entendia seu sofrimento.

Nasce, então, um tipo de literatura nova: a literatura de testemunho, que associa a história e o engajamento. “Nem pura ficção, nem pura historiografia: testemunho.”¹⁵⁴ Ao mesmo tempo que o testemunho procura a idoneidade, pois tenta ser verídico, ele também valoriza a subjetividade, ou seja, a memória individual de um determinado fato. Dessa forma, um testemunho oferece sempre um foco singular, diferente de toda e qualquer narrativa.¹⁵⁵

Mas como podemos analisar ou usar como fonte uma narrativa que já se pretende uma mistura de ficção com realidade?¹⁵⁶ Dori Laub alerta que em situações tão traumáticas, como o Holocausto – ou mesmo uma prisão política – é impossível que a pessoa se afaste o suficiente para tecer um testemunho lúcido e íntegro. Mas essa dificuldade, de maneira nenhuma é argumento para que não haja testemunho ou para minimizá-lo. Além disso, é essencial perceber no testemunho, a construção *a posteriori* dos fatos acontecidos.¹⁵⁷

Alfredo Bosi resume a questão da seguinte maneira:

Teríamos aqui esboçadas nestas passagens uma teoria da prosa memorialista, segundo a qual há uma larga distância entre o observador supostamente neutro e o escritor que contrai ou expande a seu critério a matéria recordada. O autor não propõe absolutamente que a testemunha dê um salto para o discurso da imaginação; mas legitima um modo livre, nada ortodoxo, de tratar o fluxo de memória.¹⁵⁸

¹⁵² LEVI, Primo. *É isto um homem?*. apud SELIGMANN – SILVA, Márcio. “Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas”. *Revista de Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, volume 20, número 1, 2008, pp.65-82.

¹⁵³ SELIGMANN-SILVA, op. cit., p.66.

¹⁵⁴ BOSI, *Literatura e resistência*, p.221.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p.222

¹⁵⁶ MELLO, Marisa Schincariol . “Encarcerando ideias: Graciliano Ramos, Jorge Amado e o realismo socialista (1945-1953)”. IN.: MATTOS, Marcelo Badaró de (org.). *Livros Vermelhos: literatura, trabalhadores e militância no Brasil*. p. 146.

¹⁵⁷ SELIGMANN-SILVA, op. cit., pp.67-68.

¹⁵⁸ BOSI, *Literatura e resistência*. p.234.

É exatamente este ponto que diferencia o testemunho de uma biografia ou de uma autobiografia. Em seu texto sobre a ilusão biográfica, Bourdieu insiste em diversos equívocos na escrita de biografias e autobiografias.¹⁵⁹

Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo. O relato, seja ele biográfico ou auto-biográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em sequencias ordenadas segundo relações inteligíveis. O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o *postulado do sentido de existência* narrada (e, implicitamente, de qualquer existência).¹⁶⁰

Segundo Sérgio Micelli, como uma tentativa de escrever de forma linear, a maioria dos autores começa sua narrativa com o nascimento ou descrevendo sua família e procura constantemente, ao longo de toda a narrativa, justificar sua vocação, suas opções políticas e intelectuais, ou seja, dar coerência à sua trajetória.¹⁶¹ Para Bourdieu, é essencial que procuremos interpretar o documento em si, o que ele chama de “estatuto social do documento”, ou seja, procurar entender qual é o objetivo do autor ao escrever o texto.¹⁶²

Sobre o que levou os autores a escrever seus textos, Marcelo Badaró, Marisa Mello e Julia Monnerat, fazem colocações cruciais. Devemos analisar cada autor e seu respectivo livro de maneira individual, porém podemos tecer considerações gerais em torno dessas obras, como o fato de uma grande quantidade de livros de memórias ter sido escrita durante a reabertura política da Ditadura Militar, no fim dos anos 1970. Segundo os autores, esses militantes escolheram escrever suas memórias numa tentativa de resgate de lutas feitas ao longo das duas ditaduras que o Brasil viveu – o Estado Novo e a Ditadura Militar. É, além de uma estratégia de luta pela valorização do regime

¹⁵⁹ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. p.184.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ MELLO, op. cit., p.15.

¹⁶² BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p.234.

democrático, uma forma de conseguir reconhecimento pela sua trajetória de militância, pessoal e das suas organizações, especialmente, o PCB, representado como vanguarda de luta dos trabalhadores brasileiros.¹⁶³ Estes militantes, por fazerem parte de uma mesma organização, se encontravam e conversavam, inclusive sobre suas experiências, e por isso, podemos ver em alguns momentos uma proximidade do discurso.

Dulce Pandolfi nos lembra de que a memória não é apenas o registro do passado, mas também “algo produzido e acabado a partir do passado, e que deve ser preservado, resgatado e transportado para o presente”.¹⁶⁴ A memória de um partido tem como função construir e reconstruir identidades, através de discursos, objetos materiais, símbolos e ritos.¹⁶⁵ Por terem escrito suas memórias tanto tempo depois do acontecido, os militantes tiveram oportunidade de “enquadrar a memória”¹⁶⁶ dentro de um mesmo discurso do partido.

No entanto, é necessário destacar certas especificidades, como o contexto histórico em que foi lançado o livro de Heron Pinto. Seu livro é uma coletânea de reportagens já publicadas anteriormente, entre 1937 e 1942. Devido à possibilidade de retorno de Getúlio Vargas à Presidência da República, dessa vez pela eleição democrática, Heron decidiu publicar de novo estas reportagens, na forma de um livro. Graciliano Ramos também teve seu livro publicado em outro momento. Podemos conjecturar alguns motivos para tal. Primeiramente, por ser já um escritor, desde o início de sua prisão Graciliano fazia anotações, pensando numa possibilidade de escrever um livro sobre seu cárcere.

Estes dois livros, escritos na década de 1950, influenciaram os livros posteriores.¹⁶⁷ Ainda na mesma década, Agildo Barata chegou a citar o livro e a acusar Graciliano Ramos de não fazer parte da vida presidiária.¹⁶⁸ Isso provavelmente se deu porque Graciliano, além de tecer algumas críticas a Barata, também não se entendia muito com o Coletivo, órgão extremamente defendido por Barata como mantenedor da ação política dentro do presídio. Algumas outras questões de Graciliano Ramos com o PCB serão mais bem explicitadas mais tarde. Heitor Lima também, como poderemos ver em breve, pode ter sido influenciado pelas palavras de Graciliano e pela tentativa de

¹⁶³ MATTOS; BARBOSA; MELLO, op.cit, p.8.

¹⁶⁴ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995. p.15.

¹⁶⁵ Ibidem, p.16.

¹⁶⁶ POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio” (Tradução: Dora Rocha Flaksman). *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, volume 2, número 3, 1989, p.8.

¹⁶⁷ MATTOS; BARBOSA; MELLO, op. cit., p.20.

¹⁶⁸ BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário (memórias)*. Rio de Janeiro: Ed. Melso. 1962. p. 305.

não falar na primeira pessoa.

No geral, conforme as obras vão sendo lançadas, os outros militantes começavam a entrar em contato com a interpretação de cada um em relação a determinados acontecimentos. Ainda que não seja explícito, tais reconstruções são sempre interpretadas e absorvidas de alguma forma, o que influenciou na escrita da sua própria memória. Por exemplo, as de Heitor Lima, já do ano de 1982, depois de outras memórias lançadas, se propôs como uma mudança de discurso, um ângulo novo, nunca antes divulgado. É interessante notar que, esta pretensa visão privilegiada da realidade, não é vista como contraditória com o objetivo de apresentar uma visão neutra, jornalística e historiográfica dos acontecimentos.

Quanto à importância de suas obras, é interessante perceber que todos se julgavam detentores de alguma verdade, que será mais ou menos explicitada em seu texto. A maioria, à exceção de Graciliano Ramos, também tentava se legitimar enquanto militantes representantes de uma classe trabalhadora e das lutas populares no Brasil.¹⁶⁹ Segundo Mattos, principalmente em relação aos depoentes da década de 1970 e 1980:

A publicação das memórias desses militantes, retratando em alguma medida aquele período, respondem a uma série de impulsos, como: o de valorização do caráter “heroico” daquela geração militante; o de denúncia da base ditatorial a partir da qual se construiu a força política do trabalhismo e do Varguismo; o de ressaltar a solidariedade e a humanidade como valores que podem emergir em situações extremas como a da violenta privação da liberdade; e, mais especialmente, o de resgate da memória da experiência ditatorial de forma a evitar sua repetição.¹⁷⁰

A seguir apresentaremos os presos comunistas que integram a nossa pesquisa. Vale tecer algumas considerações em relação a essa parte da pesquisa: o objetivo principal não é pesquisar minuciosamente cada pessoa aqui considerada, mas, sim, entender qual é a sua função dentro do movimento comunista e os motivos que fizeram com que ela fosse presa. A profundidade da análise varia conforme a pessoa em questão: não podemos igualar aqui Herón Pereira Pinto, de quem se tem pouca notícia, a alguém como Carlos Marighella, ainda que o primeiro tenha escrito sua memória e o segundo não; assim como Graciliano Ramos detém uma análise mais pormenorizada do que Gregório Bezerra, não por ser um mais importante do que o outro, mas porque

¹⁶⁹ MATTOS; BARBOSA; MELLO, op.cit, p. 20.

¹⁷⁰ Idem.

Graciliano era um literato, e deve ser analisada também a sua escrita e inserção no campo intelectual de seu período.

2.2. Presos políticos

2.2.1 João Lopes (1930)¹⁷¹

João Lopes nasceu em 1896, na cidade de São João da Barra, no Rio de Janeiro. Sua mãe nasceu após a lei do ventre-livre, e sua avó era angolana, vinda como escrava para o Brasil. Durante toda a sua infância e adolescência, morou em várias casas porque estava constantemente envolvido em alguma confusão, principalmente porque, por ser negro e pobre, sempre era acusado pelos outros. Durante esse período aprendeu o ofício de marítimo e padeiro.¹⁷²

Aos 20 anos, mudou-se para a cidade de Campos, empregou-se numa padaria com péssimas condições de trabalho e, por isso, organizou, com os outros trabalhadores, uma greve. A partir daí, entrou em contato com o anarquismo. Pouco tempo depois foi para o Rio de Janeiro e tentou entrar para o Corpo de Bombeiros, mas não quis ficar. No Rio iniciou sua carreira de músico, tocando com uma banda nas ruas de Santa Teresa, em 1922 se empregou como ferreiro no Cais do Porto e logo entrou para o Sindicato dos Metalúrgicos.¹⁷³

Por fazer parte do sindicato, foi procurado com outros colegas pelo PCB, que procurava apoiá-lo. Depois de algum tempo passou a trabalhar apenas no sindicato e a ter maior contato com comunistas como Astrogildo Pereira. Com a diminuição da repressão no governo de Washington Luís, João entrou também para o Bloco Operário Camponês e começou a militar em comícios, tanto nos comícios relâmpagos feitos na porta das fábricas, quanto nos comícios grandes, sempre liderados por militantes experientes, como Roberto Morena.¹⁷⁴

Porém, com o novo governo de Vargas, ainda em 1931, embora não fosse declarada, a perseguição aos sindicatos e comunistas já havia começado. João narra uma vez em que, sem saber, ajudou a polícia a rastrear sua militância e seus companheiros:

“Bom, o Batista Luzardo traiu. A mim, traiu, porque pouco tempo depois me mandou para a Ilha Grande. Logo no começo [do governo Vargas], reabrimos o sindicato [dos metalúrgicos, que tinha sido

¹⁷¹ Entre parênteses, ao lado do nome, está o ano ou os anos em que o preso esteve na Ilha Grande.

¹⁷² GOMES, Angela de Castro. *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988. pp.75-80.

¹⁷³ *Ibidem*, pp.84-87.

¹⁷⁴ *Ibidem*, pp.90-92.

fechado no fim do governo Washington Luís], e o Paulo Lacerda levava ele lá. Fui até capanga dele. Um dia ele mandou me chamar, eu, o Agenor Marinho e o João Júlio, porque queria dar um cartão para a gente poder entrar no Lloyd ou no Laje, não lembro, para ver quem falava contra Getúlio. Aí o Astrogildo disse: ‘Não faça isso. Você vai dar parte de seus companheiros, não. Não vá.’ Eu não quis aceitar.”¹⁷⁵

Ainda na chefia de Batista Luzardo, João foi preso durante um comício em frente ao jornal *A Noite* porque ele e seus companheiros estavam falando mal de Getúlio Vargas. Primeiro foi para a Casa de Detenção, mas lá já ficou sabendo por um colega de partido que ele era o militante mais visado e, por isso, provavelmente acabaria indo para a Ilha Grande. Quando essa notícia foi confirmada, “Th, teve nego chorando, dizendo que tinha que telefonar para casa...”¹⁷⁶

Conseguiu sair da prisão porque fez um acordo com o diretor da CCDR para ser libertado em troca de fazer alguns trabalhos como ferreiro. Mas, mesmo tendo enviado para o partido todo o dinheiro que ganhou de salário na prisão, durante algum tempo os militantes o acusaram de ter colaborado com o governo e, para provar que ainda era fiel ao movimento, teve que cumprir diversos desafios propostos pelo partido. Depois foi para Moscou estudar e voltou na comissão de organização do PCB.¹⁷⁷

Quando irrompeu a revolta de 1935, ele estava no nordeste a mando da Comissão Central, segundo ele para conter o ímpeto dos revoltosos. Mas, como não conseguiu, se refugiou com a esposa no interior do Rio Grande do Norte. Mesmo assim, foi preso mais uma vez, e levado para o presídio Brasil Novo, em Pernambuco. Segundo a esposa de João, Letícia, o Brasil Novo era

Uma desgraça! Quem nunca passou pelo Brasil Novo não sabe o que é prisão. Esse daí vomitava sangue, de tanto que apanhou. Quando iam bater nele iam me buscar para ele apanhar na minha frente. E ele quase morto fazia assim com a boca para eu não dizer nada. Bateram, bateram, bateram, quase mataram ele. Aí me soltaram. Até pedi para dormir lá, que eu não conhecia nada em Pernambuco. Me botaram junto com os tuberculosos, com o pessoal que vinha do interior para ir para o hospital. Dormi ali e de manhã saí por uma rua qualquer, vi uma senhora e perguntei: “A senhora sabe de alguém querendo empregada?” Ela disse que sabia, me mostrou uma casa e eu fiquei lá como empregada. Mas eu não sabia fazer nada, e a minha cabeça zunia. Fiquei nessa casa algum tempo, e depois arranjei de morar na casa de

¹⁷⁵ Ibidem, pp.94-95.

¹⁷⁶ Ibidem, pp.-95-96.

¹⁷⁷ Ibidem, pp.96-98.

uma senhora no Pina. Todo dia de visita eu ia na cadeia ver o João, mas eles diziam que ele não estava lá.

Ficou nessa prisão até a “macedada”, em 1937. Quando saiu, voltou para a casa da mãe, no Morro do Pinto, no Rio de Janeiro, e começou a trabalhar como eletricista, já que como metalúrgico era visado pela polícia.¹⁷⁸

Foi o seguinte: eu arranjei trabalho como eletricista numa firma que foi construir o Quartel-General. Um dia, foi lá um detetive dizendo que estava procurando um eletricista que tinha feito mal a uma moça. O capitão falou: “Não, temos aqui um eletricista que é um senhor muito decente.” Mandou me chamar, e o polícia disse: “Ele volta já, vamos levá-lo só para um esclarecimento.” Do lado dele estava o encarregado da obra, e vi logo que ele é que tinha me denunciado. Fui para a Polícia Central, e lá estava tão cheio que não tinha mais lugar. Prenderam uma fábrica inteira que ficava ali perto da Zona. Até um sujeito que era um getulista danado, vivia dizendo: “Porque o Dr. Getúlio Vargas...” Bastava o sujeito ter uma briga pessoal, o outro dizia logo que ele era comunista e mandava prender. Foi aí que me mandaram para Fernando de Noronha. Foram uns duzentos e tantos presos, integralistas e comunistas.¹⁷⁹

Naquela ilha já existia o coletivo, e eles organizavam a horta, a criação de animais, os estudos de política e outras atividades dos comunistas. Foi também nessa prisão que ele teve contato com Rodolfo Ghioldi, Agildo Barata e outros comunistas. Segundo ele, ao contrário da opinião de Gregório Bezerra, os integralistas e os comunistas se relacionavam bem, principalmente fazendo esportes juntos. Antes da transferência de todos os presos para a Ilha Grande, João Lopes foi levado para a capital federal, pois tinha um problema nos rins que precisava ser tratado no hospital.¹⁸⁰

Embora algumas vezes o seu esforço pelo partido não tivesse sido reconhecido, e em outros momentos não concordasse com a diretriz do partido, João Lopes foi bastante dedicado durante todo o tempo que esteve filiado. O interessante por este depoimento está em mostrar como a prisão pode tê-lo ajudado a entender e discutir melhor a ideologia comunista, pois, embora tivesse contato com outros dirigentes do Partido Comunista antes de ser preso, foi justamente durante os momentos de prisão, principalmente em Fernando de Noronha, que ele pôde participar de cursos, palestras e conversas sobre o comunismo.

¹⁷⁸ Ibidem, pp.103-114.

¹⁷⁹ Ibidem, p.115.

¹⁸⁰ Ibidem, p.116.

2.2.2 Leôncio Basbaum e o *Uma vida em seis tempos* (09-12/1932)

Leôncio Basbaum nasceu em 1907, em Recife, filho de um casal de imigrantes judeus da Moldávia. Veio para o Rio de Janeiro em 1925, para estudar na Faculdade de Medicina da Praia Vermelha. Nesta cidade conheceu alguns militantes comunistas, como Astrogildo Pereira – de quem ganhou os livros *ABC do Comunismo*, de Bukharin, e *Agrarismo e Industrialismo*, de Otávio Brandão –, e em 1926 filiou-se ao PCB. Fundou a primeira célula comunista da faculdade de medicina, fazia parte da distribuição e venda do jornal *A Classe Operária* e ministrava cursos teóricos sobre *O Capital* no Sindicato dos Tecelões. Lá se encontrava constantemente com Heitor Ferreira Lima e Bernardino Machado.¹⁸¹

Em 1927, foi designado para criar a Juventude Comunista, e por causa dela, passou a integrar a Comissão Central Executiva do partido. Em 1928, foi obrigado a sair da Juventude Comunista por causa da idade e passou a se dedicar inteiramente à Comissão Central. Também neste ano representou o PCB no VI Congresso da Internacional Comunista, em Moscou, e aproveitou pra representar a Juventude Comunista no V Congresso da Internacional Juvenil.¹⁸² Em 1929, foi enviado para a I Conferência dos PCs na América Latina com Heitor Ferreira Lima, Mario Grazini e Danton Jobin.¹⁸³ Também se encarregou de entrar em contato com Prestes para que ele se filiasse ao partido, mas, naquela ocasião, o pedido ainda era negado. Mesmo sendo um militante extremamente importante, foi afastado da Comissão Central em 1930 por causa da nova diretriz de “proletarização” do partido, conhecida por “obreirismo”.¹⁸⁴

Durante a década de 1930, foi preso em vários momentos por fazer parte de alguma manifestação sindical: em 1930 em Salvador, em 1931 no Rio Grande do Sul e em 1932, em São Paulo. Nesta última vez, foi levado para a Colônia Correccional de Dois Rios e ficou lá até dezembro do mesmo ano.¹⁸⁵

A primeira vez que Leôncio Basbaum esteve com Antonio Maciel Bonfim, o

¹⁸¹ LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.38. No fundo da Delegacia Especial de Segurança Pública consta o nome de Bernardino Machado, alfaiate português, acusado de ligação com o Socorro Vermelho. Foi preso em julho de 1929 dentro do sindicato dos alfaiates e em janeiro de 1930 pelo apedrejamento da Embaixada Mexicana. Ambas as prisões duraram apenas uma noite. Em 1936 foi preso por distribuir panfletos comunistas e transferido para a CCDR em dezembro do mesmo ano. Morreu ainda na colônia em 1937, mas não foi possível precisar a data.

¹⁸² *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*.

¹⁸³ VIANNA, op. cit., p.54.

¹⁸⁴ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*.

¹⁸⁵ VIANNA, op. cit., p.71.

Miranda, foi na Ilha Grande. No momento certo serão mais bem explicadas as várias dúvidas que cercam a biografia de Bonfim, mas vale aqui ressaltar que, desde essa época, Basbaum tinha desconfianças em relação ao seu companheiro. Logo que chegou, Basbaum não acreditava que Bonfim era mesmo um comunista, depois achou estranha a forma como Bonfim inseriu-se rapidamente no plano de fuga de Basbaum e alguns companheiros. O acordo era que Basbaum seria avisado para ir até o local marcado para fugir, porém, em cima da hora, Bonfim foi no lugar de Basbaum, que ficou sabendo da fuga de Bonfim apenas quando começaram as buscas.¹⁸⁶

Embora desde 1930 já houvesse presos políticos, Leôncio faz questão de mostrar o quanto sua passagem pela Ilha Grande foi importante para o partido comunista. Antes dele e de seus companheiros serem presos, não existia uma organização partidária na CCDDR e, por isso, não existia a assistência do Socorro Vermelho, a contribuição dos soldados comunistas nem mesmo a separação entre os presos políticos e os presos comuns dentro do galpão.¹⁸⁷ Também na Casa de Detenção ele e seu grupo foram importantes para a organização política, reivindicação de produtos importantes para o cotidiano e para impor ao diretor da prisão a nova instituição que estava sendo criada.¹⁸⁸

Em dezembro de 1932, ele foi solto. Já no trem que ia levá-lo de Mangaratiba para o Rio de Janeiro, foi libertado pelos soldados.¹⁸⁹ No ano de 1933, foi expulso do partido acusado de ser pequeno-burguês e, por isso, não participou das insurreições de 1935. Mesmo assim, em 1934, morando em Maceió com seu irmão, foi preso mais uma vez por exigência de integralistas, mas não ficou muito tempo na cadeia. Em 1936 foi convidado a retornar.¹⁹⁰ Vale ressaltar que esta não foi a única vez que ele foi expulso do partido sob a mesma acusação, porém ele nunca deixou de participar de reuniões e sempre que voltava, era requerido em cargos de direção.

Em 1942, fez parte da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), mas em 1943 essa comissão reuniu-se e elegeu um novo comitê central que não incluía Basbaum.¹⁹¹

Em 1944, já com sinais de retorno à democracia, trabalhou na organização da Editora Vitória, ligada ao PCB, área que não lhe era estranha visto que durante todo o

¹⁸⁶ Idem; BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, pp.139-139.

¹⁸⁷ BASBAUM, op. cit., pp.133-138.

¹⁸⁸ Ibidem, pp.127-129.

¹⁸⁹ Ibidem, p.140.

¹⁹⁰ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.

¹⁹¹ Idem.

seu tempo de formação em medicina e no partido se manteve ativo enquanto jornalista e chegou até a publicar livros de análise política. A editora tinha publicações de romances, traduções de clássicos socialistas, material do PCB, e teve um importante papel na distribuição de livros importados clandestinamente. Seu auge foi nas décadas de 1940 e 1950.¹⁹² Essa editora publicava principalmente obras de literatura social, autores soviéticos e materiais do partido.¹⁹³

Em 1958, abandonou definitivamente o partido. Em 1961, fundou sua própria editora, a Agência Literária (Edaglit), publicando alguns de seus livros, hoje publicados pela Alfa-Ômega. Sua editora foi fechada no início da ditadura militar.¹⁹⁴

Faleceu em março de 1969, aos 61 anos, apenas três meses depois de terminar suas memórias.

Por causa da data de sua morte, suas memórias não receberam a revisão necessária por parte do autor e sua primeira edição foi publicada, em 1976, sem qualquer alteração. Já a edição de 1978 foi “revista”, muito provavelmente, com as mudanças necessárias à época da escritura do texto. Ambas as edições foram publicadas pela Alfa-Ômega, e o livro ainda faz parte do catálogo da editora.

Em nenhuma das edições existe qualquer apresentação do livro que não seja a escrita pelo próprio autor, salvo o aviso de que o texto foi terminado pouco antes de sua morte e que o editor escolheu manter a obra original.

Basbaum apresenta suas memórias como um exercício de autoavaliação. Diz que os 60 anos são uma boa idade para qualquer pessoa refletir sobre sua própria vida¹⁹⁵. Além disso, assumiu um pouco de vaidade, pois procurou mostrar o mundo tal como ele o viveu. Outros motivos são o fato de os amigos insistirem por um livro de memórias e ter participado, por mais da metade de sua vida, do PCB e dos ideais de liberdade e de resgate do povo brasileiro.¹⁹⁶ Diz ele:

De qualquer modo acredito que este trabalho será uma contribuição para uma futura história do PCB: como nasceu, como viveu e morreu. Mas será mais do que uma história política: será antes uma história humana, o **lado humano da atividade revolucionária**.¹⁹⁷

¹⁹² PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. *A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro*, p.140.

¹⁹³ *Ibidem*, p.112.

¹⁹⁴ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*.

¹⁹⁵ BASBAUM, op. cit., p.xviii.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. xv.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. xvi. Grifo do autor. É interessante notar que o PCB decidiu se dissolver para a criação do PPS apenas na década de 90. Ou seja, a morte do partido é uma morte simbólica, dentro dos ideais

É interessante notar que ele apresentou uma preocupação em relação aos envolvidos, alertando para o uso de pseudônimos, salvo as pessoas que já haviam morrido, as que permitiram a publicação ou os que eram nomes tão conhecidos do DOPS ou do FBI que mais uma citação não faria mais diferença.¹⁹⁸ Ainda que suas memórias tenham sido publicadas apenas em 1976, ele começou a escrevê-las no período de forte repressão, em 1967, e por isso, precisava garantir que, quando fosse publicado, seu livro não apresentaria maiores problemas.

Este é o motivo pelo qual suas memórias demoraram a serem publicadas: ainda nos anos 1960 existia um quadro de censura bastante forte, que mudou apenas na segunda metade da década de 1970. Em 1973 foi fundada a Editora Alfa-Ômega, já seguindo uma linha de esquerda, e, em 1976 foi publicado, por esta mesma editora, um dos primeiros livros de impacto no contexto da chamada “distensão”, a abertura gradual e segura em relação ao mercado editorial.¹⁹⁹ No site da editora, recentemente, vemos que seu lema é: “Há 40 anos publicando o pensamento crítico brasileiro!”, com obras de Slavoj Zizek, Marx e Engels, Aldo Rebelo, Astrogildo Pereira e Fidel Castro. Como dissemos anteriormente, Agildo Barata também fez parte deste time de comunistas. Outros livros de Basbaum foram publicados e ainda se encontram no catálogo da editora, como os quatro volumes da *História Sincera da República*.²⁰⁰

2.2.3 Roberto Morena (1932; 1943-1945)

Roberto Morena nasceu no Rio de Janeiro em junho de 1902, filho de dois imigrantes italianos. Após completar os estudos, dedicou-se a atividade de marceneiro entalhador. Em 1917, iniciou sua militância política, influenciado pelo anarcossindicalismo, destacando-se nas organizações de marceneiros e entalhadores. Em 1924, se filiou ao PCB.²⁰¹ Segundo João Lopes, Morena foi um importante militante do Bloco Operário Camponês no fim dos anos 1920, sendo um quadro importante nos comícios.²⁰²

Assim como Basbaum, Morena foi preso durante a articulação de movimentos

de Basbaum de um partido comunista.

¹⁹⁸ Ibidem, p.xvi.

¹⁹⁹ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2005., p. 590. A saber, o livro é *A ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*, de Fernando Morais.

²⁰⁰ <http://www.alfaomega.com.br/>

²⁰¹ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*.

²⁰² GOMES, op. cit., p.92.

grevistas nos sindicatos de São Paulo.²⁰³ Seguiu para a Casa de Detenção e foi levado para a solitária depois de uma manifestação contra as más condições de alimentação.²⁰⁴ Provavelmente Basbaum e Morena foram transferidos para a Ilha Grande juntos, mas essa informação não fica clara em seu testemunho. Por ser marceneiro, foi encaminhado para o trabalho na marcenaria, onde tinha longas conversas com Basbaum e chegaram a construir um jogo de xadrez.²⁰⁵

Ficou na Ilha Grande até 1934, quando foi solto, exilou-se no Uruguai e voltou em 1935, ao Rio Grande do Sul, para participar da revolta organizada pela ANL. Foi preso em 1936, mas solto com a “macedada”. Atendendo às instruções do partido, organizou uma força expedicionária de voluntários para a Guerra Civil Espanhola. Depois que acabou a guerra foi preso num campo de concentração da Argélia, mas conseguiu fugir em 1939 e se exilou na União Soviética, onde ficou trabalhando numa fábrica de tratores.²⁰⁶

Em 1941, voltou ao Brasil, assim como outros voluntários da Guerra Civil Espanhola, e, por causa das ordens de Vargas, foi preso.²⁰⁷ Segundo as memórias de Gregório Bezerra, ele e Morena estiveram juntos na Ilha Grande. Bezerra comenta das habilidades de Morena e de outros companheiros na oficina de artesanato que haviam organizado.²⁰⁸

Em 1945 foi eleito secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, mas como ela foi fechada em 1947, exilou-se no México, continuando sua militância comunista na Confederação de Trabalhadores da América Latina até 1949. De volta ao Brasil, de 1951 a 1955 exerceu o cargo de Deputado Federal, eleito pelo Partido Republicano Trabalhista.²⁰⁹

Exilou-se no Uruguai quando teve o Golpe Civil-Militar, antes de ser condenado pela Justiça Militar. Por ter prisão preventiva decretada, não voltou ao Brasil até a sua morte, em 1978, mas se manteve militante do PCB e representante do partido em órgãos internacionais, tendo morado no Chile e em Praga, onde faleceu. Seu corpo foi enterrado em junho de 1980, no Brasil, depois da decretação da anistia.²¹⁰

²⁰³ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.*

²⁰⁴ BASBAUM, op. cit., p.129.

²⁰⁵ Ibidem, pp.136-137.

²⁰⁶ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.*

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ BEZERRA, op. cit., p.289.

²⁰⁹ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.*

²¹⁰ Idem.

2.2.4 Antonio Maciel Bonfim²¹¹ (1932)

Antonio Maciel Bonfim nasceu em fevereiro de 1905, na Bahia, filho de camponeses. Segundo o *Dicionário Histórico-Biográfico*, Bonfim foi militante da Liga de Ação Revolucionária (LAR) na Bahia. Essa liga foi fundada por Prestes quando esteve em Buenos Aires, em maio de 1930, mas durou apenas até a Revolução de 1930.²¹²

No início de 1932, ele foi preso na Bahia e condenado à deportação no Uruguai, porém conseguiu fugir enquanto estava no Paraná, a caminho da deportação. Do Paraná enviou uma carta para o Comitê Central (CC) do PCB explicando ser um membro do LAR que havia fugido e pedindo filiação ao partido. Desconfiados do fato da organização já ter sido extinta e de ninguém conhecer a pessoa, o CC decidiu arquivar o pedido.²¹³ Segundo conta Leôncio Basbaum em suas memórias, a carta parecia muito suspeita para eles darem algum crédito.²¹⁴

Ainda em 1932, Bonfim foi preso e em novembro encaminhado à Ilha Grande, quando conheceu Leôncio Basbaum pessoalmente. Por causa da carta e das atitudes de Bonfim, ele foi “congelado” por alguns dias, por suspeita de ser agente da polícia. Depois, por ser “bom de papo”, ele foi admitido como convivente, mas não participava das reuniões do coletivo. Quando chegou, foi encaminhado para a olaria, justamente de onde iria sair um grupo de fugitivos do qual Basbaum fazia parte. Como ele ainda era visto com desconfiança, o plano de fuga foi interrompido. Em seu livro, Basbaum lamenta o fato deles²¹⁵ terem fugido sem chamá-lo. Anos depois, Bonfim disse a Basbaum que surgiu uma oportunidade e que eles deveriam fugir logo, que não tinham tempo para chamar outros presos.²¹⁶

Em 1933, Antonio Maciel Bonfim se filiou ao partido comunista, e foi para um curso de formação administrada pelo Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista com Lauro Reginaldo da Costa. Nesta passagem pelo Uruguai, Bonfim procurou Prestes para elogiar seu manifesto publicado no mesmo ano.²¹⁷ Pouco depois, Lauro Reginaldo da Costa foi indicado para ser secretário do partido, mas por motivos

²¹¹ Como era necessário na época da clandestinidade, Bonfim tinha vários apelidos, como Américo de Carvalho, Andrade, Fernandes, Queiróz, Tavares e, o mais conhecido deles, Miranda.

²¹² *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*.

²¹³ Idem.

²¹⁴ BASBAUM, op. cit., p.138

²¹⁵ A saber; Antonio Maciel Bonfim, Desidério e Caetano Machado. Fugiram com a ajuda de soldados, que entregaram roupas novas, dinheiro, e disseram o melhor caminho de fuga. LIMA, op. cit., p.169.

²¹⁶ BASBAUM, op. cit.,139; *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*.

²¹⁷ VIANNA, op. cit., p.115.

de doença ele não pôde aceitar o cargo, que foi entregue a Bonfim.²¹⁸

Em 1934, Bonfim foi para Moscou como chefe da delegação do PCB no que acabou sendo a III Conferência dos Partidos Comunistas da América Meridional e do Caribe. Lá ele fez grande exaltação à militância comunista no país, afirmando que o Brasil se encontrava no momento ideal para um movimento revolucionário e convencendo a conferência de que o PCB deveria começar a preparar o movimento armado.²¹⁹

Depois da insurreição de 1935, em 1936, Antonio e sua companheira Elvira Capelo Coloni, conhecida como Elza Fernandes ou Garota, foram presos, no Rio de Janeiro. Como eles foram presos com vários documentos do secretariado do partido, a polícia manteve-os presos e sob tortura para que denunciassem os companheiros.²²⁰ Segundo Bonfim, ele foi violentado por quatro dias seguidos, era obrigado a ficar em pé o tempo todo, comia a cada 24 horas, ficou em um cômodo em que tinha que ficar sempre em movimento, parando apenas para ser espancado, perdeu um dos rins por causa das torturas, levou choques e foi “executado” com balas de festim diversas vezes.²²¹

Sua companheira, Elza, foi acusada pelo partido de ter denunciado vários militantes, inclusive Rodolfo Ghioldi, e por isso, foi assassinada a mando dos comunistas. Bonfim afirmou em uma carta para o irmão de Elza que ela não entregou Rodolfo Ghioldi à polícia, como estava sendo divulgado pelos jornais.²²²

Por causa da participação no levante, em 1937, Bonfim foi condenado pelo Supremo Tribunal Militar a quatro anos e quatro meses de prisão.²²³ Em 1938 ele foi transferido para o presídio de Fernando de Noronha, onde conviveu com Gregório Bezerra, segundo consta em suas memórias. Gregório lembrava a decepção que foi a convivência com Bonfim naquela época. Gregório admirava Antonio por já ter sido o maior nome da hierarquia partidária brasileira e por escrever ótimos artigos no jornal *A Classe Operária*, por isso via nele uma pessoa que podia ajudá-lo a aprender mais sobre marxismo. Porém, Bonfim acreditava que a prática era o importante e que muitos marxistas não praticavam nada, embora teorizassem. Ainda segundo Bezerra, a maior preocupação de Antonio na prisão era fazer intrigas entres os militantes presos e, até

²¹⁸ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.*

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Idem.

²²¹ ROSE, op. cit., p.101.

²²² Ibidem, p.102.

²²³ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.*

conseguiu apoio de alguns companheiros, gerando uma divisão no coletivo.²²⁴

Em 1940, Antonio Maciel Bonfim foi transferido para o Rio de Janeiro por causa do problema nos rins, por isso, ele não voltou à Ilha Grande no momento da transferência da colônia de Fernando de Noronha. Foi solto em 1945, com a anistia e voltou para a Bahia para morar com os parentes. Lá, chegou a formar um sindicato católico, sem ligação com o partido, mas morreu um pouco depois, ainda na década de 1940, em consequência dos maus tratos que recebeu na prisão.²²⁵

2.2.5 Heitor Ferreira Lima e o *Caminhos Percorridos* (1932-1934)

Heitor Ferreira Lima nasceu em Corumbá, em Mato Grosso. Embora não saibamos exatamente a data do seu nascimento, pelas datas e idades que menciona ao longo de seu livro, Heitor deve ter nascido no ano de 1905. Ele era filho de um gaúcho que morava no Paraguai e de uma paraguaia. Quando sua mãe decidiu vir ao Brasil reclamar a herança de seu marido, morto, atravessou a fronteira pelo Mato Grosso. E por ali mesmo acabou ficando. Ainda em Corumbá, Heitor aprendeu o ofício de alfaiate. Quando foi para o Rio de Janeiro continuar os estudos, em 1922, para ajudar a se sustentar, arrumou um emprego de ajudante de alfaiate.²²⁶

No Rio de Janeiro, ficava na casa de amigos de sua mãe, como o tenente Lucas, que fazia parte do movimento comunista, e apresentou a Heitor essa ideologia. O tenente Lucas aconselhou Heitor a procurar Otavio Brandão, que mais tarde o apresentou a Astrogildo Pereira. Este último incentivou Heitor a entrar na União dos Alfaiates, onde teve oportunidade de continuar seus estudos marxistas. Acreditamos que isso tenha acontecido ainda em 1922 ou em 1923, quando o movimento comunista estava cada vez mais forte dentro dos sindicatos, mas ainda com uma grande resistência do movimento anarquista. Esse embate ideológico foi narrado por Heitor em suas memórias.²²⁷

Como já foi dito anteriormente, na União dos Alfaiates, Heitor teve contato com vários militantes comunistas, dentre eles Leôncio Basbaum, e sua participação no sindicato aproximava-o cada vez mais do partido, a ponto de, em 1923, quando completou 18 anos, se filiar ao PCB.²²⁸ Já no ano seguinte, foi escolhido para ir

²²⁴ BEZERRA, op. cit., pp.278-279.

²²⁵ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*.

²²⁶ LIMA, op. cit., pp.22-24.

²²⁷ *Ibidem*, p.34.

²²⁸ *Ibidem*, p. 45.

participar dos festejos do 10º aniversário da Revolução Russa e fazer o curso da Escola Leninista Internacional, criada em 1926.²²⁹ Em seu livro, Heitor copiou uma citação do livro de memórias de Basbaum sobre esse fato:

Depois de muito debater, nossa escolha recaiu sobre um jovem alfaiate, chamado Heitor Ferreira Lima, de 21 anos, por nos parecer inteligente e sério, além de ser militante ativo no seu sindicato, o que era para nós ponto de honra decisivo. É verdade que alfaiate não era uma profissão das que os comunistas mais apreciavam por não ser a alfaiataria uma 'indústria básica'. Sempre havíamos preferido metalúrgico, ferroviário, marítimo e outras dessa ordem. Mas, assim mesmo, mandamos o Heitor, com boas recomendações.²³⁰

Em 1929, como já foi dito, ocorreu a I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, que teve como representantes do Brasil Leôncio Basbaum, Heitor Ferreira Lima, Mário Grazzini e Danton Jobin.²³¹ Na mesma época, Basbaum e Lima foram para São Paulo militar nos sindicatos e foram presos e encaminhados para a CCDR.²³²

Lima esteve no PCB de 1923 a 1942 e teve uma militância destacada, por ser o primeiro brasileiro a participar da Escola Leninista Internacional de Moscou, de 1927 a 1930. De volta ao Brasil, firmou-se no meio jornalístico, especializando-se em desenvolvimento industrial e economia e publicou alguns livros nessa área.

Lançado pela editora Brasiliense em 1982, seu livro de memórias se pretende um relato diferente de tudo até então visto, com novos documentos e a versão de um brasileiro com visão privilegiada dos acontecimentos. Já no início do prefácio, Paulo Sérgio Pinheiro agradece pela publicação de um livro tão esperado. Depois diz que tais memórias de Lima são, na verdade, um pretexto para fazer uma análise do PCB, assim como sua atividade política, desde sua fundação até os anos 1940.²³³ Pinheiro ressalta que Heitor é um historiador, e que, por isso, seus escritos serão importantes não apenas aos que gostam de ler memórias, mas aos que tem interesse em fazer uma arqueologia

²²⁹ Ibidem, p.69.

²³⁰ Ibidem, op. cit., p.70. Percebe-se que a idade que Leôncio Basbaum citou não é a mesma que evidenciamos com as memórias de Heitor Lima. Essa confusão é comum, mas não interfere em nada na nossa análise.

²³¹ VIANNA, op. cit., p.54.

²³² LIMA, op. cit., p.168.

²³³ Ibidem, p. 7.

do partido.²³⁴

Pinheiro promete um ângulo diferente de qualquer outro livro de memórias de militantes que à época já existiam em um número considerável. Isso se deve pelo fato de Lima ter sido o único brasileiro a fazer parte dos festejos do 10º aniversário da Revolução Soviética e ter morado naquele país por cerca de três anos, ainda na década de 1920. Ainda diz que o chamado Dr. Heitor Ferreira Lima tinha posse de documentos que nenhum outro militante teve, o que lhe permitiu entender de outra forma alguns acontecimentos.²³⁵

Este mote de “raridade do testemunho” é seguido pelo próprio Heitor na parte denominada “Justificativa”. De fato, é este seu principal objetivo.

Parece-me assim justificada a narração que vou fazer aqui, não propriamente da minha vida que nada tem de especial, mas desses fatos e episódios em que tomei parte ou que lhe dizem respeito muito de perto.

Nesse caso, o *eu* será aqui mero pretexto ou servirá apenas como um fio condutor para referir esses acontecimentos e traçar ligeiros perfis das personagens a eles ligados. (...) No entanto, embora detestável, impõe-se aqui, para definir atitudes, delimitar responsabilidades e esclarecer posições, pois às vezes certas coisas era *eu* quem pensava, realizava ou propunha, devendo, portanto, ser separado do coletivo, entidade ou grupo, como frequentemente acontece em atividades de vários organismos, onde o *nós* é quem norteia tudo.²³⁶

O primeiro parágrafo deste trecho nos mostra o que já foi discutido, o apelo da raridade do depoimento. Já o segundo parágrafo, se aproxima da narração de Graciliano Ramos, que também foge do “pronomzinho irritante”.²³⁷ Porém, diferentemente de Ramos, Lima faz questão de se diferenciar quando for necessário, ou seja, quando sua atuação política foi importante para os rumos do partido. É possível que isso se deva ao abandono da sua militância no PCB.

Passados alguns anos, acredita que vai apresentar uma interpretação mais clara dos acontecimentos de que tomou parte. E poderá avaliar estes momentos sob o prisma da atualidade, como um resultado de experiência vivida. Assim, sua epígrafe faz muito sentido: “Mas evocar o passado para nós é pensar no futuro”.²³⁸

²³⁴ Ibidem, p.9.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Ibidem, pp.13-14.

²³⁷ RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio, São Paulo: Record, 1982. 15ª edição. vol. 1, p.37.

²³⁸ Eugênio Evetuchenco, *Autobiografia precoce*, edição brasileira, p.178. apud LIMA, op. cit.,

A editora Brasiliense foi fundada em 1943 por Caio Prado Júnior em parceria com Monteiro Lobato e Arthur Neves. Embora Caio Prado Júnior fosse diretor da editora e comunista, seu selo era completamente autônomo em relação ao PCB, publicando livros também com outras direções políticas. O livro também recebe na capa o selo do Arquivo de História Social Edgard Leuenroth (AEL), da UNICAMP.²³⁹ Este arquivo foi criado em 1973, depois da doação dos documentos de alguns intelectuais militantes à universidade, entre os quais o que lhe conferiu o nome. Ainda hoje é um espaço de construção de pensamento importante na instituição. Porém, embora lá esteja guardado o Fundo Heitor Ferreira Lima, nenhum livro do autor consta como publicado. Provavelmente foi uma parceria entre o AEL e a Brasiliense. Embora, também no site da Brasiliense não se encontre mais o livro no catálogo.

2.2.6 Heron Pereira Pinto e o *Nos subterrâneos do Estado Novo* (1936)

Heron, que tinha como nome oficial Herondino, era um jornalista e sindicalista. Foi preso em 1935 e solto na chamada “macedada”. Em julho foi admitido no jornal *A Rua*, no qual lançou várias reportagens sobre sua vida na prisão. Estas reportagens foram unidas e publicadas no livro *Nos subterrâneos do Estado Novo*.²⁴⁰ Infelizmente não foi possível encontrar qualquer informação deste jornalista além das contidas em seu livro. Mesmo não sabendo muito sobre sua vida, as memórias do tempo em que esteve na prisão são válidas, sobretudo por o livro ter sido lançado num momento político específico e diferente de todas as outras memórias: a eleição de Getúlio Vargas, em 1950.

Tanto o prefácio, feito pelo conceituado jornalista e escritor marxista Edmundo Muniz, quanto a nota dos editores (“Interessantes relato do autor, que esteve encerrado nas masmorras da Casa de Detenção e da Colônia de Dois Rios”) e ainda um texto destinado aos leitores (“Aos leitores”) são carregados de acusações a Getúlio Vargas, Filinto Muller e o Estado Novo como um todo. São expressões como “regime do Terror”, “desempenhar entre nós, o papel de Hitler e Mussolini”, “O que se passou de 1935 a 1945, em desrespeito à tradição democrática de nosso povo, representa uma das páginas mais negras da história política do continente americano.”, todas estas no prefácio.

A seguir, os editores mantêm o tom ao dizerem não se tratar apenas de um texto,

²³⁹ http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/

²⁴⁰ PINTO, Heron. *Nos subterrâneos do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Germinal. 1950. p.15.

mas, sim, de fatos que aconteceram ao próprio escritor, que esteve nos “cubículos infectos e desumanos” da Casa de Detenção e da Colônia Correccional de Dois Rios. Além disso, apresentam o texto como sendo uma coletânea de reportagens e o autor como um jornalista profissional, provavelmente para reforçar a veracidade das informações ali contidas.

Não sabemos claramente por quem foi escrita a nota aos leitores, mas provavelmente é uma apresentação feita pelo próprio autor. Nela se diz:

Nas folhas seguintes, o leitor não encontrará fantasia e sim realidade um pouco esmaecida, talvez para não incorrer o autor na incredulidade do leitor, diante dos fatos deprimentes, filmados pela retina dos que lá estiveram, entre eles Graciliano Ramos, escritor e ex-Secretário de Educação de Alagoas; Francisco Chermont²⁴¹, filho do ex-senador Abel Chermont, e advogado de nossos auditórios; bancários, ferroviários, jornalistas, enfim milhares que viveram sacrificadamente longo tempo nas masmorras do Estado Novo.²⁴²

O motivo pelo qual o tom do texto é tão severo é, provavelmente, mais do que o claro ódio ao ditador e seus funcionários. Em vários momentos destes textos iniciais, foram feitas alertas à população de que o terror de Getúlio Vargas estava prestes a voltar nas eleições de 1950 e o povo deveria impedir isso. Tal postura é compatível à linha do PCB, ilegal e semiclandestino naquele momento, que denunciava Getúlio (e também seus opositores), por compromissos com os latifundiários e o imperialismo. Edmundo diz, por exemplo, que:

A experiência do passado deveria ser uma lição para o presente. Mas que vemos? O ditador, que suprimiu o direito de greve e a autonomia dos sindicatos, ressurgir no cenário da política nacional como líder da classe trabalhadora. Isto é, sem dúvida, uma das melhores mistificações de nosso tempo. E mistificação que produz o seu efeito prático, pois verificamos que parte das massas populares, enganada pela demagogia do ex-ditador, luta, presentemente, como os camponeses da Vendéia,

²⁴¹ Francisco Chermont era filho do senador Abel Chermont. Abel foi preso em março de 1936, depois de ter denunciado as torturas e ilegalidades que o governo federal estava praticando contra os presos políticos. Com Abel Chermont foram presos os deputados Domingos Velasco, Abguar Bastos, João Mangabeira e Otávio da Silveira, todos integrantes do Grupo Pró-Liberdades Populares. Chermont foi libertado apenas em 1937. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro). Segundo depoimento de Abel Chermont, a Comissão de investigação sobre os Atos Delituosos da Ditadura, seu filho, Francisco, foi preso com ele, enviado à Colônia Correccional, depois à Casa de Detenção, ficou alguns dias no navio Campos e dez dias na CCDR. Nesses dez dias emagreceu dez quilos. (Diário do Congresso Nacional. Ano II, número XX (20 de setembro de 1947). Rio de Janeiro)

²⁴² PINTO, op. cit., pp.13-14.

durante a Revolução Francesa, contra seus próprios interesses.²⁴³

Quanto à editora *Germinal*, não foi fácil achar informações sobre ela, ainda que, aparentemente, tenha funcionado por bastante tempo. Ela foi fundada no Rio de Janeiro em 1947 por Roberto das Neves, um português anarquista, e, pelo menos até 1981, data de uma entrevista encontrada na internet,²⁴⁴ ela ainda funcionava. Porém, podemos especular que, ela era uma editora anarquista pequena o suficiente para não sofrer nenhuma repressão durante a Ditadura Civil-Militar. O fato de a editora ser anarquista, faz-nos deduzir se Heron Pinto também o era, porém não podemos ter certeza desta hipótese, visto que o jornalista que escreveu o prefácio era marxista, uma doutrina extremamente criticada por Roberto das Neves.

2.2.7 Graciliano Ramos e o *Memórias do Cárcere* (1936)

Graciliano Ramos foi um dos mais importantes escritores brasileiros do século XX. O alagoano contribuiu, junto a José Lins do Rego, Jorge Amado, Rachel de Queiroz e outros, para a divulgação da vida sertaneja e nordestina. Ao longo de sua vida, exerceu dois cargos públicos: o de prefeito de Palmeira dos Índios, em Alagoas, que lhe deu a fama inicial, de 1928 a 1930, e o de gestor público na área de educação, de 1930 a 1936 e depois, de 1941 a 1953. Também exerceu diversas funções no setor literário, principalmente em jornais e revistas. Lançou cinco romances, dois livros de contos, três livros de memórias e dois livros de crônicas.²⁴⁵ Este número pode parecer pequeno para literatos da época, principalmente quando comparado à vasta produção de Jorge Amado, mas não podemos esquecer que Graciliano teve seu primeiro livro publicado apenas em 1933, com 40 anos, e morreu exatamente vinte anos depois, em 1953. Embora fosse reconhecido como comunista desde a passagem pela prisão, ele afirmava que não tinha nenhuma contribuição a dar para o incentivo da revolução. Tendo apontado o contato com outros militantes comunistas na prisão como um fator determinante, Graciliano ingressou no PCB somente em 1945. Ainda que, ocupando funções determinadas pelo PCB (como na direção da Associação Brasileira de Escritores), tenha permanecido no partido até a data de sua morte, em 1953, sempre

²⁴³ Ibidem, “Prefácio”.

²⁴⁴ <http://aesquerdalibertaria.blogspot.com.br/2013/05/entrevista-roberto-das-neves-anarquista.html#Ux9aZvldX4U>

²⁴⁵ MELLO, *Como se faz um clássico da literatura brasileira? Análise da consagração literária de Erico Verissimo, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Rachel de Queiroz (1930-2012)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Orientadora: Adriana Facina Gurgel do Amaral.p.2

divergiu de algumas diretrizes da organização, especialmente de suas orientações estéticas,²⁴⁶ como veremos em breve.

Graciliano Ramos nasceu na cidade de Palmeira dos Índios, Alagoas, em 1893, vindo de uma família de posses em decadência, seu pai era comerciante. Ou seja, ainda que Graciliano não tenha desfrutado de nenhuma herança quando adulto, na sua infância ele pôde utilizar os recursos financeiros da família e ter acesso à educação e à cultura.²⁴⁷ Já em 1909 começou a trabalhar em jornais de Maceió. Em 1914 foi para o Rio de Janeiro trabalhar como revisor de provas tipográficas nos jornais *Correio da Manhã*, *A Tarde* e *O Século*, porém em 1916 teve que retornar a Palmeira dos Índios para cuidar da loja de tecidos do pai. Embora não tivesse tido educação superior, Graciliano lia muitos jornais, livros e revistas que encomendava pelos correios, principalmente depois da Revolução Russa.²⁴⁸

Em 1928, iniciou sua carreira pública como prefeito da cidade, fato que foi crucial para sua iniciação como literato. Os relatórios que escrevia para o governador de Alagoas evidenciaram suas qualidades literárias, a ponto de ter reconhecimento do público. A prestação de contas do município de Palmeira dos Índios foi publicada no *Jornal de Alagoas*, *O Semeador* e o *Correio da Pedra*.²⁴⁹ Em 1930, no entanto, Ramos deixou a prefeitura para assumir o cargo de diretor da Imprensa Oficial de Alagoas, em Maceió.²⁵⁰

Nessa mesma época, segundo consta na autobiografia de Jorge Amado, o artista plástico Santa Rosa havia se mudado de Maceió para o Rio de Janeiro com o objetivo de viver apenas de sua arte e mostrou ao grupo de literatos os relatórios de Graciliano, além de dizer que já existia um livro sendo escrito, mas esperando publicação. Augusto Frederico Schmidt, dono da Editora Schmidt, mandou a Graciliano uma carta mostrando interesse em seu livro. Há também uma versão de que Schmidt tenha enviado a carta sem saber se existia algum livro sendo escrito. O primeiro livro de Graciliano Ramos, *Caetés*, foi publicado em 1933, pela Editora Schmidt.²⁵¹ Augusto Frederico se especializou em publicar autores brasileiros e inéditos. Além de Graciliano Ramos,

²⁴⁶ MELLO, “Encarceirado ideias...”, p.132.

²⁴⁷ MELLO, *Como se faz um clássico...*, p.16.

²⁴⁸ *Ibidem*, p.21.

²⁴⁹ *Ibidem*, p.21.

²⁵⁰ BARBOSA, Júlia Monnerat. *Militância política e produção literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): as trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Orientador: Marcelo Badaró Mattos. p.111.

²⁵¹ MELLO, *Como se faz um clássico...*, pp.21-22.

também publicou Jorge Amado, Rachel de Queiroz e Gilberto Freire. Como tinha uma política de pequenas tiragens, a Editora Schmidt não durou muito tempo, fechando as portas em 1939, principalmente por causa da ascensão da Editora José Olympio no Rio de Janeiro, que levou muitos dos escritores lançados por Schmidt para seu catálogo.²⁵²

Em 1935, ano da Insurreição Comunista, Graciliano Ramos não fazia parte de nenhum movimento político, porém frequentemente se encontrava com outros intelectuais para discutir os rumos da política e da literatura brasileira. Todos do grupo eram antigetulistas, sendo apenas três deles ligados ao Partido Comunista, entre eles, Rachel de Queiroz. Graciliano demonstrava simpatia pela ANL, mas também nutria ressalvas pela organização, visto que não acreditava ser possível unir interesses divergentes numa mesma frente e desacreditava do sucesso de uma rebelião que tomasse o poder.²⁵³ Mesmo assim, foi avisado pelo colega pecebista, Alberto Passos Guimarães, de que ele estava sendo investigado pela polícia e corria o risco de ser preso.²⁵⁴

Graciliano foi preso no início de 1936, em Alagoas. De lá foi enviado para um quartel no Recife, depois foi transferido para o Rio de Janeiro, na Casa de Detenção – da qual ele sempre faz referência ao Pavilhão dos Primários, onde esteve – sendo depois levado para a Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande. Lá esteve poucos dias, mas o impacto que sofreu foi tamanho que boa parte de sua obra é dedicada à colônia. Da CCDDR foi encaminhado para a Polícia Central e, no dia seguinte, para a Casa de Correção.²⁵⁵ No total, Graciliano Ramos ficou dez meses na cadeia, ao passo que Jorge Amado, preso na mesma época e sob a mesma suspeita, ficou apenas dois meses.²⁵⁶ Acreditamos que isso tenha acontecido devido à diferença de reconhecimento que eles tinham enquanto escritores. Embora tenha recebido uma grande quantidade de elogios nos meios especializados na publicação de *Caetés*, Graciliano ainda era reconhecido apenas por uma restrita camada de intelectuais e não estava inserido no grupo de literatos da capital federal. Jorge Amado, no entanto, era já um escritor reconhecido, não apenas pelos meios especializados, mas também por uma parte da população, e estava completamente inserido no grupo de escritores e intelectuais do Rio de Janeiro.

Podemos atribuir a libertação de Graciliano à fama que ele ganhou enquanto

²⁵² Ibidem, pp.81-82.

²⁵³ BARBOSA, op. cit., pp.150-151.

²⁵⁴ Ibidem, p.8.

²⁵⁵ CANCELLI, op. cit., p.187.

²⁵⁶ BARBOSA, op. cit., p.155.

estava preso, principalmente a partir da campanha empreendida por José Lins do Rego e José Olympio pela sua soltura. Enquanto ambos se empenhavam na publicação do último romance de Ramos, *Angústia*, também denunciavam que estava na cadeia sem processo formal e sem saber por quanto tempo. Esse fato foi muito enfatizado no momento da publicação, quando Graciliano Ramos ainda estava na Casa de Correção.²⁵⁷

Seus primeiros prêmios vieram já em 1937, pelos livros *Angústia* (Prêmio Lima Barreto) e *A terra dos meninos pelados* (Prêmio Literatura Infantil do Ministério da Educação).²⁵⁸ No ano de 1938, com o lançamento de *Vidas Secas*, Graciliano Ramos confirmou sua posição como um dos melhores escritores brasileiros. Na ocasião, vários artigos foram publicados afirmando sua importância no cenário nacional.²⁵⁹ Em 1939, os livros *Angústia* e *Jubiabá* fizeram parte do grupo dos 10 melhores romances brasileiros, escolhidos por um concurso da *Revista Acadêmica*. Junto a eles estavam obras de nomes como Machado de Assis, José de Alencar, Aluísio de Azevedo, Mário de Andrade e Manuel Antonio de Almeida.²⁶⁰

No ano de 1941, a revista *Cultura Política* foi lançada, vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda. Esta revista tinha como função atingir uma camada específica da sociedade: a classe média intelectualizada. A publicação atraiu um grande número de intelectuais de esquerda porque não exigia alinhamento político automático, os artigos poderiam versar sobre temas literários e estéticos, e a remuneração era recompensadora. Graciliano teve nessa revista uma possibilidade de estabilidade, necessária para alguém que sustentava uma numerosa família.²⁶¹

A Associação Brasileira de Escritores (ABDE) foi criada em 1942 com a única pauta de defesa dos direitos autorais, por isso abarcava intelectuais com diversas orientações ideológicas. Porém, desde a Declaração de Princípios a entidade demonstrava uma defesa do regime democrático e uma clara oposição ao Estado Novo. A ABDE se propagou por todo o país e manteve sua postura de esquerda em todas as representantes estaduais. Ela durou até o ano de 1958, e por todo esse período a influência dos comunistas era bastante forte.²⁶² Em maio de 1951, Graciliano Ramos assumiu a presidência da entidade. Nesse período, o partido comunista estava novamente na ilegalidade, e, por causa da política Stalinista, os intelectuais e as pessoas

²⁵⁷ Ibidem, pp.-155-156; MELLO, *Como se faz um clássico...*, p.36.

²⁵⁸ MELLO, *Como se faz um clássico...*, ANEXO.

²⁵⁹ Ibidem, pp.105-106.

²⁶⁰ Ibidem, p.170.

²⁶¹ Ibidem, p.200.

²⁶² BARBOSA, op. cit., p.216.

ligadas à cultura estavam um pouco afastados do partido.²⁶³

Em 1945, Ricardo e Clara, filhos de Graciliano, estavam na Juventude Comunista do PCB, Heloísa, sua esposa, tinha se filiado ao partido e estava vinculada à célula da Tijuca, com a União Feminina do Morro do Borel. Por influência de sua família, e por convencimento de Prestes, Graciliano também entrou no partido, o que foi muito comemorado e divulgado nos meios de comunicação comunistas. Enquanto o partido foi legal, ele foi um polo de atração de setores da sociedade civil que estavam interessados na manutenção da democracia. Por isso, a divulgação de filiação dos intelectuais era importante para atrair a confiança dos novos filiados.²⁶⁴

Em 1952, Ramos foi diagnosticado com câncer de pulmão e foi operado em Buenos Aires, sendo a viagem financiada pelo partido, com a ajuda de Rodolfo Ghioldi. Seu aniversário de 60 anos foi comemorado no Salão Nobre da Câmara Municipal do Rio de Janeiro com vários escritores e intelectuais de esquerda. Ele não pôde comparecer, mas o evento foi transmitido pelas rádios Globo, Continental, Clube do Brasil, Roquete Pinto, Ministério da Educação e Cruzeiro do Sul. Em março de 1953, Graciliano Ramos faleceu.²⁶⁵

O livro *Memórias do cárcere* foi escrito de 1946 a 1953, sendo praticamente acabado. Este e o livro *Viagem*, de 1952, foram os únicos escritos depois que ele se filiou ao partido.²⁶⁶ E ambos foram publicados postumamente pela editora José Olympio. Graciliano fez um acordo com o editor de receber um salário de mil cruzeiros em troca de três capítulos do livro por mês. Mesmo com os corriqueiros atrasos, José Olympio continuava pagando o amigo conforme o combinado. O primeiro volume foi finalizado em 1947, o segundo em 1948, o terceiro em 1950 e o quarto foi interrompido em 1951, ficando, depois, inacabado.²⁶⁷

A repercussão deste livro foi tão ampla que o médico da CCDD – na época diretor interino – escreveu um capítulo apenas para mostrar o seu lado no que foi dito sobre a CCDD e ele mesmo por Graciliano. O livro de Hermínio Oupretano Sardinha foi publicado em 1969, logo os únicos já publicados sobre a colônia eram o de Heron Pinto, que teve pouca repercussão, o de Agildo Barata e o *Memórias do Cárcere*. Agildo

²⁶³ Ibidem, p.284.

²⁶⁴ Ibidem, pp.240-254.

²⁶⁵ Ibidem, pp.310-3111.

²⁶⁶ MELLO, “Encarcerado ideias...”. p.136.

²⁶⁷ BARBOSA, op. cit., p.312.

Barata fala muito sobre seu período prisional, porém, por causa do esquecimento, quase não cita diretamente as administrações das prisões. Podemos, então, afirmar que Sardinha escreveu seu livro de memórias, chamado *Memórias de um médico: Ilha Grande*, para combater certas afirmações feitas por Graciliano, assim como para se afirmar como um bom médico e diretor, dedicado ao bem-estar dos presos e à manutenção da ordem na colônia.

Segundo Sardinha, certo dia recebeu um telegrama de caráter urgente pedindo que “um preso político” fosse transferido para a Chefia de Polícia. Sardinha afirmou que Graciliano entrou na secretaria da prisão de forma grosseira, sem cumprimentar ninguém e perguntando logo o que queriam com ele. Quando recebeu seus pertences de volta, ainda conforme descrição de Sardinha, o preso começou a afirmar, “em tom áspero e indelicado”, que tinha sido roubado. Então o próprio Sardinha procurou no escaninho algo que pudesse ter ficado perdido e achou o envelope com suas coisas. “Eu mesmo entreguei os pertences. Depois de recebê-los e assinar o recibo no livro, esse preso, com um *obrigado* seco e uma expressão fisionômica que denotava a revolta contra tudo e contra todos, neurótico mesmo devido aos sofrimentos, retirou-se.” Por fim, o médico ainda diminui mais a importância de Graciliano: “Ele era o escritor Graciliano Ramos. Na Colônia, na solidão do cárcere, recolheu-se ao anonimato absoluto.”²⁶⁸ Estas informações são confirmadas por Graciliano. Ele acusou os policiais de terem furtado seus pertences e chamou todos os soldados da CCDD de ladrões. Segundo Ramos, isso aconteceu por causa da necessidade de reaver bens que julgava ter perdido para sempre, mas que o ajudariam a trazer o sentimento de identidade de volta.²⁶⁹

Vale lembrar aqui uma passagem que Graciliano escreveu com detalhes, mas que parece ter sido esquecida por Sardinha: depois desse incidente, Sardinha acompanha Ramos até a cela e o diálogo foi transmitido no livro de Ramos.

Levo recordações excelentes, doutor. E hei de pagar um dia a hospitalidade que os senhores me deram.
- Pagar como? exclamou o personagem.
- Contando lá fora o que existe na ilha Grande.
- Contando?
- Sim, doutor, escrevendo. Ponho tudo isso no papel.

²⁶⁸ SARDINHA, Hermínio Oupretano. *Memórias de um médico: Ilha Grande*. Rio de Janeiro: Reper, 1969., pp.233-234.

²⁶⁹ RAMOS, op. cit, pp.155-157.

O diretor suplente recuou, esbugalhou os olhos e inquiriu carrancudo:

- O senhor é jornalista?

- Não senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a Colônia Correccional. Duzentas páginas ou mais. Os senhores me deram assunto magnífico. Uma história curiosa, sem dúvida.

O médico enterrou-me os olhos duros, o rosto cortante cheio de sombras. Deu-me as costas e saiu resmungando:

- A culpa é desses cavalos que mandam para aqui gente que sabe escrever.²⁷⁰

Percebemos, então, que ainda na prisão, em 1936, Graciliano já tinha pensado na possibilidade de escrever um livro sobre seus dias de cárcere. Em outras passagens, ele comenta de anotações que fazia sobre suas experiências. Escreveu ao longo desse período dezenas de páginas sobre as situações mais assustadoras de sua vida. Mas, afinal, porque ele demorou dez anos para começar a escrever seu livro e depois mais sete anos escrevendo-o? Segundo sua esposa, o livro começou a ser escrito em 1946, e ele não começou a escrever nada antes desse ano porque esbarrava no perigo de falar de amigos ainda vivos, uma situação sempre delicada, mas que ainda não tinha nenhuma solução.²⁷¹ Mais à frente veremos que a forma como Ramos expõe seus companheiros de partido e o próprio PCB foi alvo de muitas polêmicas.

Graciliano disse, no primeiro capítulo de sua obra, os motivos pelos quais escreveu o livro: ele esperou que alguém mais capacitado escrevesse algumas memórias sobre as prisões brasileiras, mas como ninguém tinha tomado essa decisão – provavelmente o livro de Heron Pereira Pinto, lançado em 1950, não fora divulgado plenamente, ou não fora considerado importante o suficiente – teve que tomar esta responsabilidade. A pessoa “mais capacitada” devia ser alguém que fosse do partido, que tivesse alguma experiência de luta e militância, tema que Graciliano julgava não compreender o suficiente.

Alertou ainda para a ausência de notas, o que poderia ser considerado um problema, mas que ele via como uma liberdade para contar segundo suas memórias, sua visão mais subjetiva.²⁷² E, por isso, um historiador deve se manter alerta quanto à veracidade dos fatos num livro de memórias, não apenas um que assuma sua parcela de parcialidade subjetiva, mas também os que afirmam narrar apenas fatos verídicos²⁷³.

Outro fator que certamente influenciou Graciliano Ramos na escrita destas

²⁷⁰ Ibidem, vol. 2, p.158.

²⁷¹ BARBOSA, op. cit, p.311.

²⁷² RAMOS, op. cit, vol. 1, pp.33-34.

²⁷³ Sobre esse alerta e a literatura de testemunho, vamos falar mais tarde.

memórias foi a crítica ao uso de pseudônimos. Avisa no início do livro que não mudou o nome de nenhum dos personagens, mas que não julga que será um problema, dado o tempo transcorrido desde que as coisas se passaram. Argumenta ainda que a publicação provavelmente será póstuma.²⁷⁴ Não sabemos se ele pretendia deixar para publicar apenas depois que morresse ou se já sabia que sua vida estava por acabar devido à sua saúde debilitada desde a época da prisão.

Embora Graciliano mantivesse a modéstia que lhe era característica e alertasse para a subjetividade de sua obra, Nelson Werneck Sodré afirma que é o relato de uma época complicada na história de nosso país.²⁷⁵ Diz ainda, sobre o fato de Graciliano Ramos ser um escritor:

(...) pela sua gravidade e importância, desejávamos que eles fossem fixados com maestria tal que se tornassem eternos, que ficassem para a posteridade como um testemunho e que, muito depois, a qualidade literária do trabalho ajudasse a valorizá-los. Muitos estavam, pois, em condições de depor – mas raros em condições de dar ao depoimento o cunho da eternidade.²⁷⁶

Cabe aqui fazermos uma breve análise desta literatura, principalmente em comparação com a de Jorge Amado, também literato e membro do PCB.²⁷⁷ Ambos escreveram livros engajados politicamente, principalmente Jorge Amado, que era um dos militantes mais importantes dos quadros do PCB nas décadas de 1930 e 1940 e que estava mais de acordo com o modelo estético – constantemente criticado por Graciliano – do realismo socialista soviético.²⁷⁸

Os livros de Jorge Amado seguem mais a divisão de caráter entre o herói e o vilão, sendo este herói o responsável por transformar a vontade coletiva em ação, o homem que liberta a população do jugo dos opressores. Esse tipo de trama possibilita o aparecimento de personagens reais, como Stálin e, na versão brasileira, Luiz Carlos Prestes, os responsáveis pelo sucesso da revolução socialista em seus países.²⁷⁹

Já Graciliano Ramos, afirmava que a literatura era revolucionária por essência,

²⁷⁴ RAMOS, op.cit, v. 1, p.35.

²⁷⁵ Ibidem, p.9.

²⁷⁶ Ibidem, p. 12.

²⁷⁷ Escolhemos não analisar como os outros o livro Subterrâneos da liberdade, pois, embora sabidamente baseado nas prisões que Jorge Amado enfrentou durante a Era Vargas, ele é escrito como ficção, e não como um testemunho.

²⁷⁸ MATTOS; BARBOSA; MELLO, op.cit, p.13.

²⁷⁹ MELLO, “Encarcerando ideias...”, p.143.

não por obedecer a um ou outro estilo, ainda mais se panfletário.²⁸⁰ Os protagonistas de Graciliano são retratados sempre de forma conflituosa, como pessoas reais, com falhas no caráter,²⁸¹ principalmente em *Memórias do Cárcere*, no qual sempre ressaltava as mudanças de opinião em relação aos presos comuns e a ele mesmo.²⁸² Segundo Alfredo Bosi

A definição mais feliz que conheço a respeito é a de Otto Maria Carpeaux: o realismo em Graciliano se faz *problemático*. O crítico o opõe ao realismo de José Lins do Rego, que seria *orgânico*. (...) As situações vividas na cadeia, o narrador as concebe como enleadas, difíceis de penetrar. O caráter aleatório da perseguição política que lhe foi movida por desafetos em Alagoas (talvez integralistas, é o que sugere no começo do livro), o aspecto enigmático da sua condição de preso sem formação de processo e a atmosfera kafkiana dessa mesma experiência, tudo se reflete difusamente na sua escrita. Há sempre alguma coisa de indistinto, de mal aclarado e mal resolvido nos episódios lembrados. O embaraço diante dos fatos estende-se à compreensão dos companheiros. Quase todos lhe parecem opacos. Mal se inicia uma tentativa de comunicação e já nascem os equívocos. O esforço mental de sondar as intenções do outro rende tão pouco que logo sobrevém uma sensação de fadiga, uma tentação de desistência, o que leva mais de uma vez ao estado de reconcentrado encaramujamento.²⁸³

Essa crítica de Graciliano Ramos rendeu uma grande diferenciação entre suas obras e as de Jorge Amado dentro do partido. Enquanto o livro de Jorge Amado era publicado quase como uma versão oficial de sua experiência, o de Graciliano sofreu tentativas de censura e não foi aclamado pelo PCB.²⁸⁴ Depois da democratização pós-ditadura varguista, com o PCB na legalidade, o realismo socialista passou a ser difundido nacionalmente como a verdadeira “cultura proletária”, que fazia frente à “cultura burguesa”.²⁸⁵ Com a repressão ao Partido Comunista no governo de Dutra, a cultura se tornou o grande porta-voz da ideologia comunista, inclusive na literatura. Por isso, o realismo socialista foi ainda mais difundido entre os literatos do partido, na forma mais radical do zdanovismo. Com isso, a literatura de Graciliano Ramos passou a

²⁸⁰ MELLO, *Como se faz um clássico...*, p.38.

²⁸¹ BARBOSA, op. cit, p.174.

²⁸² MATTOS; BARBOSA; MELLO, op.cit, p.13.

²⁸³ BOSI, *Literatura e resistência*, p.226.

²⁸⁴ MATTOS; BARBOSA; MELLO, op.cit, p.15.

²⁸⁵ BARBOSA, op. cit, p.192.

ser ainda mais criticada pelo partido, e a de Jorge Amado ainda mais aclamada.²⁸⁶

Segundo as críticas do PCB, Graciliano havia estagnado no realismo crítico e não tinha conseguido atingir o realismo socialista. Seus livros eram, portanto, pessimistas, sem indicação de uma transformação social, muito menos de uma revolução.²⁸⁷ Porém, Graciliano argumentava que sua literatura era um reflexo da sociedade em que vivia, cheia de misérias. Outra de suas críticas era que a literatura socialista desenvolvida no Brasil submetia a forma ao conteúdo.²⁸⁸

Memórias do Cárcere foi publicado pela editora José Olympio em 1953, na época uma das editoras mais proeminentes do mercado editorial, e atualmente se encontra na 45ª edição, pela Editora Record. Diferentemente do debate sobre os livros de Graciliano publicados anteriormente, o maior problema em relação a este livro, para a direção comunista, foi justamente o conteúdo e não a forma. O livro tinha o objetivo de mostrar sua experiência de preso político na Era Vargas com um tom de crítica ao ditador. Porém, não fugiram da crítica também alguns membros do PCB, assim como o partido enquanto instituição. Ao contrário da diretriz de criação de heróis do realismo socialista, Graciliano encontrava fraquezas e contradições em vários militantes consagrados, inclusive em Prestes, o Cavaleiro da Esperança.²⁸⁹

Segundo Julia Monneratt Barbosa, os dirigentes do partido sabiam que Graciliano não iria escrever de forma que enaltecesse os líderes comunistas, e por isso decidiram reunir-se com ele. Primeiramente, Diógenes Arruda, dirigente do PCB, e intelectuais do partido foram duas vezes - uma em 1949 e outra em 1950 – tentar intervir na redação do livro e uniformizar a utilização do realismo socialista. Porém, em 1951, decidiram fazer uma reunião fechada, mas enfática, de mudança do texto. Nessa ocasião foram à casa do escritor Diógenes Arruda, Astrogildo Pereira, e Florindo Gonçalves, que apontaram algumas mudanças que deveriam ser feitas ao longo do livro. Por causa dessas discussões, Graciliano abandonou o livro, o que levou à ausência do último capítulo na publicação.²⁹⁰ Ainda depois do falecimento do autor, o PCB pediu à família os originais para fazer as mudanças necessárias, porém a família se recusou a

²⁸⁶ BARBOSA, op. cit, pp.306-308.

²⁸⁷ MELLO, “Encarcerando ideias...”, p.136.

²⁸⁸ Ibidem, pp.136-137.

²⁸⁹ Ibidem, pp.145-146.

²⁹⁰ BARBOSA, op. cit, pp.308-309; 314.

entregar.²⁹¹ Não sabemos até onde foram os cortes feitos no processo de edição, e o manuscrito nunca foi publicado.

O partido não queria que Graciliano criticasse a insurreição comunista ou alguns heróis históricos, como Prestes, tal qual feito no livro. Nesse momento específico, o PCB estava lutando para garantir sua existência frente aos ataques da Guerra Fria, por isso temia que a interpretação de Graciliano prejudicasse a visão que o partido estava construindo de si próprio.²⁹² Agildo Barata fez questão de diminuir a importância do relato de Graciliano, ao dizer que o escritor não fez parte da vida do coletivo, mas que estava sempre pelos cantos, fazendo suas anotações, à margem do partido.

Durante os dois anos e pouco em que esteve preso, Graciliano Ramos tomou notas e observou. Graciliano (quem o conheceu, de perto, sabe) era um introspectivo e pouco participava da vida dos presos políticos. Bastante irritado com as violências que vinha assistindo, e sofrendo, Graciliano, deixava-se ficar pelos cantos ou encafuado em seu cubículo. Seu temperamento amargo e suas tendências ao isolamento não lhe permitiram uma observação mais completa dos lances de nossa vida presidiária. Mesmo assim, o laureado escritor alagoano conseguiu reunir dados para encher as páginas de quatro afrontados volumes de reminiscências da cadeia, volumes que foram editados sob o título de 'Memórias do Cárcere'.²⁹³

O que impressionava Graciliano não era propriamente a vida partidária, o coletivo, mas sim a forma como todos aqueles homens conseguiram sobreviver àquelas condições, e, por isso, ele deve ter prestado atenção aos presos comuns, que, em alguns casos, já haviam passado pela prisão antes. Ele apontava os problemas políticos existentes, mas não propunha nenhuma alternativa a essas questões, e isto também deve ter desagradado o PCB.²⁹⁴ Já Heitor Ferreira Lima e Leôncio Basbaum, mais próximos aos ideais partidários, no momento retratado, não apenas articularam sua importância individual dentro do partido, mas também as questões do PCB dentro da conjuntura nacional e internacional, ao contrário de Graciliano, que marcou suas impressões num ponto de vista pessoal e parcial.

Essa polêmica com o livro ainda no prelo seria ofuscada pela enorme repercussão na época da sua publicação. Todos os 10 mil exemplares da 1ª edição acabaram em menos de um mês e meio, todos os jornais noticiaram o livro e vários

²⁹¹ MELLO, “Encarcerando ideias...”. p.155.

²⁹² BARBOSA, op. cit, pp.315-316.

²⁹³ BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. São Paulo: Alfa-Ômega. 1978, p.305.

²⁹⁴ BOSI, op. cit, p.223.

intelectuais fizeram homenagens a Graciliano Ramos e/ou defesas a José Olympio e sua integridade editorial.²⁹⁵

Publicamente, o PCB se manteve calado até 1955, quando Milton Pedroza, um escritor engajado com o movimento do realismo socialista, escreveu sobre a obra para o jornal comunista *Imprensa Popular*. Pedroza elogiou Graciliano Ramos, sua forma de escrita e seus livros. Marisa Mello alerta para a nova conjuntura cultural do PCB quando da publicação deste artigo. Primeiramente, depois da morte de Stálin, também em 1953, suas diretrizes passaram a ser vistas de forma mais crítica, e, nesse caminho, também o realismo socialista foi criticado. Em segundo lugar, depois de ver a repercussão do livro, bem como o aumento da fama de Graciliano Ramos, o PCB percebeu uma vantagem em se vincular ao autor, dizendo que ele era um comunista, membro do partido.²⁹⁶

José Olympio, dono da editora de mesmo nome, fora politicamente próximo ao DIP de Lourival Fontes, além de ter Plínio Salgado como autor em seu catálogo, porém, em toda a Era Vargas, publicou autores reconhecidamente de oposição, como Jorge Amado e Graciliano Ramos. De fato, foi a boa relação entre José Olympio e o Estado Varguista que possibilitou a intervenção em favor de Ramos, de Amado e do também editor Ênio Silveira, além de ser fundamental para o sucesso empresarial dos negócios, com empréstimos bancários, cotas de papel, indicação de autores para o catálogo, financiamento do Ministério da Educação e distribuição pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).²⁹⁷

Também em 1934, José Olympio passou a investir em outra linha de publicações, os romances nordestinos, a partir de um contrato com José Lins do Rego. Desde então começou uma amizade com Graciliano Ramos e Jorge Amado que favoreceu bastante os autores, pois, mesmo com a repressão cultural e a prisão, Olympio intercedeu a favor deles junto ao diretor do Departamento Imprensa e Propaganda, o DIP.²⁹⁸ Porém, a publicação de *Angústia* e *Mar Morto* foi encarada como um desafio frontal a Filinto Muller, o chefe de polícia do Distrito Federal.

Mesmo com o grande sucesso dos livros, principalmente o último, em 1960, José Olympio liberou a venda dos direitos da obra de Graciliano Ramos, que foram vendidas

²⁹⁵ MELLO, “Encarcerando ideias...”, p.156.

²⁹⁶ Ibidem, pp.157-158.

²⁹⁷ PEREIRA, op. cit, p.110; MELLO, *Como se faz um clássico...*, p. 83.

²⁹⁸ PEREIRA, op. cit, p.110.

para a Livraria Martins Editora, de São Paulo. Hallewell especula que a filiação de Ramos ao PCB e a viagem a URSS em 1952 devem ter desagradado José Olympio, que se manteve como editor do escritor apenas pela amizade de anos, esperando o esgotamento das edições já feitas para liberar sua obra à outra editora.²⁹⁹

Interessante notar que nas edições da José Olympio – foram três edições, sendo a segunda e a terceira ainda em 1954, todas em quatro volumes – não existia qualquer texto que não fosse o do próprio livro de Graciliano Ramos. Podemos relacionar isso, não apenas à qualidade de seu texto e ao fato de ser já um escritor consagrado, mas também à polêmica gerada ao longo da sua produção. Pensamos que, por não ter qualquer texto explicativo, o editor queria dizer que o próprio Graciliano, ao longo do livro, iria responder às perguntas dos leitores e procurou não abrir espaço para mais críticas.

Infelizmente não foi possível achar a 4ª edição do livro, já lançada pela Livraria Martins Editora.³⁰⁰ Porém, na 6ª edição vemos o prefácio de Nelson Werneck Sodré, escrito, na verdade, em janeiro de 1954, como ele mesmo assinalou, o mesmo que vemos nas edições mais recentes, publicadas pela Record. Nesse texto, Sodré apresenta, antes de um escritor proeminente, um amigo muito querido, que passou por grandes dificuldades depois de sua prisão. Vale lembrar que os dois escritores se encontravam com frequência na livraria de José Olympio, ou seja, podemos ver aqui uma rede de sociabilidade entre os escritores e editores.

José de Barros Martins, dono da Livraria Martins Editora, era claramente opositor de Getúlio Vargas e do Estado Novo, chegando a publicar livros que alfinetassem o sistema, e, claro, sofreu repressões por isso. Publicou obras de Jorge Amado e também de Nelson Werneck Sodré em 1943.³⁰¹ Em 1974, promoveu voluntariamente a liquidação de sua companhia, negociando os contratos mais valiosos, como por exemplo, Graciliano Ramos, com a Editora Record.

A Editora Record iniciou-se em 1942, com Alfredo Machado e Décio de Abreu. Atualmente o Grupo Record é um dos maiores do Brasil, englobando, não apenas a Livraria Martins, mas também as editoras Nova Fronteira e Civilização Brasileira, da qual iremos tratar mais tarde. Quanto ao livro *Memória do Cárcere*, manteve o prefácio

²⁹⁹ HALLEWELL, op. cit, pp.471; 519-520.

³⁰⁰ Pela editora Martins e Record, o livro foi publicado em dois volumes. A partir de 2001, a última edição, passou a ser publicado em volume único.

³⁰¹ Ibidem, pp. 504-507.

de Nelson Werneck Sodré e a última edição data de 2011, demonstrando o interesse ainda atual pela obra.

2.2.8 Eduardo Xavier (1940-1945)

Eduardo Xavier nasceu em Lousada, Portugal, em 1899. Quando tinha onze anos conheceu um tio que morava no Brasil. Como sua vida já era precária em Portugal, seu tio o convidou para voltarem juntos ao Brasil.³⁰²

No Brasil começou trabalhando em padaria. Quando o tio casou, teve que encontrar outro lugar para morar, mas, porque ficou desempregado, acabou vivendo algum tempo na rua. Nessa época conheceu algumas pessoas do sindicato que reunia empregados de bares, restaurantes, cafés etc. A partir dessas pessoas começou a trabalhar no ramo de bares e restaurantes.³⁰³

Em 1918, começou a trabalhar como botequineiro no bar do Clube Naval, o que o levou aos restaurantes dos navios. Por causa disso entrou para o Sindicato dos Taifeiros. Em 1927, ajudou a formar a União Geral dos Trabalhadores Marítimos e Portuários do Brasil.³⁰⁴ Isso fez com que o PCB o convidasse para ser filiado ao partido, o que ele aceitou de bom grado.

Durante a movimentação para a revolta de 1935 foi enviado para Pernambuco, segundo seu relato, para impedir que acontecesse alguma tentativa de revolução. Segundo Xavier, nas reuniões de Natal, apenas ele e Harry Berger acreditavam que o movimento ainda não estava preparado. Logo depois do levante, foi enviado para a URSS para entregar o relatório sobre o que tinha acontecido. Foi escolhido porque, como marítimo, tinha mais facilidade de acesso a navios e portos.³⁰⁵

Ainda na URSS passou a integrar o Comitê Central do PCB já que toda a direção tinha sido presa. Na época do golpe do Estado Novo, tentou reorganizar o partido e o sindicato junto com Lauro Reginaldo da Rocha.³⁰⁶

Em 1940, foi denunciado pela dona da casa de um militante preso e, tanto ele

³⁰² GOMES, Velhos militantes, p.125.

³⁰³ *Ibidem*, pp.126-127.

³⁰⁴ *Ibidem*, pp.128-130.

³⁰⁵ *Ibidem*, pp.138-140.

³⁰⁶ Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu) era natural de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Começou a militar ainda adolescente e já na década de 1920 contribuía em jornais de esquerda. Foi preso em alguns momentos antes da insurreição comunista de 1935. Por vezes fez parte do Comitê Central do PCB e por outras foi secretário-geral do partido. Depois da insurreição, tendo sido um dos únicos dirigentes a se manter livre, foi extremamente importante para a articulação do partido. Apenas em março de 1940 foi encontrado pela polícia, preso e enviado para a Ilha Grande, onde ficou até 1945. Depois da anistia, foi afastado da direção do partido.

quanto toda a família, ficaram quinze dias retidos.

- Quando o prenderam, sabiam quem o senhor era?
- Sabiam. Me levaram para a Polícia Central e me arrancaram as unhas todas da mão. Faziam perguntas, eu não respondia, e assim fui torturado durante vários dias.
- E sua família?
- Foi toda presa. A mulher, o filho e a filha. Maltrataram a minha mulher também, espancaram-na, e depois de alguns dias soltaram-na. Fiquei 15 dias na Polícia Central, depois fui para a Detenção e de lá para a Ilha Grande. Fui condenado a 35 anos de cadeia.³⁰⁷

Ficou preso em Ilha Grande até 1945, quando foi promulgada a anistia. Já nessa época estava insatisfeito com o partido e decidiu se desligar ainda na década de 1940.

2.2.9 Gregório Bezerra e o *Memórias* (1942-1945)

Este militante tem uma das biografias mais emocionantes do movimento de esquerda do século XX. Nascido em 1900, no sertão de Pernambuco, começou a trabalhar com apenas quatro anos, ao lado dos pais, na lavoura de cana-de-açúcar. Aos nove já era órfão e foi morar no Recife, com uma família de fazendeiros, para trabalhar. Aos 17 anos foi preso por participar de manifestações pró-Revolução Russa e se tornou amigo de um cangaceiro que também estava preso. O interessante é que Gregório foi analfabeto até os 25 anos de idade, mas pedia aos colegas que lessem o jornal para se manter informado. Em 1922, entrou para o Exército e, depois de se alfabetizar, pôde subir na hierarquia e se tornar instrutor de Esportes e da Companhia de Metralhadoras Pesadas, na Vila Militar, Rio de Janeiro.

Em 1930, filiou-se ao PCB e foi um dos líderes da Insurreição Comunista de 1935, no Recife. Pela morte de dois tenentes durante o confronto, foi condenado a 28 anos de prisão, sendo cumpridos em Fernando de Noronha, na Ilha Grande e na Casa de Correção, na capital federal. Solto em 1945, quando do fim do Estado Novo, voltou à prisão assim que se deu o Golpe Militar de 1964, permanecendo preso até 1969, quando foi trocado, com 14 outros presos políticos, pelo embaixador americano Charles Burke Elbrick. Viveu no México e na URSS até 1979, quando voltou com a lei de anistia, e, por conta de várias divergências com o partido, se desligou no mesmo ano.

Começou a escrever suas memórias em 1979, ainda na URSS, e teve ajuda de

³⁰⁷ Ibidem, p.143.

companheiros apenas para datilografá-las, já que ele as escrevia a mão.³⁰⁸ Morreu em 1983, em São Paulo. Sua trajetória como militante comunista lhe rendeu várias homenagens, como o poema *História de um valente*, de Ferreira Gullar.

A primeira edição de seu livro foi publicada pela Editora Civilização Brasileira em dois volumes. O primeiro, publicado em 1979, como o 127º livro da Coleção Retratos do Brasil, narra a sua vida até 1945. O segundo volume, publicado em 1980, como o 130º livro da mesma coleção, fala sobre sua vida de 1946 a 1969. É interessante perceber que, pelas datas, os marcos importantes de sua narrativa são constituídos em torno de sua militância no Brasil, não incluindo aí seu tempo de exílio.

Na primeira edição não existe qualquer apresentação ou prefácio, a não ser o texto na orelha do livro, escrito pelo próprio dono da editora, Ênio Silveira. O primeiro capítulo já começa com o nascimento do autor, ou seja, nem ele mesmo fez alguma apresentação de sua obra ou dos motivos pelos quais escolheu escrevê-la. No primeiro volume, o título deste texto é “Feito de ferro e de flor”, aludindo a um suposto poema de literatura de cordel, não identificado. Ênio enaltece a vida de Gregório e sua trajetória de luta contra os opressores, “latifundiários, imperialistas e reacionários de todas as matizes”. Diz ainda que:

Gregório Bezerra está com quase oitenta anos e, olhando para trás, verifica que o sentido verdadeiro de sua vida tem sido, mesmo, o de “perturbar”, lutando lado a lado com os humilhados e ofendidos contra a injustiça, a prepotência e a opressão.³⁰⁹

Já na nota de orelha do segundo volume, Ênio escreve outro texto, denominado “Lutar é viver”, com mais ênfase na militância decorrente do golpe de 1964. Sobre isso, é interessante notar como, segundo o editor, Gregório lamentava o fato de o golpe ter sido dado pelas mãos das Forças Armadas, corporação a que pertenceu por décadas e com orgulho.

É importante frisarmos que, desde a década de 1950, a Civilização Brasileira foi reconhecida no mercado como uma editora progressista. Fundada em 1932 como um selo editorial da Companhia Editora Nacional voltado para a publicação de livros não didáticos e de ficção, até a entrada de Ênio Silveira, manteve um número reduzido de

³⁰⁸ BEZERRA, op. cit, p. 13.

³⁰⁹ Idem.

publicações.³¹⁰ A coleção Retratos do Brasil foi criada em 1960 com o objetivo de publicar livros relacionados à política nacional.³¹¹

Por ser filiado ao PCB à época da Ditadura Militar, por várias vezes Ênio teve sua casa invadida, sofreu perseguição política e foi preso sete vezes.³¹² Porém, é reconhecido no meio editorial como uma pessoa que não se deixou calar, escrevendo inclusive cartas públicas a Castello Branco contra o golpe na Revista Civilização Brasileira, que foi publicada de 1965 a 1968.³¹³ Ainda que tenha diminuído suas atividades ao longo da Ditadura, asfixiada por falta de financiamento e pela repressão (na conta da qual se inclui também o incêndio da livraria Civilização Brasileira) a empresa se manteve ativa até 2000, quando foi vendida ao Grupo Record.

Em 2011 a Editora Boitempo, reeditou o livro de Gregório Bezerra em volume único, com apresentação de Anita Leocádia Prestes, cronologia do militante, fotos, artigos, depoimentos e cartas. Esta editora, criada em 1995, ganhou um grande espaço entre a literatura acadêmica. Segundo seu site, trata de temas como economia, política, história, tropicalismo, indústria fonográfica brasileira, comunismo, capitalismo, marxismo, questões de gênero, filosofia, educação etc. Ainda possui as coleções “Estado de Sítio”, “Mundo do Trabalho”, dirigida por Ricardo Antunes, “Marxismo e Literatura”, mantida por Leandro Konder e Michel Lowy e “Paulicéia”, de Emir Sader. Está reeditando as obras de Marx e Engels e produz a revista “Margem Esquerda”.³¹⁴ Percebemos, assim, uma linha editorial marxista nesta editora, o que, para além dos ideais, acaba sendo bastante lucrativo, visto que era uma fatia do mercado que estava carente de publicações mais atuais.

Não sabemos como foi o processo de venda dos direitos da obra de Gregório para a Boitempo, porém podemos afirmar que, dado o catálogo da empresa, este livro entra como um complemento conveniente. Em outra editora, provavelmente, estas memórias não teriam tanto destaque. A forma como se deu a produção do livro já nos mostra o tamanho do investimento, logo a expectativa de lucro.

A nota de orelha fica a cargo de Roberto Arrais, amigo de Gregório Bezerra, que o acompanhou desde sua volta do exílio até sua morte. Destaca não apenas a sua militância contra o sistema e contra o latifúndio, como também sua doçura, um homem

³¹⁰ HALLEWELL, op.cit, p. 536.

³¹¹ Ibidem, p.542.

³¹² Ibidem, pp.574-576.

³¹³ Ibidem, pp.577-578.

³¹⁴ <http://www.boitempo.com/>

que foi, ao mesmo tempo, forte e terno, não guardando rancor nem mesmo dos homens que o torturaram.

A seguir, a editora apresenta o livro e as inovações implementadas, como os anexos e os índices cronológicos e onomásticos, para facilitar a compreensão do leitor. Avisa ainda que manteve o texto original, mesmo com certos equívocos cronológicos. Faz também um parágrafo de agradecimentos, desde Roberto Arrais, Anita Prestes e Jurandir Bezerra (filho do militante), como também Ferreira Gullar e Carlos Latuff, que teve duas charges publicadas no livro. Nesta nota editorial, chama os leitores a ajudar na identificação de certas pessoas desconhecidas das fotos. Isso demonstra uma intenção de publicação de outras edições, com as correções necessárias.³¹⁵

A apresentação de Anita Prestes, datada de março de 2010, ressalta não apenas o homem político e público, mas também um dos amigos de seu pai, com quem morou durante alguns meses, durante o período da Constituinte de 1946, enquanto ainda era uma criança. De todos os militantes, segundo Anita, Gregório se destacava pela sua dedicação e humanismo. Ela ainda fala de como ficava feliz quando o encontrava, não apenas no exílio na URSS, mas também nos encontros do partido. Termina sua apresentação torcendo para que o livro sirva de inspiração aos jovens de hoje em dia, aos que estão empenhados numa transformação profunda do país, que abra espaço para um futuro de justiça social e liberdade.

Podemos ainda destacar o trabalho gráfico desta edição, com cerca de 65 imagens relacionadas ao militante, a maioria em papel especial. Ainda apresenta, no fim do texto, além dos anexos já citados, uma homenagem de Florestan Fernandes publicada à época de seu falecimento, outra de Eduardo Campos, o poema integral de Ferreira Gullar – que na edição anterior Ênio Silveira julgava ser literatura de cordel anônima – um poema de Francisco Julião, líder camponês, as alegações finais de Mércia Albuquerque no processo político que respondeu na Ditadura Militar e as cartas que eles trocaram na mesma época, e, por fim, uma carta de Gregório aos camponeses, escrita um mês antes de sua morte.

2.2.10 Agildo Barata e o *Vida de um revolucionário* (1942-1945)

Este tenentista é um dos nomes mais mencionados nas obras de testemunho, inclusive no aclamado livro de Graciliano Ramos. Agildo Barata foi um jovem oficial

³¹⁵ BEZERRA, op. cit, pp.9-10.

do Rio de Janeiro e assistiu de perto as revoltas tenentistas de 1922. Já no Exército, esteve presente na Revolução de 1930, depois, decepcionado com o governo de Getúlio Vargas, foi para São Paulo para participar da Revolução Constitucionalista de 1932, quando foi preso pela primeira vez. Ficou exilado em Portugal e, quando voltou para o Rio de Janeiro, se fixou como comerciante antes de conseguir voltar ao Exército. Estava cumprindo pena por aproximação à Aliança Nacional Libertadora no 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, quando foi deflagrada a Insurreição de 1935. Esta sublevação lhe rendeu dez anos de prisão, até 1945, quando do fim do Estado Novo.

Para entender os motivos da publicação de suas memórias, precisamos avançar até o momento em que Barata pede demissão do partido, em maio de 1957, um período em que o militante guarda com grande mágoa, conforme seu relato. Ele conta que, quando soube que Kruchev havia escrito um relatório acusando Stálin das mais diversas atrocidades, demorou muito a acreditar que fosse possível algo assim. Defendeu o ex-ditador em várias ocasiões, até que soube, de fontes confiáveis, que o relatório não era mentira, e que realmente muito do relatado havia acontecido e possivelmente mais do que foi dito. A partir dessa informação, resolveu cobrar do partido uma revisão de todo o programa do PCB, visto que este tinha sido construído como um núcleo brasileiro do Partido Comunista soviético, dirigido por muito tempo por Stálin. Porém, suas propostas foram recusadas pelo núcleo dirigente do partido. Podemos ver nesta passagem o quão insatisfeito ele ficou diante de tal postura:

Por que o partido se transformou nessa máquina de forjar *unanimidades* contra a opinião dessas mesmas unanimidades? Por que o partido não é uma organização democrática na fase de discussão, mesmo que venha a ser um bloco monolítico na fase de execução? É isto necessário? Inevitável? Que consequências trazem uma tão absurda e anti-socialista conduta?³¹⁶

Por conta disso, abandonou o partido, mas não revelou os motivos em sua carta. Porém, apenas uma semana depois de seu pedido o núcleo dirigente respondeu com uma matéria no jornal *Voz Operária*, em que diz que tal núcleo decidiu expulsar Agildo Barata, o que acarretou insultos e calúnias.³¹⁷

Logo, percebemos que suas memórias, publicadas em 1962, pela Editora Mello

³¹⁶ BARATA, op. cit, p.362. Grifos do autor.

³¹⁷ Ibidem, pp.352-362.

S.A., tiveram por objetivo não apenas refletir sobre sua trajetória e sobre os acontecimentos que o formaram enquanto revolucionário, como explicita na apresentação do livro, mas também, e, principalmente, contar a sua versão e se defender das calúnias ditas. Nesta mesma apresentação, faz questão de frisar sua ideologia contra um sistema que mata pessoas de inanição, como foi o caso de sua mãe, enquanto outras têm mais do que precisam para viver. Acreditava que ainda era possível uma divisão de riquezas mais igualitária e racional.³¹⁸ Essa necessidade de ressaltar sua ideologia é importante, pois, diante das inúmeras críticas feitas pelos militantes comunistas, era necessário que ele se afirmasse enquanto revolucionário, ainda que não fosse mais um membro do partido. Tratava-se de uma forma de legitimação enquanto militante independente.³¹⁹

Temos poucas informações sobre a primeira editora do livro, a Editora Mello S.A. Sabemos apenas, pelo manifesto publicado no ato de sua inauguração, em maio de 1957, que era uma empresa que pretendia “realizar uma obra de patriotismo são”³²⁰ e que teve como fundador e incorporador Manoel de Souza Sobrinho. O “patriotismo” pode estar relacionado a uma aproximação com a vida militar, porém esta ideia está presente tanto nos discursos da direita quanto da esquerda, por isso é melhor não fazer especulações pouco conclusivas. A segunda editora, a Alfa-Ômega, que publicou a segunda edição de seu livro em 1978, já foi citada anteriormente, mas cabe aqui dizer que este livro não mais consta no catálogo do seu site.

2.2.11 Carlos Marighella (1942-1945)

Carlos Marighella nasceu em Salvador, em dezembro de 1911, filho de Augusto Marighella, mecânico italiano, e Maria Rita Marighella, descendente de escravos sudaneses.³²¹ Marighella sempre se pautou nos pais para justificar sua verve comunista. Os escravos sudaneses eram famosos na Bahia pela resistência à escravidão, e seu pai tinha fugido de São Paulo, primeira cidade em que viveu, por ter ficado marcado para a polícia depois de várias participações em manifestações e greves pela jornada de oito horas diárias.³²²

Os estudos básicos foram feitos no Ginásio da Bahia. Segundo Jacob Gorender,

³¹⁸ Ibidem, p.7.

³¹⁹ MATTOS; BARBOSA; MELLO, op.cit, p.9.

³²⁰ <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2716409/dou-secacao-1-18-05-1957-pg-63/pdfView>

³²¹ *Dicionário Histórico-Biográfico*

³²² SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos, a face oculta de Marighella*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. *passim*.

que estudou no mesmo colégio já nos anos 1930, a prova de física feita em forma de poema permaneceu no mural da escola até 1965, e o nome de guerra de Marighella, Menezes, foi escolhido em homenagem a um professor de história do ginásio.³²³ Em 1929, matriculou-se no curso de engenharia civil da Escola Politécnica, em Salvador. Lá começou a sua militância no movimento estudantil. No ano de 1932 escreveu um poema criticando o interventor Juracy Magalhães, o que lhe causou sua primeira prisão. No mesmo ano ingressou no PCB, tendo desistido do curso dois anos depois para se dedicar inteiramente ao partido³²⁴.

Pelo seu destaque na militância estadual, em 1936 foi convocado pela direção nacional para atuar no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nessa ocasião foi preso mais uma vez e levado para a Polícia Central, no Rio de Janeiro. Segundo Silva Júnior, os policiais queriam saber o nome das pessoas para quem Marighella escrevia as cartas que estavam em sua posse, porém eram nomes falsos. Além disso, procuravam informações sobre o local da impressão do jornal comunista *Classe Operária*. Como Marighella não concedeu nenhuma informação, foi barbaramente torturado.³²⁵

Em 27 de junho de 1936, alguns presos políticos enviaram uma carta do Distrito Federal a Getúlio Vargas em que narram as torturas sofridas por Marighella:

Carlos Marighella, estudante de engenharia, espancado na Polícia Central, a 1º de maio, pela manhã, cinco vezes seguidas, a cano de borracha, nos pés e nas nádegas, socos no estômago, por Serafim Braga, Romano e agentes da Ordem Social. A 2 do mesmo mês, na garagem da Polícia Especial, sofreu a chamada 'tortura chinesa': simultaneamente apertavam-lhe os testículos, enterravam-lhe um alfinete de gravata sob as unhas, e queimavam-lhe a pele com brasas de cigarro. Tudo feito sob a chefia de Galvão, com a assistência de Julien. Foi ainda desta vez jogado repetidamente ao chão, o que lhe produziu contusões generalizadas e profundo ferimento do supercílio esquerdo.³²⁶

Segundo entrevista de Noé Gertel a Cristine Nova e Jorge Nóvoa, eles se conheceram em São Paulo, em 1937, quando Noé tinha começado a militar no movimento estudantil. Neste encontro, Noé sentiu uma grande emoção por finalmente conhecer este homem, famoso pela resistência às torturas sofridas em 1936. Noé sabia que a mesma polícia especial que torturou, mas que não conseguiu nada de Marighella,

³²³ Ibidem, p.33.

³²⁴ Ibidem, p.21.

³²⁵ Ibidem, pp.66-67.

³²⁶ APERJ. Fundo DPS. Notação 30.052, fl. 655.

tinha conseguido enlouquecer Harry Berger, um militante da Internacional.³²⁷

Em 1937 conseguiu um *habeas corpus*, porém foi condenado a dois anos e meio de prisão. Para não ser encarcerado de novo, entrou na clandestinidade e fugiu para São Paulo.³²⁸ Sua liberdade, no entanto, não durou muito tempo. Em maio de 1939 foi novamente preso, assim como grande parte do comitê regional paulista. Desta vez ficou preso em Fernando de Noronha e, em seguida, na Ilha Grande até a anistia de 1945.

Com a democratização, Marighella foi eleito deputado federal pela Bahia, junto com outros militantes comunistas. Ele se destacou no Parlamento pelos vários discursos que fez e pelos documentos redigidos.³²⁹ Era função dele e de Jorge Amado escrever os pronunciamentos do PCB na Câmara dos Deputados. Além disso, foi diretor da revista *Problemas*, órgão teórico do comitê central do PCB até 1948.³³⁰

Sua militância tornou-se mais conhecida da população depois da instauração da Ditadura Militar. Em nove de maio de 1964, sofreu uma tentativa de prisão no Cine Esky, na Tijuca, Rio de Janeiro. Mesmo alvejado na barriga, resistiu até ser dominado por oito homens, mas ficou apenas alguns dias preso. Já nessa época começou a ter divergências políticas com o PCB e, pouco tempo depois, se desligou do partido, fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN) e entrou na luta armada. Como é conhecido, foi assassinado num beco paulista com muitos tiros e nenhuma resistência.

Vale lembrar que a personalidade de Marighella é bastante lembrada por várias pessoas que o conheceram. Segundo Gertel, ele era um líder nato, procurado não apenas pelos comunistas, mas também por pessoas comuns, tanto na prisão quanto em sua vida pública. Isso era o que mais o diferenciava de militantes tradicionais, como Prestes, homem mais discreto e distante.³³¹

2.2.12 Hermínio Ouropretano Sardinha – Médico e diretor interino da Colônia Correccional de Dois Rios – e o *Memórias de um médico: Ilha Grande*

Sardinha nasceu em Ouro Preto e, como muitos homens de sua época, foi para o Rio de Janeiro continuar os estudos. Primeiro no Colégio Pedro II, depois na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil. Com apenas dois anos de formado, foi chamado para ser médico da CCDR. Infelizmente não podemos precisar as datas dos

³²⁷ NOVA & NÓVOA; Cristine; Jorge (Orgs.). *Carlos Mariguella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, pp.423-424.

³²⁸ SILVA JÚNIOR, op. cit, pp.67-69.

³²⁹ Ibidem, p.22.

³³⁰ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*.

³³¹ SILVA JÚNIOR, op. cit, *passim*.

acontecimentos da vida pessoal de Hermínio Sardinha, mas supomos que durante toda a Era Vargas ele estivesse na Ilha. Em 1942 foi nomeado diretor da Colônia Penal Cândido Mendes, sediada no Abraão.

É interessante notarmos que, ao escrever seu livro, o objetivo de Sardinha não foi apenas narrar as suas memórias, mas, sim, mostrá-las enquanto médico, especialista, um espectador diferente de todos os outros. Já no início ele utiliza expressões como “desvendar (...) um panorama desconhecido” e “exposição da verdade”.³³²

Num espaço de cerca de quinze anos, dentro dos quais se revezaram nas administrações diversas personalidades de caráter, índole, instrução e educação diferentes, um historiador imparcial, fatalmente encontra ao lado da matéria a louvar, algo a criticar; portanto, crítico onde devo criticar, mas sempre dentro da linha de conduta por mim traçada; não procurei atingir inimigos pessoais gratuitos, nem tanto revidar calúnias. Não é do meu feitio.

Ao fazer apologia, não hesito em citar nomes e pessoas que merecem serem lembradas, por ter contribuído para a ampliação e crescimento deste livro; nas censuras, lembro nomes de pessoas, que pelas suas ações e procedimento, não podiam nem deviam ficar no anonimato, por que a minha consciência e o dever de dizer a verdade me fez assim proceder.”³³³

Embora ele diga que não pretende revidar calúnias ou atingir inimigos pessoais, o último capítulo de sua memória é dedicado ao encontro com Graciliano Ramos, já citado anteriormente. Somos levados a acreditar que uma boa motivação para a escrita das memórias foi contar a sua versão do que foi narrado num livro tão famoso.

Outro motivo para a publicação de suas memórias seria a necessidade de se afirmar enquanto médico dedicado e capaz de cuidar de todas as moléstias de uma ilha sem médicos. Em seu livro, ele conta de casos de partos difíceis, do difícil acesso às casas dos moradores da ilha ou das doenças da própria colônia. Segundo ele, sua obrigação era atender aos presos, aos funcionários e às suas famílias, aos soldados e à guarnição policial. No entanto, a ausência de médicos o obrigava profissionalmente e humanamente a socorrer todos os nativos.³³⁴

Dessa forma, ele procurou se destacar como um grande benfeitor, com seus conhecimentos médicos e pormenorizados de cada canto e de cada morador da Ilha Grande. Como diretor interino e como médico, não foram poucas as vezes que ele foi

³³² SARDINHA, op. cit, p.14.

³³³ Idem.

³³⁴ Ibidem, p.52.

acusado de omissão ou de mau gestor, e estas memórias seriam uma forma de ele provar o contrário, diante de tantas e, no caso do Graciliano Ramos, tão famosas acusações de violências na ilha.

Procuramos neste capítulo apresentar os militantes que escreveram ou que narraram suas memórias, bem como um ou outro que apareceu com frequência nos relatos, como Carlos Marighella e Roberto Morena. Para completar a análise das literaturas de testemunhos, buscamos o livro de Hermínio Oupretano Sardinha, que mostra o outro lado da narrativa da prisão da Ilha Grande. Foi importante observar como esses militantes se relacionaram antes da prisão, o que contribuiu para elucidarmos fatos pouco específicos, como algumas datas e mudanças estruturais acontecidas na prisão. Além disso, poderemos melhor compreender as diferentes atitudes em relação à repressão aos comunistas, conforme os momentos políticos pelos quais o país passava. O resultado deste trabalho está no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – DOIS RIOS DE MEMÓRIAS: o cotidiano da prisão comunista

“Estou fazendo da prisão uma escola de capacitação política e ideológica para melhor desempenhar minhas tarefas revolucionárias junto às massas.”³³⁵

3.1. Apresentação

Após a explanação do momento histórico que estamos analisando e dos militantes comunistas e suas memórias, o próximo passo é a análise da prisão da Ilha Grande sob a visão dos autores citados. Para atingir este objetivo, primeiramente será necessário fazer um pequeno histórico do uso da ilha como instituição total desde o início da república e os vários momentos em que ela abrigou pessoas que se opunham ao governo.

Segundo Erwing Goffman, a “instituição total” é “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo levam uma vida fechada e formalmente administrada”,³³⁶ onde as tendências ao “fechamento” podem chegar às barreiras físicas, como as prisões. Perrot complementa que o sistema penal pretende destruir qualquer comunidade ou sociabilidade, para que assim o preso se submeta apenas às influências do alto e não contagie ou seja contagiado pelos vícios.³³⁷ O objetivo das instituições totais é alienar o internado da vida em sociedade, por isso várias regras e costumes são construídos de forma a tencionar com a “cultura aparente”, ou seja, com a forma de sociabilidade aprendida em sociedade, e formar um novo modo de vida. As instituições totais não buscam a vitória contra o mundo “de fora”, mas sim a manutenção desse conflito entre o mundo doméstico e o mundo institucional, como uma forma de controle sobre os homens. As degradações, humilhações, rebaixamentos e profanações que o indivíduo ouve constantemente são formas de mortificações do *eu*.³³⁸

No caso da Ilha Grande, o modelo de prisão mais clássico do Panóptico de

³³⁵ Valverde, companheiro de Gregório Bezerra que morreu na Ilha Grande em 1943, provavelmente de alguma doença. BEZERRA op. cit, p.301.

³³⁶ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1961. 7ª edição. p. 11.

³³⁷ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.266. No capítulo III vamos procurar analisar as especificidades desta política prisional em relação ao nosso objeto de estudo, visto que não podemos generalizar como igualmente subordinados os integralistas, os comunistas e os presos comuns. Assim como não podemos limitar essa relação no caso de funcionários que moram no mesmo espaço utilizado para as atividades da prisão. Segundo Goffman, quando isso acontece, os empregados sentem maior dificuldade e têm a impressão de depender do *status* no interior da instituição (GOFFMAN, op. cit, p.19).

³³⁸ GOFFMAN, op. cit, p.24.

Bentham³³⁹ foi descartado – com trabalhos extramuros ou mesmo permissões para morar em casas perto das penitenciárias – e a vigilância e o controle dos presos se fazia de outra forma, embora ainda muito eficaz, visto que toda a ilha era bastante isolada, não apenas do continente, como também das praias. Por isso, preferimos chamar a ilha como um todo de instituição total e não apenas os presídios que nela se instalaram.

Outra questão pertinente é a distância entre o Estado e suas leis do cotidiano da prisão, apontada por Goffman.³⁴⁰ Embora isso ocorra em todas as penitenciárias, na Ilha Grande era intensificado, não apenas pela questão da distância física, já citada acima, mas também pela forma violenta com que esta prisão foi construída por serem levados para lá, originalmente, indivíduos rotulados como marginais, como os vadios³⁴¹, capoeiras, prostitutas, malandros etc. Esta cadeia, mais do que as outras, se tornou a vingadora da sociedade e os atos supliciantes foram sempre corroborados pelas classes dominantes e seus representantes nos governos. Essa camada da sociedade queria “limpar” a capital republicana da grande quantidade de negros que não conseguiram se encaixar no modelo de trabalhador ordeiro e pacífico após a abolição da escravidão, além, é claro, das pessoas das camadas mais baixas que se inseriam em empregos informais.³⁴² Desde a Primeira República, o movimento operário denuncia a criminalização da pobreza e o tratamento policial para a questão social da mendicância.

Após a explicitação cronológica, abordaremos os vários aspectos da prisão por temas (alimentação, tortura, estrutura etc.), pois nosso objetivo aqui é também compreender as mudanças ocorridas dentro desta ao longo dos quinze anos dos governos de Getúlio Vargas e de suas variações na política nacional e internacional. Esse método de análise também será elucidativo quanto ao papel que os coletivos de presos políticos exerciam nas cadeias. Ao contrário do que alguns historiadores insistem em dizer, o tratamento diferenciado que os presos políticos tinham em relação aos presos comuns se deve principalmente à força do coletivo e ao seu diálogo com a

³³⁹ Através de uma torre de vigilância no centro da prisão, se torna constante o controle sobre os presos, e quanto mais discreta for essa vigilância, mais eficiente vai ser na constante assimilação, pelos presos, dos sentimentos de vigilância. Para mais detalhes ver: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução: Lígia M. Pondê Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987.

³⁴⁰ GOFFMAN, op. cit, p. 17.

³⁴¹ Neste caso estamos cientes da complexidade presente no termo “malandro”, bem como “vadios”, uma vez que o homem que não está inserido em relações de trabalho formal é um trabalhador que pode estar desempregado, inserido em algum emprego informal ou mesmo no seu horário de folga. Embora trate de outro período, a tese de Marcelo Badaró de Mattos nos ajuda quanto às análises teóricas e metodológicas do termo. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro no início do século*. [Tese]. Niterói, 1991.

³⁴² FOUCAULT, op. cit, p. 20.

direção, bem como a conjuntura política do momento, melhor explicados a seguir.

Vale lembrar que, embora o nosso foco principal sejam os presos políticos comunistas, nossa análise será mais rica ao tecermos as relações deles com os presos comuns, os presos políticos integralistas, funcionários e, quando possível, moradores. Também entenderemos melhor o papel das prisões da Ilha Grande dentro do sistema carcerário ao relacionarmos aos presídios urbanos do Distrito Federal, às Casa de Detenção e à Casa de Correção, e a outra colônia agrícola muito famosa no período, a de Fernando de Noronha, de onde vieram vários presos comunistas.

3.2. Histórico das instituições carcerárias na Ilha Grande

A primeira vez que a Ilha Grande foi usada como presídio foi na época das Revoltas da Armada, no início da década de 1890.³⁴³ Para tal, o governo usou o antigo Lazareto da Ilha Grande, localizado na Vila do Abraão. Este lazareto havia sido construído na década de 1880 para abrigar os navios vindos da Europa, que precisavam passar por um período de quarentena, para evitar os vários surtos de febre amarela e cólera que tinham atingido o continente europeu.³⁴⁴ Com a construção de outros lazaretos mais modernos em todo o país, o da Ilha Grande passou a ser menos utilizado, sendo então usado como presídio.

No século XX, o uso como presídio continuou devido às necessidades do governo – somente em 1914, por causa da 1ª Guerra Mundial e da volta de várias epidemias que ele voltou a ser usado como lazareto.³⁴⁵ Porém, em 1917, devido à guerra, à Revolução Russa, e às várias manifestações políticas do país, o Lazareto foi transferido para o Ministério da Marinha³⁴⁶ e chegou a ter 1000 presos políticos.³⁴⁷ Na década de 1920, por causa das revoltas tenentistas do distrito federal, o Lazareto passou a ser uma prisão militar privativa, sob jurisdição do Ministério da Guerra, para pessoas acusadas de crimes políticos,³⁴⁸ sendo fechado em 1927, no governo de Washington Luís. Ele voltou a ser usado apenas em 1932, durante a Revolução Constitucionalista de São Paulo, para encarcerar os soldados revolucionários. Nessa época, ficaram no Lazareto alguns militantes que, além de serem opositores ao regime de Vargas, eram

³⁴³ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Os Porões da República. a barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894 – 1945*. Rio de Janeiro. Garamond, 2009. p.87

³⁴⁴ Ibidem, pp.70-77.

³⁴⁵ Ibidem, p.93.

³⁴⁶ Decretos 12.690, 27 de outubro de 1917 e 12.726, 28 de novembro de 1917, In: SANTOS, op. cit, p.155.

³⁴⁷ Ibidem, p. 153.

³⁴⁸ Decreto 16.784, jan.1925, In: SANTOS, op. cit, p.94.

também militares, como Orígenes Lessa e Agildo Barata³⁴⁹.

Já a Colônia Correccional de Dois Rios foi criada com outros propósitos. Depois da proclamação da República e da abolição da escravatura, foi necessário fazer uma reforma do sistema penal, incluindo aí a política penitenciária. A classe média e a imprensa faziam pressão para que fosse resolvido o problema dos roubos, culpando os capoeiras, negros alforriados, pobres e imigrantes. Todos estes, além dos chamados malandros, prostitutas e vadios, poderiam ser enquadrados também nos crimes de vadiagem, mendicância e contravenção. Era uma forma de manter o controle da classe subalterna, agora que os negros não eram mais posse de um determinado senhor.³⁵⁰

A reforma do sistema penal brasileiro de 1889 se espelhou no sistema de graduação das penas irlandês: 1º) prisão celular com isolamento, por no máximo dois anos; 2º) prisão sem isolamento, com trabalhos coletivos em colônias agrícolas e segregação a noite. O objetivo era que o preso fosse regenerado através do trabalho e dos hábitos de ordem e disciplina.³⁵¹ Os penalizados que fossem menores de 21 anos deveriam ir para estabelecimentos disciplinares industriais para aprender um ofício, mas, enquanto eles não fossem construídos iam para as cadeias com os adultos.³⁵² Depois foi criada a Escola XV de Novembro, em Quintino, e a Escola de Aprendizes de Marinheiros.

Segundo Regina Célia Pedroso, mais do que apenas uma instituição carcerária,

No imaginário jurídico a prisão ou colônia correccional deveria causar temor, para que a sociedade se sentisse amedrontada frente ao poder policial ou judicial. A ocultação do condenado nas prisões deveria introduzir no imaginário popular a sensação de que todos eram potencialmente condenáveis e sujeitos ao suplício carcerário. Era a alma o alvo preferencial da punição.³⁵³

Na demanda por uma colônia agrícola é criada a Colônia Correccional de Dois Rios, em 1894, usada especificamente para a reabilitação dos contraventores

³⁴⁹ SANTOS, op. cit, p.97. Infelizmente, embora exista um livro de memórias do primeiro militante, como dito no capítulo anterior, o segundo não especifica os locais de suas lembranças, por isso, uma análise baseada apenas em um livro de testemunho ficaria empobrecida. Dessa forma, focaremos a prisão de Dois Rios, conhecida por todos os militantes aqui estudados.

³⁵⁰ Ibidem, pp. 101-105.

³⁵¹ Ibidem, pp.101-103.

³⁵² Ibidem, p. 106.

³⁵³ PEDROSO, op. cit, p.4.

reincidentes.³⁵⁴ Ou seja, para o contraventor ir para a Ilha Grande, ele deveria já ter tido uma pena pequena numa primeira condenação. O regime da prisão era baseado no trabalho em oficinas e na agricultura, que se manteve pelo menos durante a primeira metade do século XX, não apenas para a manutenção da prisão, mas também pra a produção de materiais que fossem vendidos no continente ou para os moradores da ilha. Em troca do trabalho, os presos deveriam receber um salário que seria pago quando fossem libertados.³⁵⁵

Quando foi inaugurada, a Colônia possuía alojamentos para os correccionais, alojamento policial, almoxarifado, oficinas, moradias de feitores de turma, canalização da água, secretaria, padaria, açougue, refeitórios, cozinha, xadrez, banheiro, residências para ajudantes do diretor, médico, escrivão e almoxarife.³⁵⁶ Havia ainda a antiga casa-grande da fazenda que antes existia ali, com a administração e casa do diretor.

Segundo a teoria jurídica, penas de seis meses a dois anos³⁵⁷ eram o suficiente para a reeducação do contraventor, associada, claro, ao aprendizado de ofícios em plantações, criação de animais, oficinas, manutenção das estradas e trabalhos necessários para a manutenção das dependências da prisão.³⁵⁸ Não podemos esquecer também do ditado, já famoso na época: “mente vazia, oficina do diabo”. Coincidência ou não, “Oficina do Diabo” era um dos apelidos dado à prisão de Dois Rios.

A CCDDR foi fechada em 1896, depois de diversas denúncias da imprensa e averiguações das autoridades de maus tratos aos presos.³⁵⁹ Porém, por causa da gestão de Pereira Passos, seu ordenamento da cidade do Rio de Janeiro e das várias revoltas consequentes destas reformas, em 1903 foi autorizada a reabertura da colônia, bem como a criação de novas colônias agrícolas,³⁶⁰ com o intuito de aprisionar os já conhecidos vadios, ébrios, ladrões, jogadores, contraventores e prostitutas reincidentes. Entretanto, o desrespeito às leis, a falta de funcionários, falta de espaços, os graves problemas de doenças e as constantes denúncias de abusos de autoridade continuaram.³⁶¹

No ano de 1920, com a criação da Inspetoria de Investigações e Segurança

³⁵⁴ SANTOS, op. cit, p.99.

³⁵⁵ Ibidem, p.112.

³⁵⁶ Ibidem, p.115.

³⁵⁷ Decreto 1.794, de 11 de setembro de 1894. In: SANTOS, op. cit, p.110.

³⁵⁸ Ibidem, p.97.

³⁵⁹ Ibidem, p.115.

³⁶⁰ Decreto 4.753, de 28 de janeiro. In: SANTOS, op. cit, , pp.119-120.

³⁶¹ SANTOS, op. cit, p.127.

Pública,³⁶² o preso político não precisava mais ser enquadrado como contraventor, e, por isso, não era mais encaminhado para a Colônia Correccional de Dois Rios.³⁶³ Mas, com a Revolução de 1930 e a repressão já no início do governo, as prisões do Distrito Federal rapidamente ficaram superlotadas de presos políticos, e, assim, a Ilha Grande voltou a ser um destino comum aos militantes, ainda que eles não estivessem respondendo a nenhum processo ou ainda estivessem aguardando o julgamento. Depois da insurreição de 1935, da aprovação da Lei de Segurança Nacional, no mesmo ano, e da criação do Tribunal de Segurança Nacional, em 1936, intensificaram-se ainda mais as transferências para a CCDDR.³⁶⁴

Em 1938, houve uma reformulação na prisão política: a Colônia Agrícola de Fernando de Noronha seria exclusiva para os presos “por motivo de ordem e segurança pública”,³⁶⁵ a Ilha Grande agora abrigaria a Penitenciária Agrícola do Distrito Federal (PADF), na Vila de Dois Rios, e a Colônia Agrícola de Dois Rios seria transferida para o Lazareto da Ilha Grande, na Vila do Abraão.³⁶⁶

Apenas em 1941 que as obras ficaram prontas, possibilitando a transferência da CCDDR para a Vila do Abraão³⁶⁷ e do uso completo dos prédios de Dois Rios para a PADF. Porém, neste ano, a política brasileira e internacional já havia mudado consideravelmente, e, em consequência, as prisões da Ilha Grande.

A partir de 1942, o que era a PADF passou a ser a Colônia Penal Candido Mendes (CPCM)³⁶⁸ e foi transferida para a Vila do Abraão, e os prédios de Dois Rios passaram a abrigar a Colônia Agrícola de Fernando de Noronha,³⁶⁹ que a partir daí se chamaria Colônia Agrícola do Distrito Federal (CADF). Na CPCM ficaram os presos políticos ligados aos países do Eixo,³⁷⁰ e na CADF ficaram os presos políticos comunistas e integralistas. Também neste ano o controle sobre a Ilha Grande aumentou consideravelmente. Segundo Cancelli, todos os presos remetidos à ilha deveriam ser autorizados pelo chefe de polícia³⁷¹ e os diretores deveriam fazer relatórios semanais sobre os presos que estavam à disposição da polícia.³⁷²

³⁶² Decreto 14.079, 25 de fevereiro de 1920. In: SANTOS, op. cit.

³⁶³ SANTOS, op. cit, p.159.

³⁶⁴ Ibidem, pp. 184; 218.

³⁶⁵ Ibidem, pp.244; 247.

³⁶⁶ Ibidem, p.243.

³⁶⁷ Decreto 3.185, 9 de abril de 1941, In: SANTOS, op. cit, p.248.

³⁶⁸ Decreto 3.971, 24 de dezembro de 1941, In: SANTOS, op. cit, p.265.

³⁶⁹ Decreto 4.102, 9 de fevereiro de 1942, In: SANTOS, op. cit, p.267.

³⁷⁰ SANTOS, op. cit, p.269.

³⁷¹ Portaria 7.707, de 10 de março de 1942, In: CANCELLI, op. cit, p.57.

³⁷² Portaria 8.543, de 20 de outubro de 1942, In: CANCELLI, op. cit, p.57.

3.3 O cotidiano prisional

3.3.1 Os primeiros contatos

Como vimos anteriormente, na década de 1930 a Colônia Correcional de Dois Rios ainda era uma colônia voltada para a chamada correção de contraventores, porém, desde o início do primeiro governo de Vargas, houve envio de presos políticos a essa ilha. Segundo Elisabeth Cancelli, isso se deu por vários motivos, como a necessidade de mão de obra na ilha, para ludibriar a Justiça, esconder presos políticos da vista pública, por causa da superlotação da Casa de Detenção, confirmada em depoimento de João Lopes a Angela de Castro Gomes³⁷³, ou mesmo como prática de vingança pelas autoridades, principalmente aos presos mais rebeldes, já que a CCDR era temida por todos por causa dos vários casos de castigos e pela distância do continente.³⁷⁴

Embora a colônia tivesse sido feita para pessoas que já haviam sido julgadas pela Justiça, era bastante comum a transferência de presos que ainda estavam respondendo a algum processo ou mesmo que não tivesse qualquer processo formal. Essa prática intensificou-se depois da promulgação da Lei de Segurança Nacional, em 1935.³⁷⁵ Muitos já tinham cumprido sua pena, porém, por ordem do Chefe de Polícia, ou, mais uma vez, através da Lei de Segurança Nacional, continuavam presos.³⁷⁶

Algumas dessas afirmações de Cancelli são confirmadas pelos presos, que demonstravam grande preocupação em saber que poderiam ser transferidos para a Ilha Grande. João Lopes descreveu que, assim que ele e seus companheiros souberam que iriam para a ilha, alguns começaram a chorar e a dizer que tinham que ligar para casa, avisar para a família³⁷⁷. Heitor Ferreira Lima narrou o seguinte:

É que todos estávamos ‘detidos às ordens do chefe de polícia’, sem culpa formada nem processo instaurado, o que nos dava a esperança de possível libertação a qualquer momento. Com o envio para a Colônia Correcional, a situação mudava. Ficaríamos longe das famílias, dos amigos e certos de prisão prolongada. Além disso, a Colônia Correcional era o presídio mais abjeto que havia, para onde mandavam a escória da malandragem, como os ladrões de todos os tipos (...), e ainda assassinos, pederastas, débeis mentais, valentões de toda espécie,

³⁷³ João Lopes foi metalúrgico e padeiro, militou no partido comunista a partir da década de 1920 e participou da Revolta Comunista de 1935, em Natal. Ficou preso na Ilha Grande ainda em 1930, talvez 1931. GOMES, op. cit., p.95.

³⁷⁴ CANCELLI, op. cit., pp.187; 212.

³⁷⁵ Ibidem, p.208.

³⁷⁶ Ibidem, p.210.

³⁷⁷ GOMES, op. cit., p.95.

enfim, gente sem o menor sentimento humano nem escrúpulo ou qualquer consideração pelos outros e ainda com trabalhos forçados e sujeitos a constantes surras com vara de marmelo.³⁷⁸

Já o receio de Leôncio Basbaum era de que ainda não havia nenhum preso político na ilha, e, por isso, eles seriam obrigados a conviver com os presos comuns e, além de terem que seguir as regras impostas para os presos comuns, não conseguiriam se organizar politicamente, como já faziam em outros presídios.³⁷⁹

Embora esses três militantes tenham ido para a Ilha Grande ainda nos anos de 1931 e 1932, mesmo em 1936, depois de a ilha estar na rota costumeira dos presos políticos, o medo continuava a assombrar os militantes. A primeira impressão que Graciliano Ramos teve quando viu os companheiros que haviam voltado da CCDDR para a Casa de Detenção foi de que eles tinham se transformado em farrapos, completamente destruídos, física e emocionalmente pela “ilha da maldição”.³⁸⁰ Também ficou preocupado com o nível de vigilância do lugar, pensando seriamente em se desfazer das anotações que tinha feito ao longo do seu período prisional.³⁸¹

Leôncio Basbaum, Graciliano Ramos e Heitor Ferreira Lima falavam que o processo de transferência começou ainda de madrugada,³⁸² saindo dentro de carros “tintureiros” lotados. Porém, a semelhança acaba aqui. Basbaum foi encaminhado ao cais do porto para pegar um navio do tipo Loyd, com que, segundo ele, as pessoas não se atreveriam nem a ir a Niterói.³⁸³ Já em 1935, Heron Pereira Pinto relatou ter feito o mesmo trajeto, indo até o arsenal da Marinha para entrar no porão de um navio.³⁸⁴ Porém, Ramos foi até a estação de trem – aparentemente a Central do Brasil – para pegar uma composição de segunda classe até Mangaratiba.³⁸⁵

A comparação entre presos políticos e presos comuns já começa na viagem para a Ilha. Basbaum demonstra grande incômodo por ter pego o navio junto com mais de 50 homens “pés de chinelo”.³⁸⁶ Já Ramos narrou o fato do soldado que os escoltava no porão da balsa Mangaratiba – Ilha Grande tê-lo identificado como preso da “Ordem Política e Social”. Quando Graciliano disse que poderia ser ladrão, o soldado

³⁷⁸ LIMA, op. cit, pp.163-164.

³⁷⁹ BASBAUM, op. cit, p.130.

³⁸⁰ RAMOS, op. cit, vol. 2. p.15.

³⁸¹ Ibidem, p.21.

³⁸² BASBAUM, op. cit, p.131; RAMOS, op. cit, p.31; LIMA, op. cit, p.163.

³⁸³ BASBAUM, op. cit, p.131.

³⁸⁴ PINTO, op. cit, p.163.

³⁸⁵ RAMOS, op. cit, p.33.

³⁸⁶ BASBAUM, op. cit, p.131.

respondeu:

– Não diga. Isso prejudica. Mas se dissesse, ninguém acreditava. O senhor pode ser assassino. Também não é. Se fosse teria ficado. Para lá só vão presos políticos e ladrões. Ladrão não é. (...)

– Vamos para a Colônia?

Balançou a cabeça afirmando.

– Horrível, hem?

Hesitou um momento, segredou:

– Não é tanto como dizem não. Agora está melhor.

Isso contradizia a afirmação de vários indivíduos, mas se tivermos uma corda no pescoço e alguém nos vier sorrindo negar a existência dela, acho que nos convenceremos facilmente.³⁸⁷

Nesse ponto é interessante perceber uma pequena diferença nos trajetos: Leôncio Basbaum e seus companheiros, ainda em 1932, provavelmente não foram vistos por ninguém quando fizeram essa viagem, já que chegaram ao navio ainda de madrugada e foram direto para a Ilha Grande. Mesmo em 1935, Heron Pereira Pinto fez o mesmo trajeto, e também foi escondido pelas autoridades policiais. Já Graciliano Ramos relatou que em 1936 na estação eles eram separados dos transeuntes por cercas móveis, o que não impedia os olhares curiosos. Ainda vale ressaltar que eles pegaram o mesmo trem de passageiros que as outras pessoas, ficando, porém, em um vagão exclusivo para eles, e a mesma balsa que o próprio médico da Ilha,³⁸⁸ sendo recolhidos no porão. O que parece apenas uma diferença de itinerários, pode ser bastante elucidativa de como os presos políticos eram tratados antes e depois da Insurreição de 1935 e de toda a propaganda anticomunista pela prisão dos “seguidores de Stalin”.

3.3.2 Chegada, inspeção, triagem

Ao chegar à proximidade da ilha, os militantes, que haviam ido de navio, tinham que mudar para embarcações menores que os levassem à praia de Dois Rios.³⁸⁹ Segundo João Lopes, a primeira coisa que os soldados da Ilha faziam quando viam o navio chegar era disparar as armas para intimidar os presos políticos, a fim de que eles ficassem “mansos”.³⁹⁰

Apenas em olhar para a ilha, começava a contradição desta prisão: Heitor Ferreira Lima, Leôncio Basbaum e Heron Pereira Pinto demonstraram grande surpresa em

³⁸⁷ RAMOS, op. cit, p.34.

³⁸⁸ Ibidem, p.35.

³⁸⁹ PINTO, op. cit, p.36; LIMA, op. cit, p.163.

³⁹⁰ GOMES, op. cit, p.95.

perceber sua beleza.³⁹¹ Orígenes Lessa, entretanto, teve um sentimento de humilhação e derrota por causa de tamanho isolamento.³⁹² Esta dicotomia entre a beleza natural e as maldades sofridas na prisão fazia parte do imaginário de todos os militantes e até dos moradores, funcionários e turistas, como veremos mais tarde.

Graciliano Ramos e seus companheiros fizeram outro caminho ao chegar de balsa na Vila do Abrãao. De lá, eles partiram a pé, por uma estrada de 12 quilômetros, até a Vila de Dois Rios. Essa caminhada, para Ramos, foi especialmente difícil, já que ele ainda estava tentando se recuperar de uma operação feita antes de ser preso. Um dos soldados lhe ofereceu um cavalo, mas Ramos negou para não incomodar o funcionário.³⁹³

Depois de chegarem à ilha, passavam pelos procedimentos para se estabelecerem. Antes de tudo, deviam entregar as roupas e bens que trouxeram da outra cadeia aos soldados, mesmo coisas sem valor, como uma carteira apenas com papéis e fotos.³⁹⁴ Recebiam, então, um uniforme, chamado entre eles de “zebra”, por ser listrado³⁹⁵ e tinham os cabelos cortados de forma grosseira por outro preso.³⁹⁶ Sobre a necessidade de se despir de roupas mais arrumadas na hora da chegada, Graciliano Ramos afirmava: “Provavelmente não existia razão: éramos peças do mecanismo social – e os nossos papéis exigiam alguns carimbos. A degradação se realizava dentro das normas”.³⁹⁷

Sobre isso, Goffman mais uma vez elucida bastante a necessidade da perda de identidade do prisioneiro. Assim que chega à prisão, o indivíduo deve ser despido do apoio que ele tem na sua ligação com o mundo doméstico, como, por exemplo, as fotografias de algum ente querido. A partir daí, começam vários rebaixamentos e degradações para que o indivíduo se sinta constantemente mortificado, como o processo de admissão na instituição: fazer a ficha, tirar foto, impressões digitais, atribuir números, enumerar os bens pessoais para guardar, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, dar o uniforme, instruir em relação às regras, tudo isso é utilizado para colocar o indivíduo na máquina do estabelecimento. Tudo isso contribui para uma

³⁹¹ LIMA, op. cit, p.163; BASBAUM, op. cit, p.132; PINTO, op. cit, p.38.

³⁹² LESSA, Orígenes. *Ilha Grande: jornal de um prisioneiro de guerra*. apud: SANTOS, op. cit, p.191.

³⁹³ RAMOS, op. cit, pp.47; 52.

³⁹⁴ Ibidem, p.56.

³⁹⁵ LIMA, op. cit, p.166.

³⁹⁶ RAMOS, op. cit, p.61.

³⁹⁷ Ibidem, p.55.

desfiguração pessoal, uma perda de identidade.³⁹⁸ Segundo Goffman, a maior mutilação que um interno pode receber é a supressão do nome e substituição por um apelido ou número,³⁹⁹ como aconteceu com Ramos.⁴⁰⁰

Depois de todas as etapas burocráticas, os presos foram levados para o refeitório, onde, segundo Graciliano, a iluminação era fraca, e havia um “ar nauseabundo e empestado”, parecendo existir um animal morto por perto se decompondo.⁴⁰¹ A comida era malcheirosa, nojenta, intragável, mas todos os presos comiam como se não percebessem isso. E um deles ainda lhe revela que aquela era uma comida boa, para impressionar os novos presos!⁴⁰²

Logo no segundo dia dentro da CCDR, os presos foram formados no pátio e apresentados a um homem não identificado por Graciliano Ramos, mas provavelmente o Diretor da Colônia. O que ele diz é emblemático:

Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. Quem foi grande esqueça-se disto. Aqui não há grandes. Tudo igual. Os que têm protetores ficam lá fora. Atenção. Vocês não vêm aqui corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer.⁴⁰³

Essas são as chamadas “regras da casa” da prisão, ou seja, mais uma forma de mostrar que os internados não estão em nenhum ambiente familiar a eles e que devem se submeter aos novos padrões estabelecidos.⁴⁰⁴

Segundo Ramos, era comum haver momentos em que a autoridade era imposta mesmo sem razão nenhuma. Havia um aspeçada⁴⁰⁵ de nome Aguiar, que exigia um respeito absurdo.⁴⁰⁶ Além disso, várias vezes ao longo do dia os presos eram obrigados a fazer a formatura geral, muitas dessas vezes sem sentido algum além de não permitir o descanso.⁴⁰⁷ A necessidade de subordinação do internado desde o início é importante para fazer um “teste de obediência”, perceber quem são os insolentes e quem merecem

³⁹⁸ GOFFMAN, op. cit, pp.24-28.

³⁹⁹ Ibidem, p.27.

⁴⁰⁰ RAMOS, op. cit, p.75.

⁴⁰¹ Ibidem, p.59.

⁴⁰² Ibidem, pp.60; 68.

⁴⁰³ Ibidem, p.69.

⁴⁰⁴ GOFFMAN, op. cit, p.50.

⁴⁰⁵ Segundo do Dicionário Informal da Língua Portuguesa, aspeçada “era uma antiga graduação militar do Exército, Polícia Militar e Corpos de Bombeiros militares brasileiros. Era ocupado por praças entre a graduação de soldado e cabo”. O termo caiu em desuso na metade do século XX. <http://www.dicionarioinformal.com.br/aspe%C3%A7ada/>

⁴⁰⁶ RAMOS, op. cit, p.57.

⁴⁰⁷ Ibidem, p.78.

castigos.⁴⁰⁸ Mais uma vez, Goffman anuncia que a submissão do indivíduo à equipe dominantes é dada em vários níveis de convivência, como, por exemplo, a necessidade de pedir permissão ou instrumentos para se executar atividades que poderiam ser executadas sozinhas, como ir ao banheiro, fumar, telefonar, barbear-se etc. Além da humilhação, essa necessidade permite que o indivíduo sofra interferência da comissão diretora. Existe aí um sistema de autoridade escalonada em que qualquer pessoa da classe dirigente tem o direito de impor disciplina a qualquer pessoa da classe de internados.⁴⁰⁹

3.3.3 Estrutura da prisão

Dois Rios abrigava um complexo penitenciário. Segundo Heitor Ferreira Lima, a partir da praia em que se chega à vila, o presídio ficava no centro e, ao fundo, um quartel do destacamento policial. Em dois pequenos outeiros ficavam algumas casas de policiais. Atrás dos muros estava o refeitório, o alojamento de mulheres e, na frente, o escritório da Diretoria, o consultório médico e o almoxarifado. Do lado esquerdo ficavam a oficina, os bangalôs, as residências dos funcionários, a horta, um pouco mais adiante, o estábulo, que fornecia o leite dos funcionários e dos militares. Perto da praia havia um antigo casarão onde funcionava a enfermaria, também chamada de hospital.⁴¹⁰

Dentro do presídio, havia uma série de quatro galpões de alvenaria e telha que formavam um quadrado, sem janelas por fora, com apenas uma ao fundo e uma grande ao lado, todas gradeadas. Esses galpões davam saída para o pátio interno. À esquerda da entrada do presídio, estava o banheiro, com vários chuveiros, um ao lado do outro. Os galpões mediam cerca de 20 metros por 10 metros, rodeado de um estrado de madeira com colchões cheios de percevejos.⁴¹¹

Quando Vitório Canepa tomou posse do cargo de diretor, em 1934, houve algumas mudanças, como a construção de um prédio de administração que unia o almoxarifado, o açougue, o centro telefônico, a portaria e o depósito dos produtos inflamáveis, armas e munições, a parte administrativa, o gabinete do diretor e um restaurante exclusivo para os funcionários.⁴¹²

Em 1936, quando Graciliano Ramos chegou a Dois Rios, não havia muita

⁴⁰⁸ GOFFMAN, op. cit, p.26.

⁴⁰⁹ Ibidem, pp.44-46.

⁴¹⁰ LIMA, op. cit, p.165.

⁴¹¹ Ibidem, p.165; BASBAUM, op. cit, p.132.

⁴¹² SARDINHA, op. cit, p.85.

diferença em relação ao que os dois militantes acima haviam encontrado, senão a construção do novo galpão da diretoria, as cercas de arame e a cobertura de zinco dos presídios. Os galpões não tinham mais estrados, mas tinham o chão coberto por areia, que era molhada diariamente, e eles dormiam em esteiras, insuficiente para tantos presos.⁴¹³

O próprio Doutor Sardinha corrobora os depoimentos dados pelos comunistas:

Naqueles antros, o cheiro dos corpos sujos e suarentos era tal forma ativo que impregnava a roupa de quem ali entrasse. (...) Lembro-me que muitas vezes fui chamado, altas horas da noite, para socorrer presos dentro daqueles covis. Quando regressava à minha casa, apesar de tomar banho e mudar de roupa, eu continuava sentindo por muito tempo aquele odor nauseante e característico, em minhas narinas. Aqueles homens já se haviam habituado e nada mais sentiam, nem mesmo sono. Estavam sempre em vigília e esperando alguma surpresa por parte dos companheiros tarados que se aproveitavam da calada da noite para a pederastia ou a vingança.⁴¹⁴

Ainda segundo Sardinha, os presos mais fortes e valentes deveriam ser os “faxinas”, ou seja, os encarregados da ordem no alojamento, de fazer a faxina durante o dia. Entretanto, geralmente o cargo de “faxina” representava antes poder do que trabalho e, por isso, era sempre de alguém que podia mandar outro fazer o serviço, como um gestor da cela.⁴¹⁵

As estruturas dos prédios, bem como as condições de sujeira em que viviam os presos, foram algumas vezes denunciada, mas, sempre que necessário, Filinto Muller, chefe de Polícia do Distrito Federal, dizia que os alojamentos poderiam não ser próprios para este fim, mas eram arejados, tinham água encanada, instalações com rede de esgoto, eram limpos diariamente e os presos recebiam visitas diárias do médico do presídio, que zelava pela sua higiene.⁴¹⁶ O próprio médico da ilha, Dr. Hermínio Oupretano Sardinha, afirma que ele atendia apenas os presos que estavam internados no hospital e os que iam até lá se consultar por causa de alguma enfermidade.⁴¹⁷ O regulamento da colônia previa que o médico deveria atender aos presos, aos funcionários, às famílias dos funcionários e aos soldados da guarnição. Além disso, o Dr. Sardinha ainda atendia aos moradores da ilha, visto que, segundo ele, não existia

⁴¹³ RAMOS, op. cit, pp.53; 63.

⁴¹⁴ SARDINHA, op. cit, p.67.

⁴¹⁵ Ibidem, p.66.

⁴¹⁶ AHN – MJNI – caixa 80. In: CANCELLI, Op. cit, p.188.

⁴¹⁷ SARDINHA, op. cit,p.36.

serviço médico.⁴¹⁸ Mais uma vez, Goffman esclarece que oferecer um meio ambiente deteriorado ajuda a deteriorar também o indivíduo, não apenas fisicamente, mas também psicologicamente, destruindo sua identidade.⁴¹⁹

Infelizmente, sabemos apenas como eram os banheiros do presídio na década de 1930, com as memórias de Heron Pereira Pinto e Graciliano Ramos.

Era uma sala quadrada, o chão de cimento. Pendiam do teto alguns chuveiros, quatro ou seis, e junto a uma parede se alinhava igual número de latrinas, sem vasos, buracos apenas, lavados por frequentes descargas rumorosas. Em todas viam-se homens de cócoras, e diante deles estiravam-se filas, a exhibir urgências refreadas a custo. (...) As pessoas agachadas contorciam-se em longos tenesmos, retardavam-se arfando; limpavam-se em farrapos, lenços, fraldas de camisas, erguiam-se exaustas, e ao cabo de minutos várias iam de novo contrair-se numa cauda da fila.⁴²⁰

Era ainda possível encontrar filetes e coágulos de sangue ao lado das latrinas.⁴²¹

A umidade e o frio característico da ilha dificultavam ainda mais o banho matinal, e era comum alguns não quererem toma-lo por medo de agravarem suas doenças. Nessas horas, aparecia o já citado guarda Aguiar para obrigar que o detento tomasse banho ou fosse de volta para a cela, duas opções tão horríveis que o detento preferia o banho, mesmo com a proibição do guarda de se enxugar.⁴²²

Na década de 1940, quando os presos políticos de Fernando de Noronha foram transferidos para a Ilha Grande, o complexo todo tinha passado por uma grande reforma, com prédios mais modernos, com os setores de trabalho atualizados e em funcionamento.⁴²³ Os presos políticos, que antes ocupavam um barracão de zinco, foram transferidos para novos alojamentos, que, segundo Sardinha eram mais confortáveis e, portanto, deixavam os presos mais felizes.⁴²⁴ Noé Gertel⁴²⁵ disse em entrevista que o presídio tinha entre dois e três andares,⁴²⁶ o que possibilitava uma melhor separação entre os presos comuns e os políticos.

⁴¹⁸ Ibidem, p.52.

⁴¹⁹ GOFFMAN, op. cit, p.31.

⁴²⁰ RAMOS, op. cit, pp.80-81.

⁴²¹ Ibidem, p.81.

⁴²² PINTO, op. cit, pp.5; 53.

⁴²³ SARDINHA, op. cit, p.179.

⁴²⁴ Ibidem, p.180.

⁴²⁵ Noé Gertel ingressou no PCB em 1931, quando estudava Direito em São Paulo. Ele estava no ato que dissolveu a marcha integralista na Praça da Sé, em 1934. Como um soldado o reconheceu, teve que entrar na clandestinidade, o que garantiu, de certa maneira, que fosse preso apenas em 1940, quando foi encaminhado para a Ilha Grande. (SILVA JÚNIOR, op. cit, pp.379-380.)

⁴²⁶ NOVA & NÓVOA, op. cit, p.429.

Sobre a estrada que ligava o Abraão a Dois Rios, há uma confusão de informações. Sardinha afirmou que no início de 1931 um diretor, engenheiro, foi nomeado para empreender algumas obras na ilha, como a construção da estrada, o que gerou problemas ainda maiores conforme veremos.⁴²⁷ João Lopes disse que, por ser ferreiro, foi chamado pelo chefe da administração, Souto Maior, para construir uma estrada de ferro ligando Abraão a Dois Rios e uma lavanderia. Ao fim da obra foi libertado.⁴²⁸ Já Myrian Sepúlveda Santos diz que a estrada foi construída durante as reformas do fim da década de 1930.⁴²⁹ Como Graciliano Ramos cita sua jornada por uma estrada para chegar da Vila do Abraão à Vila de Dois Rios, acreditamos que ela foi realmente construída entre 1931 e 1932. Provavelmente, tratava-se de uma estrada de terra, visto que apenas João Lopes citou a estrada de ferro.

3.3.4 O Coletivo

Segundo artigo de Marcelo Badaró de Mattos, Júlia Monnerat Barbosa e Marisa Mello, é possível encontrarmos diversas referências positivas em relação à experiência de formação ético-política dos militantes comunistas dentro das prisões.⁴³⁰ Para a maioria dos presos políticos aqui estudados, o coletivo foi o melhor que poderia ter acontecido dentro da cadeia, sendo, às vezes, uma compensação pelo período de tantas dificuldades. Gregório Bezerra cita Valverde em suas memórias, um jovem companheiro que morreu ainda em 1943 na Ilha Grande. Ele era ex-cabo do 21º Batalhão Central de Natal e havia lutado na insurreição de 1935. O que marcou Bezerra foi o fato de Valverde ser muito jovem quando preso, mas não lamentar de maneira alguma a juventude enclausurada. Dizia: “Estou fazendo da prisão uma escola de capacitação política e ideológica para melhor desempenhar minhas tarefas revolucionárias junto às massas”.⁴³¹ Mesmo Graciliano Ramos, que, veremos em breve, apresentava certa desilusão diante do coletivo na Ilha Grande, se apoiou muito nos companheiros comunistas quando estava nas Casas de Detenção e de Correção⁴³² e, depois de sair da prisão, se filiou ao Partido Comunista do Brasil.

Clara Charf, esposa de Marighella, atenta em entrevista a Edson Teixeira da Silva Júnior que, além de ser uma importante organização política, o coletivo é também

⁴²⁷ SARDINHA, op. cit, p.59.

⁴²⁸ GOMES, op. cit, p.96.

⁴²⁹ SANTOS, op. cit, p.238.

⁴³⁰ MATTOS; BARBOSA; MELLO, op. cit, p.3.

⁴³¹ BEZERRA, op. cit, p.301.

⁴³² RAMOS, op. cit, p.30.

uma forma de organização cultural, principalmente para ocupar os presos que estavam há tanto tempo longe de suas famílias, pensando em suicídio, sem saber por mais quanto tempo ficariam naquela situação.⁴³³

Agildo Barata foi quem melhor explicitou as funções do coletivo dentro da prisão, independente de qual fosse: representar os presos políticos de esquerda junto à direção, zelar pela disciplina interna, manter a unidade entre os presos para impedir que os carcereiros utilizassem a força que possuíam para oprimi-los, arrecadar contribuições e utilidades dos presos mais ricos – ou dos que recebessem visitas familiares – para distribuir entre os presos mais pobres – ou que não tivessem família por perto para amparar –, como escova de dentes, sabonetes, remédios, cigarros, doces etc.⁴³⁴

A diretoria do coletivo era composta por cinco membros eleitos mensalmente. Barata ainda completa: “E podemos afirmar: de 1935 a 1945 o único lugar onde havia democracia, no Brasil, e onde se realizavam eleições era nos presídios políticos onde a ditadura confinava os presos políticos de esquerda”.⁴³⁵ Enquanto esteve na prisão, Leôncio Basbaum ficou encarregado da parte cultural do coletivo, ou seja, organização de cursos pelo menos duas vezes por semana.⁴³⁶

Como podemos observar nas especificações de Barata, o coletivo unia os presos políticos ligados à ANL, uma frente ampla de esquerda, e não necessariamente aos presos políticos filiados ao Partido Comunista. Isso significa que, se o PCB já era um partido com pessoas de várias classes sociais e vivências diferentes, o coletivo tinha ainda mais pluralidade, o que tornava difícil a gerência de todos sob uma mesma diretriz. Noé Gertel, falando sobre a direção de Marighella, já nos anos 1940, disse que havia entre 60 a 70 presos políticos, de todas as camadas sociais do Brasil: cabo, soldado, sargento, oficiais do Exército, marinheiros, camponeses, trabalhadores industriais, semianalfabetos, intelectuais, revolucionários ou não. Além da difícil tarefa de harmonizar todas essas pessoas, o coletivo precisava construir corretamente a relação com a diretoria, os guardas e os policiais da prisão.⁴³⁷

Para melhor compreender a presença do coletivo em Dois Rios, precisamos definir a temporalidade: na década de 1930 os presos políticos de esquerda estavam dispersos em várias cadeias como as Casas de Detenção, de Correção, a Ilha Grande e

⁴³³ SILVA JÚNIOR, op. cit, p.195. (Depoimento de Clara Charf)

⁴³⁴ BARATA, op. cit, pp.310-311.

⁴³⁵ Ibidem, p.132.

⁴³⁶ BASBAUM, op. cit, p.133.

⁴³⁷ SILVA JÚNIOR, op. cit, pp.381-382. (Depoimento de Noé Gertel.)

Fernando de Noronha, apenas para citar as mais faladas aqui. Porém, a partir de 1938, o governo federal decidiu unir a maior parte dos presos políticos, tanto de esquerda quanto os integralistas, em apenas um espaço, a Colônia Agrícola de Fernando de Noronha. Quando o governo federal assinou o acordo de colaboração com os Estados Unidos e a ilha de Fernando de Noronha passou a ser base militar estadunidense, todos os seus presos foram para Dois Rios, que se tornou o presídio oficial para onde deveriam ser enviados os presos políticos.⁴³⁸ A diferença na dispersão ou na concentração de presos políticos foi de extrema relevância para a construção do coletivo e da sua força perante as autoridades carcerárias.

Nos anos iniciais da década de 1930, Leôncio Basbaum e seus companheiros ficaram bastante preocupados com sua transferência para a Ilha Grande, não apenas pelos motivos já citados, mas porque não sabiam nem quanto tempo lá permaneceriam nem como conseguiriam pedir ajuda estando tão longe da capital. Naquela época ainda não havia qualquer advogado ou intermediário do Socorro Vermelho⁴³⁹ estabelecido na ilha.⁴⁴⁰ Entretanto, pelo período em que julgavam poder ser liberados tão logo acabasse a Revolução de 1932, a falta de organização política não seria um problema tão grande.

Porém, em novembro, os militantes começaram a perceber que provavelmente ficariam mais tempo do que acreditavam e começaram a organizar o que Basbaum afirma ser o primeiro coletivo de Dois Rios. Encontraram um soldado da polícia simpatizante de sua causa e que oferecera ajuda no que fosse necessário. Felizmente, fez tudo quanto pediram os presos, como contato com um companheiro do Socorro Vermelho no Rio de Janeiro, compras de cigarros, escovas de dentes, sabonetes, e o envio de dinheiro. Além disso, levou-lhes jornais recentes e toalhas de rosto.⁴⁴¹ Pouco tempo depois, Heitor Ferreira Lima fala não de um único, mas de uma célula de cinco ou seis soldados.⁴⁴²

Para fazer as reuniões, os soldados pediam que os militantes fizessem trabalhos domésticos nas suas casas aos domingos. Era a desculpa perfeita para os presos andarem fora dos muros e ainda entrarem na casa onde haveria a reunião. Lá eles conversaram

⁴³⁸ É importante lembrarmos que, tanto em 1938 quanto em 1942, o objetivo era manter uma maior concentração de presos políticos em outros locais. No entanto, é sabido que Luís Carlos Prestes e Arthur Ewert, por exemplo, ficaram sempre nos presídios da capital federal.

⁴³⁹ O Socorro Vermelho Internacional era um braço da Internacional Comunista que promovia a ajuda ao movimento comunista, fosse escrevendo panfletos de denúncia ao governo, fosse fornecendo produtos para os comunistas presos.

⁴⁴⁰ BASBAUM, op. cit, p.133.

⁴⁴¹ Ibidem, p.137.

⁴⁴² LIMA, op. cit, p.168.

sobre a situação econômica e política do país, as tarefas e atividades do Partido e o panorama internacional.⁴⁴³ Nesta mesma época, aconteciam diariamente reuniões dentro das celas, apenas com os presos políticos.⁴⁴⁴ Depois do jantar, eles se agrupavam num canto do alojamento para conversar. Em 1936 Graciliano Ramos nota o mesmo hábito.⁴⁴⁵

Os soldados que faziam parte da célula aproveitavam alguma viagem à capital para levar cartas, bilhetes, artigos, comprar cigarros, bolos e o que fosse necessário, sem qualquer desconfiança das autoridades carcerárias.⁴⁴⁶ Graciliano conta de uma vez em que os presos políticos conseguiram encaminhar uma carta detalhada dos horrores da CCDR a Assembleia Estadual passando despercebida pela direção.⁴⁴⁷

Já nos anos 1940, o coletivo podia agir com mais liberdade e, por isso, agir mais.⁴⁴⁸ Quando os presos foram transferidos de Fernando de Noronha para a Ilha Grande, eles já chegaram com a decisão coletiva de colaboração com a direção, que será melhor explicada em breve. Porém, para Noé Gertel, o grande desafio do coletivo era saber dosar o grau de colaboração a que eles estavam dispostos. Para evitar deserções, intrigas ou desagregação interna, tudo era resolvido em conjunto, entre o coletivo e a direção, “de governo para governo”.⁴⁴⁹

Enquanto coletivo, eles conseguiam organizar uma alimentação mais fortalecida para combater o escorbuto, cozinhando produtos que eles mesmos cultivavam e comprando outros com o dinheiro do artesanato vendido. Tudo isso acontecia em comum acordo com a direção do presídio, que permitia que os presos enviassem os produtos artesanais no navio de abastecimento da prisão e recebessem os gêneros comprados no mesmo navio. Eles também conseguiam organizar uma vida cultural, esportiva e educacional,⁴⁵⁰ já que eles não precisavam se esconder da direção para organizar suas atividades.

Segundo Agildo Barata, o coletivo também organizava *O Libertador*, um jornal manuscrito e ilustrado por eles mesmos.⁴⁵¹ Infelizmente, não podemos afirmar que este jornal fosse feito na Ilha Grande, pois, ainda que saibamos que Marighella também

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ Ibidem, p.166.

⁴⁴⁵ RAMOS, op. cit, p.84.

⁴⁴⁶ LIMA, op. cit, p.168.

⁴⁴⁷ RAMOS, op. cit, p.101.

⁴⁴⁸ NOVA & NÓVOA, op. cit, p.424.

⁴⁴⁹ Ibidem, p.425.

⁴⁵⁰ SILVA JÚNIOR, op. cit, p.194.

⁴⁵¹ BARATA, op. cit, p.313.

participava da confecção,⁴⁵² ambos estiveram juntos não apenas em Dois Rios, mas também em Fernando de Noronha.

Em relação a essa colaboração do coletivo com a direção do presídio, ainda em 1940 é criada a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), da qual fazia parte Maurício Grabois, Arruda Câmara, Giocondo Dias e outros.⁴⁵³ Quando o Brasil entrou na 2ª Guerra Mundial contra o nazi-fascismo, a CNOP assinou um termo de apoio à colaboração do PCB ao governo brasileiro.⁴⁵⁴

Fora da prisão, o PCB se mantinha colaborador do governo de Vargas, porém o coletivo da prisão precisava decidir o quanto e onde ofereceria apoio também. A grande discussão girou em torno dos trabalhos que eles realizariam dentro do presídio. Veremos mais tarde que havia trabalhos realizados principalmente pelos presos comuns, e outros realizados pelos presos políticos, o que não era coincidência: fazia parte de escolhas feitas pelos presos políticos sobre o que não fariam e de acordo com seus motivos. Uma parte dos presos políticos, incluindo aí Joaquim Câmara Ferreira,⁴⁵⁵ achava que era necessário agir “igual preso comum”, fazendo todo e qualquer serviço a eles estabelecidos. Outro grupo, a que pertencia Carlos Marighella, achava que deveria existir um limite. Quando Noé Gertel perguntou a Marighella porque ele defendia tal posição, Marighella respondeu que a colaboração total poderia levar à cisão do coletivo, pois iria possibilitar aos presos políticos a convivência com os presos comuns e os funcionários para além do coletivo, o que geraria intrigas.⁴⁵⁶

A preocupação principal de Gertel era com a possível cisão apenas pela discussão do tema. Ele percebia que os problemas e tendências que existiam do lado de fora também existiam nas cadeias, e, por isso, discussões assim tão acaloradas poderiam também render intrigas sérias e rupturas no coletivo.⁴⁵⁷ Alguns grupos, como os que

⁴⁵² SILVA JÚNIOR, op. cit, p.383.

⁴⁵³ É interessante notarmos como a permanência na prisão não impedia os presos políticos não apenas de se manterem atualizados em relação à política externa à prisão, como também de influenciar na organização do partido, claro que graças a uma meticulosa rede de contatos.

⁴⁵⁴ Ibidem, p.74.

⁴⁵⁵ Joaquim Câmara Ferreira foi um militante destacado da década de 1930. Enquanto era estudante fazia parte do Socorro Vermelho com Noé Gertel e outros, estando também na marcha dos integralistas da Praça da Sé. Depois de preso, enquanto esperava o interrogatório, tentou cortar os pulsos socando os vidros da Polícia Central. Este caso teve repercussão na mídia e teria feito com que o governo diminuísse a intensidade das torturas. A data desta prisão é imprecisa, já que Noé Gertel cita, em um livro que foi em 1936 (NOVA & NOVOA, op. cit, p.384), e em outro em 1940 (KUSHNIR, Beatriz (org.). *Perfis Cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago Ed. 2002, p.17). Depois do interrogatório ele foi encaminhado ao presídio da Ilha Grande, onde esteve com Noé Gertel até 1945.

⁴⁵⁶ SILVA JÚNIOR, op. cit, pp.384-385.

⁴⁵⁷ Ibidem, p.381.

fizeram parte da Guerra Civil Espanhola, não aceitavam nem mesmo que o PCB tivesse apoiado Vargas e conseqüentemente, afirmou Bezerra, foram expulsos do partido enquanto ainda estavam na prisão. Depois da anistia voltaram, pois “fizeram uma reflexão” e perceberam seus erros.⁴⁵⁸

Em meio a esse debate houve a eleição para presidente do coletivo, e o eleito foi Marighella. Nesta mesma noite, Marighella foi de cubículo em cubículo perguntar aos membros do coletivo se eles estavam com o coletivo ou com “a casa”. Quem estivesse com a casa era imediatamente expulso do coletivo. Isso aconteceu, segundo argumentos de Marighella, para evitar que todo o coletivo se desfizesse, em vez de algumas pessoas serem expulsas.⁴⁵⁹ Importante ressaltar que quem era expulso do coletivo também era expulso do cubículo, ou seja, existia um espaço predeterminado de uso dos presos aliancistas.

Independente deste episódio, o clima de desconfiança dentro dos coletivos estava presente. Era sempre possível haver algum preso infiltrado que procurasse saber de algum plano de fuga ou das conversas do coletivo.⁴⁶⁰

Houve também o caso de Graciliano Ramos, que, embora pudesse, escolheu não fazer parte do coletivo, por estar desiludido com a militância e não saber se era mesmo comunista ou não. O maior contato que ele teve com o coletivo na Ilha Grande foi a revisão da carta enviada à Câmara dos Deputados.⁴⁶¹

Por outro lado, algumas pessoas desenvolveram verdadeira ojeriza aos coletivos nos períodos em que estiveram presas. Davino dos Santos relatou que:

Em Fernando de Noronha e, depois na Ilha Grande que melhor conheci os Chefes Comunistas do Brasil e a grande e permanente luta travada entre eles para conquistas de postos de comando, nem todos os elementos do movimento de Novembro de 1935 eram comunistas, muitos foram arrastados pela isca 'Pão, terra e liberdade', sob o anzol da ANL. Não só estes como os comunistas esperavam encontrar em Fernando de Noronha e outros presídios chefes magnânimos e um ambiente de camaradagem, todavia ali acharam uma ditadura feroz, sob o disfarce do 'coletivo', que traz todos dentro de outra prisão, vigiando estes, suspeitando daqueles, injuriando uns e sabotando outros. Esta política insensata foi uma das causas da morte do Comunismo. Via naqueles homens pelos seus atos e pelas suas palavras, pelos seus sentimentos, os mais torpes desejos de mandos, de predomínio, os mais horrorosos desejos de matar, fuzilar tudo e todos. Via na carcaça de cada um deles a expressão personificada de maldade e intriga, da infâmia, da

⁴⁵⁸ BEZERRA, op. cit, p.299.

⁴⁵⁹ SILVA JÚNIOR, op. cit, p.385.

⁴⁶⁰ RAMOS, op. cit, p.82.

⁴⁶¹ Ibidem, p.101.

tiranía, da crueldade. Somente se convivendo muito tempo na prisão com os dirigentes comunistas pode-se fazer ideia da degradação moral que o triunfo comunista teria imposto à ferro e à fogo a sociedade brasileira.⁴⁶²

Ao contrário dos comunistas e militantes de esquerda, que muito penaram para conseguir desfrutar de alguns benefícios que deveriam ser direito de todos os presos, os integralistas trilharam um caminho muito mais fácil rumo às liberdades prisionais, que dependiam muito mais da amizade dos diretores com os presos do que da conjuntura político-militar internacional.

O integralista Flores da Cunha,⁴⁶³ durante toda a sua estadia na prisão, pôde morar em uma casa da vila com sua família, sob única restrição de não sair da vila. Ele tinha mais autonomia para fazer caminhadas, cultivar horta, criar galinha, ter uma biblioteca com o que gostassem de ler e mesmo trocar correspondências com os amigos e parentes sem qualquer repressão.⁴⁶⁴ Os únicos casos semelhantes de que temos notícia com presos políticos de esquerda são o de Nute e Liubia, dois militantes que tiveram a possibilidade de morar em uma casa da vila com o filho de três anos, ainda em 1931. Ele trabalhava na horta da prisão.⁴⁶⁵

De qualquer forma, a permanência de Flores da Cunha na ilha foi efêmera, visto que, mesmo tendo ficado quatro anos refugiado no Uruguai, quando voltou para o Brasil, permaneceu apenas dez meses na cadeia, até ser libertado por ordem de Getúlio Vargas⁴⁶⁶.

3.3.5 Artesanato

Segundo Gregório Bezerra, o coletivo organizou uma oficina de artesanato cuja principal matéria-prima eram cascos de coco da Bahia.⁴⁶⁷ O coco, afirma Noé Gertel, tem um brilho natural mais bonito que verniz, basta, para que apareça, lixar-lhe o casco

⁴⁶² APERJ, Fundo Polícias Políticas. Prontuário. Pasta 31379, 1948

⁴⁶³ Flores da Cunha era um general gaúcho. Fez parte da Revolução de 1930 junto com Vargas e, até 1937 apoiou a chamada Revolução, sendo, inclusive, interventor do estado do Rio Grande do Sul duas vezes. A partir de 1937 começou a se desentender com o presidente e foi obrigado a deixar o cargo de interventor. Segundo consta em seu prontuário do DESPS, investigadores da polícia do distrito federal seguiam o general desde 1935, ou seja, antes mesmo de uma ruptura oficial, já existia alguma desconfiança em relação ao interventor. Depois de sair do cargo, exilou-se no Uruguai, e quando voltou, em 1942, foi preso e encaminhado a Ilha Grande. Ficou apenas dez meses encarcerado, recebendo uma ordem de soltura diretamente do presidente Getúlio Vargas.

⁴⁶⁴ SANTOS, op. cit, p.281.

⁴⁶⁵ BASBAUM, op. cit, pp.132-136.

⁴⁶⁶ DESPS. Prontuários. Notação 454 – Cunha, José Antônio Flores da (1929-1938)

⁴⁶⁷ BEZERRA, op. cit, p.289.

muito bem.⁴⁶⁸ Nessa oficina havia também um livro de arte marajoara, repleto de desenhos, da antropóloga Heloísa Torres.⁴⁶⁹ Com esse material, confeccionavam cintos, bolsas, broches, aviõezinhos, porta-joias, globos terrestres com acidentes geográficos. Também faziam caixinhas de madeira para costura, ornamentadas com desenhos feitos na própria madeira⁴⁷⁰ e aviõezinhos de escova de dente.⁴⁷¹

A direção da prisão permitia que esse material fosse vendido através de amigos e parentes para arrecadar dinheiro para o coletivo, que comprava materiais necessários para a sobrevivência na prisão, como cigarro, papel, escova de dentes etc.⁴⁷² O trabalho artesanal era desenvolvido à noite, depois dos afazeres da colônia. Clara Charf comenta que Carlos Marighella acabou desenvolvendo problemas oftalmológicos por causa do artesanato, pois a iluminação da oficina não era suficiente.⁴⁷³ Gregório Bezerra destaca os dotes artísticos, não apenas de Marighella, mas também de Agildo Barata, Agliberto de Azevedo, João Massena e Roberto Morena.⁴⁷⁴

Uma dessas caixas de madeira, com um mapa do Brasil, foi dada de presente para o general Flores da Cunha no momento de sua partida da ilha. Segundo o general, o presente foi de todos os companheiros da ilha, e ele também destaca Agildo Barata como um exímio artista. Nela, entretanto, lê-se a gravação a mão: “Ao ínclito general Flores da Cunha, seu velho admirador N. Veríssimo”.⁴⁷⁵ Se os presos fizeram apenas pelo dinheiro ou porque realmente queriam bem a Flores da Cunha, não sabemos, mas a expressão de amizade entre o diretor da colônia e seu preso é sintomática de quantos benefícios Cunha poderia ter.

3.36 Estudos, curso, palestras

Pelo menos desde 1935 o coletivo conseguia manter uma pequena biblioteca com livros de literatura para os presos. Graciliano relata como recorria a eles para fugir da obrigação de entrar no refeitório. Como estava fraco, mal conseguia entender o livro, apenas passava as páginas e via as figuras no pátio.⁴⁷⁶ Os livros estavam em péssimo

⁴⁶⁸ SILVA JÚNIOR, op. cit, p.393.

⁴⁶⁹ Ibidem, p.71.

⁴⁷⁰ BEZERRA, op. cit, pp.289-290.

⁴⁷¹ MELO, Marcelo Mário de. *David Capistrano: entre teias e tocaias*. Recife: A Assembléia (Legislativa do Estado de Pernambuco), 2001. p.26.

⁴⁷² NOVA & NÓVOA, op. cit, p.426.

⁴⁷³ SILVA JÚNIOR, op. cit, p.195.

⁴⁷⁴ BEZERRA, op. cit, p.290.

⁴⁷⁵ DESPS. Prontuários. Notação 454 – Cunha, José Antônio Flores da (1929-1938). Nestor Veríssimo era o Diretor da CCDR a partir de 1942

⁴⁷⁶ RAMOS, op. cit, p.109.

estado de conservação, mas identifica, ainda assim, alguns que estavam com ele quando foi preso no Recife. De alguma maneira eles haviam chegado à Ilha Grande, e não fora pelas suas mãos. Também encontrou romances de José Lins do Rego, de Jorge Amado e dele próprio. Graciliano afirma que os de Jorge Amado eram os mais lidos, principalmente *Suor* e *Jubiabá*, que via com frequência em cima de alguma esteira.⁴⁷⁷

O próprio Jorge Amado, em um de seus livros da época, demonstra a importância desses livros e dos estudos realizados pelos coletivos nas prisões do período varguista:

Juvêncio viera com os condenados políticos de Fernando de Noronha. Na Ilha Grande estudava. Para ele a prisão foi a universidade. Os nove anos que levou de cadeia em cadeia, em Natal, no Recife, na Correção e na Detenção no Rio de Janeiro, em Fernando de Noronha e por fim na Ilha Grande, foram de aprendizado. Os companheiros mais esclarecidos ajudavam-no. Leu, finalmente, aqueles livros que cobiçava nos dias anteriores à revolução de 35. Em Engels aprendeu que a 'liberdade é o conhecimento da necessidade' e pensou que o sertão estava aprendendo com sangue e dor. Tanto falava no sertão, nos camponeses explorados, que até faziam pilhérias com ele. Mas tanto eles como os de fora, os que lutavam na ilegalidade, sabiam que deviam cultivar no moço sertanejo o interesse pelo problema do campo. E lhe enviavam todos os materiais que tratavam da questão camponesa. Ele os devorava nos dias longos da prisão.⁴⁷⁸

Nos tempos de Graciliano Ramos, seria bastante improvável que se lesse Engels em uma prisão, porém Amado parece retratar os anos 1940, quando das transferências de Fernando de Noronha para a Ilha Grande. Embora nos pareça improvável, um autor tão marcadamente comunista poderia passar despercebido numa biblioteca pouco vigiada pelas autoridades.

Não foi apenas de leituras individuais, entretanto, que se fizeram os aprendizados da prisão. O coletivo também se responsabilizava pela educação, criando escola, onde tinham aula de português, matemática, história do Brasil, história geral, inglês e alfabetização, e universidade.⁴⁷⁹

Na chamada Universidade do Coletivo, o reitor deveria organizar cursos de humanidades, Filosofia, Economia Política, História Universal, História do Brasil, conferências com os presos disponíveis e garantir a escola. As conferências de

⁴⁷⁷ RAMOS, op. cit, p.110.

⁴⁷⁸ AMADO, Jorge. *Seara vermelha*, São Paulo, Martins, 1972 (27ª edição), pp.333-335. In: MATTOS; BARBOSA; MELLO, op. cit, p.18. Vale lembrar que no capítulo 2 há um debate mais detalhado sobre a literatura de Jorge Amado, que, mesmo sendo ficcional, baseia-se em experiências de militantes comunistas.

⁴⁷⁹ NOVA & NÓVOA, op. cit, p. 426; SILVA JÚNIOR, op. cit, pp.72; 194; 381.

Rodolpho Ghioldi foram particularmente comentadas, por ajudar os militantes a elucidarem suas ideias em política internacional.⁴⁸⁰

Segundo Clara Charf, toda essa empreitada era uma forma de os militantes com mais conhecimentos passarem o que sabiam para os que não tinham tido chance de estudar, como muitos marítimos e cabos do Exército.⁴⁸¹

3.3.7 Alimentação

Segundo os relatos de Graciliano Ramos, Leôncio Basbaum, Heitor Ferreira Lima e João Alves da Mota,⁴⁸² o café da manhã era composto por um pão borrachudo e algo para beber não identificável, com lama e moscas.⁴⁸³ Os possíveis pratos do almoço e do jantar eram uma “sopa”, na verdade água temperada com sal e gordura, feijão e arroz duros, farinha, carne seca com pedaços podres, fruta-pão, servidos em pratos de folhas de Flanders. O pedaço de pão duro, muitos guardavam para comer mais tarde. O aspecto nojento da comida e o medo das consequências dessa alimentação são relatados por todos os presos deste período.⁴⁸⁴

Evidentemente que uma alimentação assim tão precária abria espaço para as mais variadas reações adversas. Ramos relata que toda noite o banheiro ficava cheio de presos com dores intestinais e que era comum ver filetes de sangue às margens das latrinas. Ramos concluiu que provavelmente na comida havia potassa.⁴⁸⁵

Sardinha narrou que em 1934 o novo diretor da colônia era um engenheiro empossado com o objetivo de promover obras de melhoramento na colônia e no acesso entre Dois Rios e a Vila do Abraão. Sua dedicação à infraestrutura fez com que negligenciasse outros setores importantes, como a alimentação. O responsável pelo almoxarifado era de índole duvidosa e não sabia gerir o estoque de comida, sendo frequentes os pedidos de empréstimo de alguns gêneros aos comerciantes do Abraão

⁴⁸⁰ BARATA, op. cit, p.31; SILVA JÚNIOR, op. cit, p.384; MELO, op. cit, p.26.

⁴⁸¹ SILVA JÚNIOR, op. cit, p.194.

⁴⁸² João Alves da Mota era militar, e já tinha sido preso outras vezes por suspeita de comunismo, mas sempre era liberado. Logo depois da insurreição comunista foi preso mais uma vez e declarou que não era comunista, mas que era contra Getúlio Vargas. Por causa disso, foi enviado a Ilha Grande, onde ficou por 17 meses. Nunca teve um processo formal. (*Diário do Congresso Nacional*. Ano II, número 145 (28 de agosto de 1947). Rio de Janeiro.)

⁴⁸³ RAMOS, op. cit, p.70.

⁴⁸⁴ BASBAUM, op. cit, p.133; LIMA, op. cit, p.165; RAMOS, op. cit, p.76; Depoimento de João Alves da Mota, *Diário do Congresso Nacional*. Ano II, número 145 (28 de agosto de 1947). Rio de Janeiro, p.10.

⁴⁸⁵ RAMOS, op. cit, p.81. Mesmo depois de muita procura e consulta com pessoas da área de saúde, não foi possível identificar o que Ramos chama de “potassa”. Imaginamos que essas reações sejam causadas pela ingestão contínua de comida mal conservada e/ou com partes estragadas.

para as refeições. Os empregados da colônia recebiam comida do mesmo estoque que os presos, mas o abastecimento não estava tão prejudicado, e eles podiam comprar frutas e legumes com os moradores.⁴⁸⁶ O almoxarife culpava o abastecimento da capital, suspeitamos, entretanto, tratar-se de desvio de comida.

Por causa da má gestão, a horta escasseou, as vacas pararam de produzir leite e o pomar foi tomado por um matagal. Em consequência, os presos começaram a adoecer. Um surto de beriberi chegou a acometer não apenas os detentos, mas também os funcionários. Para acabar com o surto, foi necessário pedir à capital que enviasse urgentemente remédios e grande quantidade e variedade de comida.⁴⁸⁷

Houve ainda um caso de intoxicação alimentar generalizada, em que o médico teve que ficar a noite toda nos alojamentos tratando dos presos. A intoxicação foi tal que no dia seguinte os trabalhos foram suspensos para que os presos ficassem em repouso. Quando o Dr. Sardinha foi à cozinha averiguar as causas da intoxicação, percebeu que tanto o feijão quanto a carne seca haviam sido servidos completamente podres.⁴⁸⁸

Questionado em algumas ocasiões quanto à qualidade da alimentação das prisões do Rio de Janeiro, o Chefe de Polícia respondeu que a alimentação era balanceada, distribuída cientificamente de acordo com as teorias da época acerca de vitaminas e calorias necessárias para cada pessoa.⁴⁸⁹

Quando da chegada dos presos comunistas de Fernando de Noronha e da mudança de relacionamento entre direção e coletivo, os presos políticos não tinham mais problemas de alimentação, não porque a comida fornecida pela prisão não continuasse a ser pouca e ruim, mas porque fizeram um acordo com o diretor de cuidar eles mesmos da comida. Eles cuidavam da horta, cozinhavam, e reforçavam a alimentação com os produtos comprados com o dinheiro do artesanato e pediam que os familiares levassem os produtos até o navio que fazia o abastecimento da ilha.⁴⁹⁰ Infelizmente não conseguimos apurar se assim se passava apenas para os presos políticos ou se pelo menos os produtos da horta e da cozinha beneficiavam todo o presídio. Imaginamos que os produtos comprados pela renda do artesanato fossem distribuídos apenas entre os membros dos coletivos, mas que os fornecidos pela colônia, bem como a horta da colônia, fossem distribuídos para todos os presos.

⁴⁸⁶ SARDINHA, op. cit, p.156.

⁴⁸⁷ Ibidem, p.156.

⁴⁸⁸ Ibidem, p.193.

⁴⁸⁹ AHN – MJNI – caixa 586, apud CANCELLI, op. cit, p.205.

⁴⁹⁰ BEZERRA, op. cit, p.289; SILVA JÚNIOR, op. cit, p.194.

3.3.8 Saúde

Além dos problemas decorrentes da péssima alimentação prisional, os detentos estavam submetidos a dificuldades ainda maiores. Por causa da umidade da ilha e das celas, a tuberculose era uma constante, assim como a sífilis, doença causada através do contato sexual.⁴⁹¹ A contaminação da tuberculose na Ilha chegou ao ponto de, em 1943, ser lançada uma portaria que exigia um atestado médico quando o preso fosse transferido, assim poderia ser detectado os portadores de tuberculose e outras doenças infecciosas. Isso era feito não apenas em atenção aos presos, mas também aos moradores e funcionários⁴⁹².

O hospital ficava na região da Barra Grande, ainda na Vila de Dois Rios. Segundo descrição do Dr. Sardinha, parecia ser grande, pois tinha um gabinete médico, ambulatório, quatro salões para as enfermarias, dois salões para a clínica médica, um para moléstias infectocontagiosas e outro para cirurgia. Tinha também sala de operações, copa, cozinha, quarto para material de empregado e dois banheiros. Sardinha reclamou do estado de conservação do hospital, com as paredes sem emboço, quase nenhum vidro nas janelas, telhado cheio de goteiras e materiais de uso diário imprestáveis.⁴⁹³ Já Leôncio Basbaum descreveu o hospital como uma casa com poucos cômodos e ainda acusou o médico de nunca aparecer.⁴⁹⁴ É provavelmente por isso que Graciliano Ramos recusou-se a fazer a operação da psoíte⁴⁹⁵ na ilha quando o doutor ofereceu o tratamento. “Aqui doutor? Obrigado. Não estou com desejo de suicidar-me.”⁴⁹⁶

Um dos lugares para igualar os presos comuns aos presos políticos era justamente o tratamento médico. João Alves da Mota relatou à Comissão Especial de Inquérito sobre os Atos Delituosos da Ditadura que uma vez o enfermeiro, que estava no lugar do médico, deu a ele um remédio no mesmo copo em que tinha dado o remédio a um homem que tinha acabado de sofrer um ataque epiléptico. Quando João questionou o fato, o enfermeiro apenas respondeu que não tinha importância, porque todos eram da

⁴⁹¹ CANCELLI, op. cit, p.200; sobre as várias verminoses: SARDINHA, op. cit, p.53.

⁴⁹² Portaria Ministerial nº6294, de 18 de fevereiro de 1943; IN: SANTOS, op. cit, p.266.

⁴⁹³ SARDINHA, op. cit, pp.35-36.

⁴⁹⁴ BASBAUM, op. cit, p.136.

⁴⁹⁵ Psoíte é a inflamação das psoas. Psoas são pares de músculos (psoas grandes, psoas pequenas) que ligam o osso do tronco do corpo às coxas. Por isso Graciliano Ramos tinha tanta dificuldade para andar.

⁴⁹⁶ RAMOS, op. cit, p.89.

mesma massa e podiam ir para o inferno.⁴⁹⁷

Esse descaso nos tratamentos era uma constante na ilha. Graciliano Ramos contou que, depois do exame médico da entrada na prisão, o médico deu um remédio a todos os examinados, mas que ninguém tomou por medo do que poderia ser o remédio.

Poucos presos ficavam internados no hospital, ficando a maioria num canto das próprias celas, sofrendo de dor sem a ajuda de nenhum funcionário.⁴⁹⁸ Ramos contou de duas cenas que viu enquanto estava no alojamento: um em que um doente moribundo gritava por morfina de tanta dor e sofrimento sem ser atendido por nenhum funcionário⁴⁹⁹; e outro em que os funcionários entraram apenas para retirar o corpo de Domício Fernandes⁵⁰⁰ e enterrá-lo sem nenhuma consideração no cemitério da vila.⁵⁰¹ O tratamento especial da prisão aos doentes era a comida do jantar, que era diferente da dos presos saudáveis: era uma sopa com algumas fatias de cebola, menos nojenta do que o normal, servida por poucos dias.⁵⁰²

Gregório Bezerra disse que quando chegou à ilha conseguiu permissão para ir ao hospital da Polícia Militar do Distrito Federal para fazer um exame de olhos porque estava ficando quase cego. Durante o tratamento, ele ficou na Casa de Detenção.⁵⁰³ Mais uma vez vemos uma diferença considerável entre os anos 1930 e 1940, porque, segundo Elisabeth Cancelli, as transferências para a Casa de Detenção ou de Correção eram conseguidas apenas em casos muito graves⁵⁰⁴, mesmo o médico da ilha, Dr. Hermínio Oupretano Sardinha, assumia que a transferência de algum preso para o continente para fazer tratamento era muito difícil, principalmente pela distância e pelo trajeto difícil.⁵⁰⁵ Porém, Jorge Ferreira presume que, a maioria dos presos da Ilha Grande que tinham alguma doença podia ir para instituições hospitalares no continente, bastando um laudo do médico e a permissão do Ministério da Justiça e Negócios Interiores⁵⁰⁶.

⁴⁹⁷ Depoimento de João Alves da Mota: *Diário do Congresso Nacional*. Ano II, número 145 (28 de agosto de 1947). Rio de Janeiro, p.10.

⁴⁹⁸ RAMOS, op. cit, p.83.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p.151.

⁵⁰⁰ Domício Fernandes Lima era natural da Paraíba, motorista. Foi preso em Natal, Rio Grande do Norte, acusado de ter participado da insurreição comunista. Esteve preso no navio Manaus e na Casa de Detenção. Segundo o prontuário do DESPS, foi transferido para a CCDR em 15 de abril de 1936 e morreu em 23 de julho do mesmo ano.

⁵⁰¹ *Ibidem*, p.131.

⁵⁰² *Ibidem*, pp.105-106.

⁵⁰³ BEZERRA, op. cit, p.291.

⁵⁰⁴ CANCELLI, op. cit, p.198.

⁵⁰⁵ SARDINHA, op. cit, *passim*.

⁵⁰⁶ FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

Embora saibamos que a falta de interesse do poder público não possa ser substituída pelos benefícios de trabalhos esporádicos, havia apenas um consolo nos tratamentos de saúde da prisão: os médicos presos. Leôncio Basbaum, um pouco depois de ter chegado à prisão, foi encaminhado para trabalhar como médico auxiliando o Dr. Sardinha.⁵⁰⁷ José Crispim, preso esquerdista e depois membro da Comissão Especial de Inquérito sobre os Atos Delituosos da Ditadura também afirma ter recebido tratamento de um médico prisioneiro, dessa vez Belmiro Valverde⁵⁰⁸, tanto em Fernando de Noronha, quanto na Ilha Grande. Segundo Crispim, mesmo Valverde sendo integralista, ele cuidava de todos os presos políticos, mas eles perderam contato depois que Valverde tentou fugir. Essa fuga não teve sucesso, e Valverde continuou na ilha, acompanhando o médico, porém, provavelmente não fazia mais atendimento dos presos comunistas.⁵⁰⁹

3.3.9 Visitas e relações familiares

De início, nenhum preso político fala de ter recebido visitas das famílias. Era um presídio muito distante da capital, mesmo quem morava na cidade do Rio de Janeiro já tinha dificuldades para visitar algum parente ou amigo lá, porque, além de ser uma viagem muito longa, era também uma viagem muito cara para muitos familiares. Tivemos informações de apenas mais dois presos políticos que conseguiram autorização para morar com a família: Lauro Reginaldo da Rocha e Honório Freitas Guimarães⁵¹⁰.

Já nos anos 1940, os presos políticos recebiam mais visitas dos parentes. Teresa Marighella disse que, para visitar Carlos Marighella, sua irmã Anita teve que tirar uns documentos permitindo sua visita.⁵¹¹ Na metade de 1944, alguns meses antes da anistia, o coletivo conseguiu da diretoria um velho casarão, que antes funcionava a administração, para receber visitas. Nesse casarão eles construíram um aviário,

p.198.

⁵⁰⁷ BASBAUM, op. cit, p.136.

⁵⁰⁸ Belmiro Valverde era médico de profissão e integralista. Foi encaminhado junto com os outros militantes oposicionistas para a Ilha Grande em 1942, vindo de Fernando de Noronha. Logo que chegou, tentou fugir a nado da Ilha. Segundo conta o Dr. Sardinha (p.181), o diretor da colônia, Nestor Veríssimo mandou que pegassem Valverde apenas porque era uma época do ano em que a fuga certamente seria fatal.

⁵⁰⁹ “Atos Delituosos sobre a Ditadura”. *Diário do Congresso Nacional*. Ano II, número 80 (27 de maio de 1947). Rio de Janeiro, p.7.

⁵¹⁰ Honório Martins era de Petrópolis, membro de uma família tradicional, com estudos na Europa. Para fugir da dependência financeira da família, decidiu entrar no Exército, entrando para a turma do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, no Rio de Janeiro, mas não permaneceu no meio militar. Em meados da década de 1920 começou a se interessar pelo socialismo. Ingressou no PCB em 1931, e participou da articulação da insurreição de 1935, tendo depois fugido para a Europa. Pouco tempo depois de voltar, em 1940, foi preso e encaminhado ao presídio da Ilha Grande. Por causa das sucessivas tentativas de suicídio e de fuga, teve permissão para morar com sua família na vila.

⁵¹¹ SILVA JÚNIOR, op. cit, p.163.

conseguiram alguns móveis, e até conseguiram que as famílias dos prisioneiros passassem alguns dias na prisão para fazer a visita.⁵¹²

Os presos podiam receber visitas apenas uma vez por mês, mas a viagem já ocupava uma grande parte do dia, porque o visitante tinha que pegar um trem até Mangaratiba, depois um barco ou rebocador até a Vila do Abraão, e por fim um ônibus que os levavam até a vila de Dois Rios. Um problema muito sério dessa viagem era a hora que as esposas e filhas estariam ainda em trânsito quando tivessem voltando para casa, além, é claro, do pouco tempo que teriam com os prisioneiros. Por isso, depois de muita luta do coletivo, eles conseguiram permissão da direção para que as famílias ficassem alguns dias na ilha.⁵¹³ A família podia ficar numa casa separada com o marido preso, ou na casa que eles tinham arrumado.⁵¹⁴ David Capistrano⁵¹⁵, inclusive, por causa dessa visita mais prolongada, conheceu a irmã de um jornalista, Ida Torres da Cruz, e casou-se com ela por procuração.⁵¹⁶

Além das visitas de parentes, tinham as visitas oficiais, Graciliano Ramos conta de uma vez em que receberam a visita do padre de Mangaratiba para rezar uma missa para os presos. Segundo Ramos, o padre não conseguia esconder a satisfação em ver pessoas que ele julgava como animais perigosos, por vários motivos, naquele estado de degradação. Durante a missa, os carcereiros ficavam pedindo que os presos não cruzassem os braços, mas eram sempre desobedecidos, também porque não existia nenhum interesse em ajudar aqueles algozes, que eram sempre tão mal-educados e autoritários e só naquela hora, com a presença do padre e de repórteres, tinham que se comportar.⁵¹⁷

Outra vez, correu um boato de que uma equipe de reportagem iria chegar, por isso serviram o almoço horrível de sempre com folhas de alface em cima para esconder.⁵¹⁸

⁵¹² BEZERRA, op. cit, p.290.

⁵¹³ NOVA & NÓVOA, op. cit, p.426.

⁵¹⁴ SILVA JÚNIOR, op. cit, p.196.

⁵¹⁵ David Capistrano nasceu no Ceará, em 1913. Por questões financeiras, foi para o Rio de Janeiro viver com um tio. Na capital, decidiu entrar no Exército em 1931. No serviço militar entrou em contato com as ideias comunistas. Em 1935, junto com o tenente Ivã Ribeiro, comandou o ataque ao Regimento de Aviação de Realengo. Foi preso e enviado a Ilha Grande, mas conseguiu fugir para o Uruguai. De lá foi para a Espanha integrar o exército de libertação da Guerra Civil Espanhola. Retornou ao Brasil na década de 1940 para ingressar no exército brasileiro e lutar contra os nazistas na Segunda Guerra Mundial. Entretanto, foi preso mais uma vez e levado a Ilha Grande, onde ficou até 1945.

⁵¹⁶ MELO, op. cit, p.26.

⁵¹⁷ RAMOS, op. cit, pp.137-138.

⁵¹⁸ Ibidem, p.138.

3.3.10 Comunicação externa

O diferencial da Ilha Grande pra as prisões urbanas no Distrito Federal é principalmente a dificuldade de acesso. Por isso, a comunicação através de cartas é de extrema necessidade. Do início dos anos 1930, até pelo menos a metade da década, Basbaum relatou que eles demoraram a ter autorização para receber cartas dos parentes, e que mesmo assim, elas eram escritas em códigos, por causa da censura da cadeia.⁵¹⁹ Heron Pereira Pinto ressalta ainda que todas as cartas pediam por comida, mas que essas encomendas sempre chegavam mofadas, estragadas ou até mesmo abertas e já remexidas.⁵²⁰

Depois da insurreição da ANL, do considerável aumento de presos políticos e das constantes transferências que o governo empreendia, outra forma de comunicação adotada era o recado. Quando Graciliano Ramos saiu da CCDR, um rapaz pediu a ele que enviasse um recado a Ivã Ribeiro, que estava na Casa e Detenção.⁵²¹ Mas não devia ser através dos presos transferidos que se passavam as cartas e relatos da prisão. Graciliano Ramos também contou de certa vez que o coletivo pediu para ele revisar um relatório que ia ser enviado para a Câmara dos Deputados, onde descrevia detalhadamente os horrores vividos na prisão. Segundo Ramos, os guardas perceberam que tinha algum documento sendo produzido, mas não conseguiram pegar nada e o relatório foi enviado à Câmara sem que os soldados soubessem como ele saiu da cadeia.⁵²² A mesma coisa aconteceu com o médico da Colônia, Doutor Sardinha, que depois do surto de beriberi teve seu nome acusado de aplicar 'injeções brancas', que matavam os presos, por uma carta anônima.⁵²³

Já nos anos 1940, uma das vantagens que Gregório Bezerra cita em relação a Fernando de Noronha é justamente a relativamente maior proximidade da ilha com o continente, o que possibilitava ter maior contato com os companheiros presos na Casa de Detenção e na Casa de Correção. Por conta da diminuição da censura e da maior facilidade em receber visitas, os presos da ilha tiveram acesso a um extenso documento de Luís Carlos Prestes argumentando em favor do apoio comunista ao governo brasileiro na 2ª Guerra Mundial, o que muito alegrou Bezerra, pois permitiu que eles tivessem uma atividade política mais intensa, com debates e palestras sobre a conjuntura

⁵¹⁹ BASBAUM, op. cit, pp.137-138; PINTO, op. cit, pp.75-76.

⁵²⁰ PINTO, op. cit, pp.76-77.

⁵²¹ RAMOS op. cit, p. 160.

⁵²² Ibidem, p.98-101.

⁵²³ SARDINHA, op. cit, p.158.

nacional e internacional⁵²⁴.

A diminuição de censura permitiu também que todos os presos políticos, das prisões em geral, deixassem de ser apenas espectadores do que era feito do lado de fora da prisão, mas também participassem das atividades políticas extra-muros. Os companheiros aliancistas e comunistas que ainda estavam livres podiam compartilhar documentos, cartas e até artigos de jornais com os companheiros encarcerados.⁵²⁵

3.3.11 Trabalho

A atividade mais importante da Ilha Grande era o trabalho dos detentos. Numa colônia que tinha como objetivo inicial corrigir os chamados vadios, era essencial que houvesse a aprendizagem da disciplina, extremamente importante para este objetivo por ver o tempo de forma positiva, sendo sempre melhor aproveitado conforme a atividade é desenvolvida com mais eficácia e detalhadamente.⁵²⁶

Além disso, com a utilização do trabalho obrigatório, a prisão poderia economizar dinheiro, ou vendendo os produtos confeccionados pelos prisioneiros, ou, pelo menos, não gastando com a mão de obra que eles teriam que empregar para certas necessidades.⁵²⁷ Dario Melossi e Massimo Pavarini, ao associar as reformas do sistema penitenciário às mudanças econômicas, percebem que o advento da privação de liberdade esteve ligado ao desenvolvimento do capitalismo, onde a prisão servia como uma “pré-fábrica”, a que se mandavam os vadios e criminosos para transformá-los em operários.⁵²⁸ Afinal de contas, um dos maiores perigos para a sociedade seria justamente a prática da vadiagem, pois o vadio não se enquadrava no sistema capitalista, assim como os comunistas.

A hora de acordar ou de dormir eram cruciais, usadas em todo tipo de instituições totais. O trabalho tinha que ter hora para começar e hora para terminar, com a inibição de qualquer porosidade do trabalho através do controle e da pressão dos soldados.⁵²⁹ Segundo Basbaum e Lima, todo dia eles eram despertados às cinco horas da manhã e iam dormir às nove horas da noite.⁵³⁰ Já João Alves afirmou que eles eram despertados às quatro, às vezes às três horas da manhã. Depois, eram postos em filas e

⁵²⁴ BEZERRA, op. cit, p.299.

⁵²⁵ Ibidem, p.295.

⁵²⁶ FOUCAULT, op. cit, p.138.

⁵²⁷ BRETAS, Marcos Luís; COSTA, Marcos; MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá (org.) *História das prisões no Brasil. volume 1*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p.14.

⁵²⁸ Ibidem, p.16.

⁵²⁹ Ibidem, pp. 136-137.

⁵³⁰ BASBAUM, op. cit, p.134; LIMA, op. cit, p.167.

contados. Podiam ficar duas ou até três horas em formação esperando serem chamados para o café da manhã.⁵³¹

O trabalho mais temido era o da chamada 'turma da pesada', para onde iam os mais fortes ou os que mereciam castigos por indisciplina ou rebeldia,⁵³² embora Leôncio Basbaum tenha sido levado àquela turma assim que chegou à CCDD. A turma da lenha tinha que subir o morro, apanhar a lenha cortada no dia anterior e levá-la para baixo, para ser usada na cozinha. A lenha era carregada nos ombros e tinha um número mínimo de feixes, para garantir a produção ou a dor do preso. Já a turma da viga era a que tinha o trabalho mais pesado e perigoso. Os presos dessa turma andavam cerca de uma hora até chegar ao local de trabalho, descansavam um pouco e trabalhavam até a hora do almoço, que era levado por uma turma de correccionais. De tarde eles continuavam trabalhando e voltavam à noite com as vigas que tinham sido cortadas.⁵³³ Eles prendiam as vigas por uma corrente e iam carregando por canais feitos na terra, quando eles passavam pelas ladeiras podiam deixá-las descer sozinhas. Este trabalho era perigoso porque um preso podia ser atropelado pela tora por falta de atenção, o que significava morte certa,⁵³⁴ por isso tinha que ter um guia que fizesse o melhor caminho até o presídio.⁵³⁵ Segundo Heron Pereira Pinto, o peso das vigas para carregar era entre 500 a 1000 quilos, mas a margem é tão grande, que podemos acreditar que exista aí algum exagero.⁵³⁶ A turma da viga era a última a chegar ao presídio, e por isso ia direto para o refeitório jantar, enquanto que os outros presos ainda ficavam algum tempo livre no pátio antes do jantar.⁵³⁷

Outros trabalhos citados foram os nas oficinas de alfaiataria e ferraria, a manutenção da estrada que levava a vila do Abrão, a horta, a olaria – que era quase dois quilômetros e meio longe da prisão, a marcenaria, a rouparia⁵³⁸ e o carregamento de tijolos por cerca de quinze quilômetros,⁵³⁹ estas últimas seis atividades sendo desempenhadas por Heron Pereira Pinto em algum momento. Havia também a turma dos botes, segundo Lopes, um péssimo trabalho porque, embora houvesse uma capa, o

⁵³¹ Depoimento de João Alves da Mota, *Diário do Congresso Nacional*. Ano II, número 145 (28 de agosto de 1947). Rio de Janeiro. p.10.

⁵³² SARDINHA, op. cit, p.198; BASBAUM, op. cit, p.135.

⁵³³ SARDINHA, op. cit, p.200.

⁵³⁴ Idem; BASBAUM, op. cit, p.135.

⁵³⁵ SARDINHA, op. cit, p.200.

⁵³⁶ PINTO, op. cit, p.38.

⁵³⁷ SARDINHA, op. cit, p.200.

⁵³⁸ Ibidem, p.85; PINTO, op. cit, p.167.

⁵³⁹ PINTO, op. cit, p.45.

preso ficava completamente molhado e era com aquela roupa mesmo que ele tinha que dormir⁵⁴⁰.

Geralmente, quando possível e quando a direção se interessava pelo que os presos tinham como profissão, havia uma distribuição conforme o que eles sabiam fazer: como já foi dito, Leôncio Basbaum e Belmiro Valverde fizeram atendimentos, já que eram médicos. Dos contemporâneos de Basbaum, Roberto Morena foi para a marcenaria, Kovalsky foi para a barbearia e quem era cozinheiro foi para a cozinha.⁵⁴¹ João Lopes, por ser ferreiro, foi chamado para fazer a estrada da ligação do Abraão com Dois Rios.⁵⁴²

Um dos trabalhos feitos por Marighella foi o de carregar latas de água para a colônia. Clara Charf diz que ele e seus companheiros tiravam água das quatro horas às nove horas da manhã sem interrupção, carregavam em caçambas de água amarradas num cabo de vassoura. Era um trabalho muito pesado e por isso Marighella aceitou, já que ele ainda era jovem e tinha condições de fazer esse trabalho.⁵⁴³

As obras na CCDR, como pode-se imaginar, eram todas feitas por presos, tendo, inclusive uma colaboração do Chefe de Polícia nesse sentido. Em 1934 foi aprovada uma série de obras para a expansão da colônia, e por isso, em fevereiro de 1935, Filinto Muller enviou o maior número possível de presos da Casa de Correção e da Casa de Detenção para Dois Rios.⁵⁴⁴ Embora apenas João Lopes tenha dito que trabalhou em alguma obra da cadeia, o Dr. Sardinha afirmou que alguns presos políticos trabalharam na construção do prédio da administração, mas que não eram obrigados a isso, porque eles não estavam sujeitos ao mesmo trabalho que os presos comuns. Segundo Sardinha, os presos comuns tinham que fazer a limpeza geral e dos sanitários, enquanto os presos políticos não eram obrigados.⁵⁴⁵

Os relatórios da colônia de 1943 e 1944 foram mais específicos em relação às atividades dos correccionais. Além das já citadas, os presos também tinham a função de produzir carvão vegetal; criação de gado e porcos; costura pra a confecção de seus próprios uniformes, guardanapos, lençóis e aventais; sapataria; estábulo; esterqueira; estaleiro; casa de bomba; casa de estufa; arborizar ruas e avenidas; transporte e construção de estradas; urbanização da vila; colocação de meio-fio e muro nas casas;

⁵⁴⁰ GOMES, op. cit, p.96.

⁵⁴¹ BASBAUM, op. cit, p.136.

⁵⁴² GOMES, op. cit, p.97.

⁵⁴³ SILVA JÚNIOR, op. cit, pp.195-196.

⁵⁴⁴ AHN – MJNI – caixa 68, protocolo 1870/36, apud CANCELLI, op. cit, p.187.

⁵⁴⁵ SARDINHA, op. cit, p.216.

nivelamento de ruas; calçamento de ruas; hidrelétrica.⁵⁴⁶

Um panfleto de outubro de 1933 afirmava que os presos doentes, que antes eram dispensados do trabalho por prescrição médica, passaram a ser obrigados a trabalhar junto com os saudáveis,⁵⁴⁷ porém, em 1936, Graciliano Ramos disse que foi dispensado do trabalho por ser muito velho – ele aparentava 65 anos, segundo um dos soldados, mas tinha apenas 43.⁵⁴⁸ Estes presos ficavam no pátio interno ou nos alojamentos conversando e jogando. Alguns, por estarem realmente doentes, ficavam sofrendo de dor nas camas. Durante o dia, quando os presos estavam trabalhando ou no pátio, era quando os funcionários iam até os alojamentos molhar o chão, não se sabe se para tentar baixar a poeira da areia, ou se para deixar o local ainda mais inóspito, aumentando a umidade.⁵⁴⁹

Em relação à vigilância para cada turma de trabalho era encarregado um pelotão de quatro a cinco soldados armados, dependendo do número de presos.⁵⁵⁰ Mais uma vez, o aspeçada Aguiar foi citado como um dos horríveis guardas que faziam a escolta das turmas.⁵⁵¹

Os presos quando regressavam do trabalho, eram conduzidos à 'Casa da Ordem', escoltados e conferidos, e em seguida recolhidos no pátio interno, dentro dos muros que circundavam os alojamentos. E ficavam ali, enquanto não tocava o rancho. Depois do jantar, voltavam ao pátio, e era permitido um recreio de meia hora: uns jogavam bola, outros tocavam cuíca, pandeiro, gaita. Conversavam. Pouco antes das dezoito horas, o guarda de plantão se aproximava e cumpria a missão de recolher os presos e fechá-los no alojamento. Tarefa perigosa a dele, já que não permitiam usar armas de fogo. A segurança do guarda dependia das sentinelas que ficavam nos muros, armados com fuzis e metralhadoras. Quando ele verificava que todos os presos estavam formados – número nunca inferior a mil – abria o primeiro alojamento e dava entrada a um por um dos reclusos. Era a contagem inicial. A outra verificação era feita na hora da vistoria geral, antes do toque de silêncio. Depois era o segundo alojamento, o terceiro e assim até o último.⁵⁵²

3.3.12 Vigilância

Como a Colônia Correccional de Dois Rios era uma prisão aberta, ou seja, onde os presos podiam circular por áreas maiores do que do prédio de alojamento, a

⁵⁴⁶ SANTOS, op. cit, pp. 270-271.

⁵⁴⁷ APERJ. Fundo DESPS. Pan 1188. RJ, outubro de 1933.

⁵⁴⁸ RAMOS, op. cit, pp.71; 73.

⁵⁴⁹ Ibidem, p.75.

⁵⁵⁰ SARDINHA, op. cit, p.199.

⁵⁵¹ “Atos Delituosos sobre a Ditadura.” *Diário do Congresso Nacional*. Ano II, número 145 (28 de agosto de 1947). Rio de Janeiro. p.10.

⁵⁵² SARDINHA, op. cit, pp.41-42.

vigilância tinha que ser constante. Além da contagem dos presos todo dia de noite, era necessário fazer com que o preso sentisse que estava sendo constantemente vigiado, pois, é assim, segundo Foucault, que ele se mantém inseguro e dócil.⁵⁵³

Não eram apenas os soldados e funcionários do presídio que estavam envolvidos na vigilância aos presos. Em cada alojamento tinha o 'cabo da turma', aquele que reunia os companheiros em formatura e tinha que mantê-los disciplinados dentro do alojamento. Graciliano Ramos tinha sido indicado para este trabalho, mas por sorte conseguiu sair desta responsabilidade, pois ele deveria ser como um delator, os olhos da direção dentro do alojamento.⁵⁵⁴

Outra forma bastante utilizada pelos diretores era o uso de infiltrados nas celas. Era mais fácil descobrir os planos de fuga do que ir atrás dos refugiados na mata. Segundo Heron Pereira Pinto, a administração jogava no barracão dos presos políticos alguns presos comuns para que eles fizessem espionagem.⁵⁵⁵ Há um documento do Serviço de Infiltração da Polícia Civil do Distrito Federal, de 19 de novembro de 1943, em que afirma ainda que existiam policiais disfarçados entre os presos políticos.⁵⁵⁶

3.3.13 Fugas

Mesmo sabendo da constante vigilância dos policiais ou presos infiltrados, ainda tinha quem se aventurasse a fugir da prisão, através de vários planos. O melhor relatado é o do Gaúcho, o preso comum amigo de Graciliano Ramos: antes de tudo, ele estava sendo indisciplinado para levar castigos suficientes para ser transferido para a turma da viga, porque quem trabalha nessa turma recebe mais comida. Ruim, mas em maior quantidade. Quando ele estivesse na turma da viga, ia precisar arrumar um saco, pau, cordão, cassetete e uma caixa de fósforos. O saco, o cordão e o pau ele ia levar para o mato, longe das vistas de alguém, quando fosse trabalhar. Todo dia ia esconder nos bolsos o que pegasse de comida e depois ia guardando no saco, bem amarrado com o cordão para que não desse formiga. Quando tudo já estivesse pronto, ia cortar o pé com um caco de vidro, assim, ia acabar ficando por último na fila. Quando estivesse longe da turma, ia correr para dentro da mata e ficar escondido por pelo menos uma semana, que é o período em que as buscas são mais intensas. O fósforo serve para fazer fogueiras e afastar as cobras. Caso faltasse comida, era só roubar de algum “caipira”, e o cassetete

⁵⁵³ FOUCAULT, op. cit, pp.111-112.

⁵⁵⁴ RAMOS, op. cit, pp.64-65.

⁵⁵⁵ PINTO, op. cit, p.62.

⁵⁵⁶ APERJ, Fundo Polícias Políticas. Dops. 11B, pp.17-20. apud SANTOS, op. cit, pp.280-281.

servia para bater na cabeça de alguma mulher que estivesse cozinhando a comida. Não era bom fazer isso, porque deixava rastros, mas se fosse necessário, dava pra fazer. Depois de um bom tempo escondido, numa noite escura ou de chuva, desceria até o porto, pegaria uma canoa e iria até Mangaratiba, mas longe das casas, para não ser pego. Depois iria andando seguindo a linha do trem até o Rio, também sem pegar o trem, porque poderia ser perigoso. Gaúcho argumentava que era fácil seguir esse plano, que era muito mais difícil fugir de Fernando de Noronha e mesmo assim ele conseguiu.⁵⁵⁷ Basbaum percebeu que muitos dos que seguiam este roteiro encontravam problemas no caminho, como se perder na mata e acabarem desistindo da fuga, serem presos pelos moradores ou pescadores que tentavam roubar, serem entregues em troca de 100 mil réis, ou mesmo, não achar o caminho do continente e se perder no mar até morrer de fome, ser comido por um tubarão ou até ser levado de volta pela correnteza.⁵⁵⁸

Em depoimento a Polícia Política em 1948, Davino dos Santos disse que Honório de Freitas Guimarães, o Bangu, tentou fugir em 1943, enquanto estava sendo transferido para o continente. Ele aproveitou que estava no barco e se jogou na água, mas foi pego pelas autoridades e levado de volta para a Ilha Grande. Ainda por cima, nessa época o coletivo já estava colaborando com a direção do presídio, e não era permitido que ninguém fugisse, por isso ele foi expulso.⁵⁵⁹ Gregório Bezerra também pensou em fugir, chegou a planejar onde ia fazer a jangada e a procurar a madeira, mas desistiu antes de tentar, contou a direção do coletivo e aos membros do partido, só que, como ele resolveu acatar as decisões do coletivo e prometeu nunca mais tentar fugir, foi perdoado.⁵⁶⁰

Temos a notícia de pelo menos dois presos políticos que conseguiram fugir, Antonio Maciel Bonfim e David Capistrano. Antonio Maciel Bonfim chegou à Ilha por volta de 1932, quando Basbaum ainda estava preso lá. Por conta de suspeitas anteriores, quando ele chegou o coletivo decidiu não incluí-lo nas discussões, ainda que ele dissesse que era membro do partido. Porém, ele foi levado justamente para a turma da olaria, de onde ia sair o grupo de presos políticos que estava organizando a fuga, já com barco arrumado com um pescador. O plano era chamar Basbaum quando fosse a hora, mas não o chamaram, e, depois, Bonfim disse que apareceu uma oportunidade de última

⁵⁵⁷ RAMOS, op. cit, pp.141-144.

⁵⁵⁸ BASBAUM, op. cit, p.138.

⁵⁵⁹ APERJ, Polícias Políticas, Prontuário, Pasta 31379, 1948.

⁵⁶⁰ BEZERRA, op. cit, pp.285-286.

hora que não podia ser desperdiçada.⁵⁶¹ Já David Capistrano, preso por volta de 1936, fugiu com a ajuda de alguns soldados, com mais três companheiros. Eles aproveitaram um dia de maré baixa e atravessaram a nado pelo canal até chegar ao continente.⁵⁶²

3.3.14 Torturas e castigos

Quando um preso tentava fugir, ele não era considerado um fugitivo até pelo menos a administração considerar que ele já tinha saído da Ilha. Enquanto estava escondido pela mata podia ser recapturado. Geralmente os guardas percebiam que um preso fugiu na contagem de quando eles voltavam do trabalho. Quando isso acontecia todos se reuniam no pátio, presos e guardas, faziam uma nova contagem para saber quantos e quem tinha fugido, os guardas recebiam as ordens de captura, pegavam alimentos e entravam na mata. Os presos voltam a sua rotina.

Quando acontecia uma fuga, todas as conversas, dos presos, dos funcionários e dos moradores, acabavam girando em torno da fuga, e do que os guardas – chamados de capitães do mato – descobriam, como por onde o preso passou, se roubou algum morador ou funcionário etc. A busca durava tanto tempo quanto fosse necessário, enquanto o fugitivo continuava deixando rastros de que ainda estava na ilha, os guardas continuavam procurando por ele.⁵⁶³

Quando o preso era achado, todo mundo da colônia ficava a espreita, olhando o preso voltar para a prisão. O preso era encaminhado até a Casa de Ordem onde era interrogado pelo diretor e depois, provavelmente, ia para a solitária como castigo.⁵⁶⁴ Segundo o panfleto distribuído em outubro de 1933, existiam casos de presos sendo espancados quando capturados, conseguindo voltar para a prisão apenas de padiola.⁵⁶⁵

Alguns presos continuavam sofrendo castigos depois de serem capturados e castigados conforme os delitos cometidos durante a fuga. Havia o chamado “chimiling”, em que os guardas levavam os presos até a lavanderia do alojamento feminino, amarravam e amordaçavam os presos e os espancavam com cipó-camarão até o sangue escorrer pelas costas. Depois os presos eram postos, cada um num tanque, cheio de água, enquanto um guarda, com uma caneca, ia despejando lentamente água em cima dos presos. Eles podiam repetir a surra e banho quantas vezes quisessem e depois

⁵⁶¹ BASBAUM, Op. cit, p. 138.

⁵⁶² MELO, op. cit, p.19.

⁵⁶³ SARDINHA, op. cit, pp.149-150.

⁵⁶⁴ Idem.

⁵⁶⁵ APERJ. Fundo DESPS. Pan 1188. RJ, outubro de 1933.

levavam de volta para a solitária. Para fazer esse trabalho eram escolhidos os guardas mais perversos da colônia.⁵⁶⁶

Heitor Ferreira Lima conta ainda dos castigos com varas de marmelo, em que o preso era colocado no meio do pátio e espancado por quatro ou cinco guardas. Os guardas golpeavam-no incessantemente, com toda a força, com o diretor do presídio assistindo impassível, embora o surrado pedisse perdão ajoelhado agarrado às botas do diretor. Segundo Lima, os detentos estavam nos alojamentos, mas deviam assistir a tortura, embora que a maioria preferia não ver e andassem pelo alojamento de cabeça baixa torcendo para que acabasse logo.⁵⁶⁷

Segundo Foucault, ao contrário do que muita gente pensa, o suplício não tem como objetivo dar o exemplo aos demais presos, mas sim demonstrar fisicamente a presença do soberano, que aqui é o diretor da colônia. O castigo dado ao detento não é o estabelecimento da justiça, mas sim a reativação do poder do soberano.⁵⁶⁸

Os castigos eram constantes em Dois Rios, de várias formas diferentes, por vários motivos diferentes, ou por nenhum motivo. Alguns presos insistiram junto ao Ministério da Justiça para que este lhe desse garantia de vida.⁵⁶⁹ João Alves da Mota viu o soldado Aguiar dar uma cacetada de barra de ferro na cabeça de um preso comum apenas porque ele deu um maço de cigarro a um preso político. A pancada foi tão forte que o preso caiu morto na hora e foi enterrado num morro no fundo do estábulo.⁵⁷⁰ Graciliano Ramos, em sua primeira noite na CCDR, presenciou o espancamento de um preso na hora de dormir:

(...) vi a dois passos um soldado cafuzo a sacudir violentamente o primeiro sujeito da fila vizinha. Muxicões terríveis. A mão esquerda, segura à roupa de zebra, arrastou o paciente desconchavado, o punho direito malhou-o com fúria na cara e no peito. A fisionomia do agressor estampava cólera bestial; não me lembro de focinho tão repulsivo, espuma nos beiços grossos, os bugalhos duas postas de sangue. Os músculos rijos cresciam no exercício, mostrando imenso vigor. Presa e inerme, a vítima era um boneco a desconjuntar-se: nenhuma defesa, nem sequer o gesto maquinal de proteger alguma parte mais sensível. Foi atirada ao chão, e o enorme bruto pôs-se a dar-lhe pontapés. Longo tempo as biqueiras dos sapatos golpearam rijo as costelas e o crânio pelado. Cansaram-se enfim desse jogo, o cafuzo, parou, deu as costas

⁵⁶⁶ SARDINHA, op. cit, pp.150-151.

⁵⁶⁷ LIMA, op. cit, p.169.

⁵⁶⁸ FOUCAULT, op. cit, p.46.

⁵⁶⁹ É o caso de Fernando Costa, Jair Alves Braga, Edson Martins Coelho, Sebastião Silva (AHN – MJNI – caixas 15 e 526), apud CANCELLI, op. cit, p.207.

⁵⁷⁰ “Atos Delituosos sobre a Ditadura”. *Diário do Congresso Nacional*. Ano II, número 145 (28 de agosto de 1947). Rio de Janeiro. p.9.

pisando forte, soprando com ruído, a consumir uns restos de furor. O corpo estragado conservou-se imóvel. Estremeceu, devagar foi-se elevando, aguentou-se nas pernas bambas, mexeu-se a custo e empertigou-se na fileira, os braços cruzados, impassíveis.⁵⁷¹

Sardinha afirma que era comum, nas consultas, os presos aproveitarem a oportunidade para se queixarem dos guardas, acusando-os de espancamentos durante o serviço. “Ali na Colônia, os presos eram olhados mais como animais selvagens e, para que desempenhassem melhor os seus serviços eram chicoteados ou fustigados impiedosamente com o 'cipó-camarão’.”⁵⁷²

Goffman afirma que a insegurança física, a postura que o internado deve adotar em alguns momentos, como curvar-se para ser açoitado ou reverenciar seu superior com algum gesto são formas de manter o sujeito sem garantia da própria integridade física e também de mortificação enquanto indivíduo.⁵⁷³ Assim, fica mais fácil manter o domínio sobre o sujeito e, inclusive, uma vigilância para evitar fugas ou atos de indisciplina.

Sardinha narrou com detalhes um ato de suplício acontecido em setembro de 1933 – sobre o que o jornal *O Globo*, de abril de 1934 fez uma reportagem: seis presos fugiram escalando o muro do pátio interno. Os guardas foram chamados pelas cornetas para procurar os presos e depois de cinco dias eles foram encontrados escondidos nas montanhas. Primeiro, eles foram levados para o diretor e depois foram para o pátio central, onde já estavam outros presos que tinham tentado fugir em outras ocasiões. Os presos estavam escoltados por guardas armados com cipó-camarão. Depois entrou a banda, feita por presos, que ficou ao lado. Quando o diretor e o almoxarife chegaram, o diretor mandou executar a marcha “Três Corações” e os guardas começaram a espancar os presos. Segundo Sardinha, os gritos eram abafados pela música, mas a matéria do jornal afirma que os moradores tiveram que trancar as casas e fechar as janelas para tentar não ouvir os berros.⁵⁷⁴ Não houve ordem para que parasse e o suplício só acabou quando uma grande quantidade de cães, inclusive o cão Vigilante, começou a morder os guardas. A música parou de repente e houve uma debandada geral.⁵⁷⁵

3.3.15 Comércio

O médico da prisão, Dr. Sardinha, narrou que logo no pé da estrada para a vila

⁵⁷¹ RAMOS, op. cit, pp.67-68,

⁵⁷² SARDINHA, op. cit, p.191.

⁵⁷³ GOFFMAN, op. cit, pp.29-30.

⁵⁷⁴ *O Globo*, 4 a 6 e abril de 1934. apud SANTOS, op. cit.

⁵⁷⁵ SARDINHA, op. cit, pp.60-61.

de Dois Rios havia um armazém, como todos da ilha, que vendia todo tipo de produto. Por causa da sua localização, para entrar na estrada Abraão-Dois Rios, era necessário passar por ele, o que era uma preocupação para a direção do presídio, pois os presos que trabalhavam naquela região sempre compravam bebidas alcoólicas lá.⁵⁷⁶ Graciliano Ramos contou que, quando foi transferido para a Casa de Detenção, passou por lá com alguns companheiros e dois guardas que faziam a escolta e pediu para parar naquele armazém para beber um pouco de cachaça. Teve que beber em uma xícara de leite para não dar problemas aos guardas.⁵⁷⁷

O comércio dentro da prisão era bastante intenso, já que muitas coisas deveriam ser compradas fora ou com outros presos. Os objetos de uso diário, como esteiras, cobertores e, principalmente, cigarros, tinham que ser comprados em troca de dinheiro ou de cigarro, dentro ou fora da prisão.⁵⁷⁸ Geralmente, quem comprava as coisas fora da prisão eram os guardas, que ofereciam os serviços para os presos, claro que em troca de algum agrado.⁵⁷⁹ A malandragem no comércio era uma constante: depois que um companheiro comunista morreu, Gaúcho, o amigo ladrão de Graciliano Ramos, pegou a cama dele, e depois de dois dias ofereceu à venda para Ramos.⁵⁸⁰

Já os presos políticos, como foi dito anteriormente, tinham o coletivo, que conseguia com companheiros e familiares os objetos necessários e distribuía para os companheiros prisioneiros gratuitamente.⁵⁸¹ Nos anos 1940, com toda a organização do coletivo, eles não apenas davam aos seus membros os materiais necessários, mas também tinham uma seção de vendas, com cigarros, papéis de carta, envelopes, tinteiros, lápis, canetas, espelhos, pentes, borrachas, doces, açúcar, café, massas etc. Com esse dinheiro eles compravam cigarros para os membros, remédios, papel, envelope, selos e ainda sobrava um pouco de dinheiro para as famílias. Quando foram libertados pela anistia, segundo a narração de Bezerra, cada membro do coletivo conseguiu levar 900 mil-réis para casa.⁵⁸²

3.3.16 Lazer, esporte e festividades

Uma das maiores vantagens da Ilha Grande em relação aos presídios urbanos é a

⁵⁷⁶ Ibidem, p.30.

⁵⁷⁷ RAMOS, op. cit, p.167.

⁵⁷⁸ LIMA, op. cit, p.166.

⁵⁷⁹ RAMOS, op. cit, p.51.

⁵⁸⁰ Ibidem, p.118.

⁵⁸¹ LIMA, op. cit, p.166.

⁵⁸² BEZERRA, op. cit, p.290.

possibilidade de ficar ao ar livre. Mesmo que fosse trabalhando ou no pátio esperando o jantar, a possibilidade de ver a luz do sol ou ir a praia era animadora para os presos. Leôncio Basbaum, por morar no hospital, gostava de passear na praia quando estava com o tempo livre.⁵⁸³ David Capistrano, Noé Gertel e seus companheiros, tinham a permissão de tomar banho de mar sempre que quisessem.⁵⁸⁴ Flores da Cunha se preocupava muito com a forma, e por isso fazia muitos exercícios físicos, como as caminhadas na praia de no mínimo dois mil passos.⁵⁸⁵

Como o espaço era grande, havia a possibilidade de praticar vários esportes, como vôlei, natação e futebol.⁵⁸⁶ Eles, inclusive, faziam competições, principalmente o time dos comunistas contra dos integralistas.

Nós chegamos a jogar futebol contra os integralistas que estavam presos também, era uma puta responsabilidade.” (...) “Tinha que jogar sério contra os integralistas, era uma competição contra os integralistas, era natação, futebol, vôlei, corrida e não sei mais o quê. No futebol ganhamos, no vôlei ganhamos, na natação ganhamos, graças a um companheiro que era campeão de natação.”⁵⁸⁷

Flores da Cunha conseguiu uma espada de madeira para fazer esgrima, provavelmente com outros presos integralistas.⁵⁸⁸

Os eventos promovidos na ilha eram pelos mais variados motivos. Noé Gertel lembrava-se de quando o diretor quis fazer uma cerimônia de hasteamento da bandeira, em 1943, por ocasião do 7 de Setembro ou 15 de Novembro e chamou os presos para participar. Mas ele chamou tanto os presos comunistas quanto os presos integralistas. Quando Marighella, que era o presidente do coletivo na época, viu que ia ter que dividir espaço com os integralistas, mandou todos voltarem para o alojamento e se retirou da cerimônia, pois não achava certo confraternizar com os fascistas. Segundo Noé, o diretor preferiu os comunistas aos integralistas, pois, para que os primeiros voltassem, expulsou os fascistas.⁵⁸⁹

Gregório Bezerra, disse que o coletivo organizou dois almoços com os companheiros na ilha. O primeiro, na época da CNOP, foi um almoço de

⁵⁸³ BASBAUM, op. cit, p.137.

⁵⁸⁴ MELO, op. cit, p.26; NOVA & NÓVOA, op. cit, p.425.

⁵⁸⁵ APERJ. DESPS. Prontuários. Notação 454 – Cunha, José Antônio Flores da (1929-1938).

⁵⁸⁶ NOVA & NÓVOA, op. cit, p.426.

⁵⁸⁷ SILVA JÚNIOR, op. cit, p.391. (Depoimento de Noé Gertel.)

⁵⁸⁸ APERJ. DESPS. Prontuários. Notação 454 – Cunha, José Antônio Flores da (1929-1938).

⁵⁸⁹ NOVA & NÓVOA, op. cit, pp.428-429.

confraternização partidária com pessoas de dentro e de fora da prisão, em que eles pretendiam discutir sobre os rumos do partido⁵⁹⁰. E outra vez foi uma festa natalina, também com militantes de dentro e de fora, além da família. A festa natalina tinha também o objetivo de juntar dinheiro para o coletivo.

Foi um êxito total, porque não só atingimos nossos objetivos como entramos em contato com pessoas do povo que, entusiasmadas conosco, passaram a fazer campanha pela anistia para os presos políticos e de ajuda aos expedicionários brasileiros que lutavam bravamente nos campos de batalha da Itália fascista.⁵⁹¹

Eles também organizavam peças de teatro, faziam o roteiro, organizavam a banda, ensaiavam, e apresentavam para o coletivo.⁵⁹² O médico Sardinha explica bem porque essas atividades de lazer eram importantes para os presos:

Para os presos políticos internados na Colônia, o dia da libertação (na dependência da revisão de seus processos) era sempre uma incógnita. Procuravam sempre um passatempo para amenizar a solidão do cárcere. Vi ali médicos, engenheiros e militares cultivando hortas. Outros faziam gaiolas para passarinhos que compravam ou apanhavam eles mesmos nas matas da ilha e outros, ainda, reproduzindo a paisagem em suas telas. De tudo, o que mais me impressionava eram os dias de visita. Quanta alegria!⁵⁹³

Algumas atividades recreativas são narradas pelo Dr. Sardinha, mas não foram comentadas por nenhum preso político. Provavelmente eram práticas apenas dos presos comuns, mas é interessante sabermos quais eram, para ter uma visão mais ampliada das atividades da ilha.

O carnaval era uma festa que mobilizava quase todo o presídio. Desde muito antes eles começavam a organizar tudo, com uma comissão que pedia à direção autorização para fazer a festa do Momo. Depois, reuniam as pessoas que faziam os blocos representantes dos alojamentos, as músicas e as fantasias. Os nomes dos blocos eram sempre originais: Bloco da Saudade, Malandro Arrependido, Bloco dos Inocentes e outros. Como a comissão de organização era também a comissão de segurança, e eles não queriam que nada desse errado para que não houvesse represálias na festa, avisavam aos guardas quais eram as pessoas que diziam que não queriam brincar, porque, geralmente, estas pessoas estavam planejando uma fuga ou pretendiam ficar bebendo no

⁵⁹⁰ BEZERRA, op. cit, p.300.

⁵⁹¹ Ibidem, p.302.

⁵⁹² SILVA JÚNIOR, op. cit, p.195.

⁵⁹³ SARDINHA, op. cit, p.217.

alojamento, o que era proibido. A festa era apenas no domingo e na terça de carnaval, e nos outros dias era trabalho normal. Os presos saiam dos limites do presídio e andavam por toda a vila do Abraão, com fantasias feitas do material que tinham. Os moradores sempre ficavam vendo os blocos passarem.⁵⁹⁴

Havia também a jogatina, que era proibida, já que muitos tinham sido presos justamente por contravenções como a do jogo ilícito. O mais comum era o “Ronda”, porque era um jogo que precisava de menos cartas e era mais fácil de esconder. Os detentos faziam as cartas com carteiras de cigarro, lápis e tintas feitas com papel de cor, usando moldes. Para despistar os guardas, sempre tinha um encarregado de distraí-los – com uma música, por exemplo, ou ficava alguém tomando conta para avisar quando um guarda chegasse. Os presos apostavam tudo que podiam, como as roupas de cama, as botas e até as próprias roupas.⁵⁹⁵

3.3.17 Relação com os presos comuns

Procuramos ao longo do texto fazer as devidas relações entre os presos políticos e os presos comuns. Percebemos que existia sim uma diferença entre eles, no tratamento, nos trabalhos exercidos, no que uns podiam e outros não. Porém, temos ainda algumas considerações a fazer.

Inicialmente, os presos políticos e os presos comuns dividiam o mesmo alojamento, que era um galpão grande, com espaço para muita gente. Os próprios guardas exigiam que houvesse uma parte pra os presos comuns e outra para os presos políticos.⁵⁹⁶ Também de noite, quando ficavam todos conversando, de um lado se concentrava o grupo de aliancistas e de outro o grupo dos presos comuns.⁵⁹⁷ Graciliano Ramos preferia ficar do lado dos presos comuns do que dos presos políticos.⁵⁹⁸

Porém, a proximidade com os presos comuns desagradou muito aos presos políticos. Todas as memórias falaram mal dos presos comuns, principalmente da tão odiada pederastia. Basbaum narrou uma noite em que ouviu alguns presos imobilizarem outro, que foi abusado sob ameaça de morte, mas que não houve nenhuma providência, porque ninguém ousou contar ao diretor.⁵⁹⁹ Em relação à pederastia, Graciliano Ramos escreveu que, se fosse perguntado a ele se ele era pederasta, como parecia constar no

⁵⁹⁴ Ibidem, pp.97-99.

⁵⁹⁵ Ibidem, pp.65-66.

⁵⁹⁶ BASBAUM, op. cit, p.133.

⁵⁹⁷ LIMA, op. cit, p.166.

⁵⁹⁸ RAMOS, op. cit, p.65.

⁵⁹⁹ BASBAUM, op. cit, p.133.

questionário da CCDR, ele ficaria muito ofendido.⁶⁰⁰ “Sentia-me num enxurro, nivelava-me a ladrões, vagabundos, malandros, escórias das favelas, reduzidas a apanhar no chão pontas de cigarro, e, apesar de tudo, achava impossível dizerem-me tal coisa.”⁶⁰¹ Heitor Ferreira Lima dizia que, além de pederastas, os presos comuns eram sujos.⁶⁰²

Nos anos 1940 não existem muitos relatos de presos comuns, provavelmente porque eles ficavam em alojamentos separados dos presos políticos e faziam outros trabalhos, que os comuns não faziam. Houve apenas a polêmica da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial e o apoio do PCB ao governo varguista, mas não cremos que seja o caso dos presos políticos se sentirem rebaixados por fazerem os trabalhos dos presos comuns, mas sim um cuidado para não haver desmobilização.

Oficialmente, havia uma diretriz defendida por Lemos Britto de que o preso político e o preso comum deveriam ser tratados de forma diferente, porque o preso político estava lá apenas porque era considerado um perigo à ordem pública e social, mas o preso comum deveria corrigir-se.⁶⁰³ Sardinha também afirma que a direção fazia o que fosse possível para manter os presos políticos separados dos presos comuns, para proteger os presos políticos de violências e até mesmo assassinatos.⁶⁰⁴ Porém, acreditamos, junto com Regina Célia Pedroso, que isso era apenas um discurso oficial, mas que na prática não existia uma preocupação real em manter os presos políticos separados dos presos comuns. Este fato contribuía para que os presos políticos acreditassem que não mereciam qualquer tratamento especial.⁶⁰⁵ Podemos reforçar essa hipótese através da afirmação de Goffman de que conviver com grupos indesejáveis é uma forma de contaminação, de perceber que não existe privacidade do indivíduo.⁶⁰⁶ Parece-nos mais acertado afirmar que a separação era em grande medida uma decorrência da posição dos presos políticos, defendida coletivamente junto à direção da prisão, através de protestos e acordos. Apenas Graciliano Ramos demonstrou que aprendeu um pouco com essa convivência forçada, todos os outros se mantiveram fechados à possibilidade de conhecer pessoas que, apesar de presas por terem sido condenadas por delitos comuns, representavam parcelas do proletariado ou destas

⁶⁰⁰ RAMOS, op. cit, p.89.

⁶⁰¹ Ibidem, p.90.

⁶⁰² LIMA, op. cit, p.168.

⁶⁰³ Processo 955/43, p.1 AHN. Fundo MJNI. Série Gabinete do Ministro. II1-1399. apud SANTOS, op. cit, p.276.

⁶⁰⁴ SARDINHA, op. cit, p.217.

⁶⁰⁵ PEDROSO, op. cit, p.7.

⁶⁰⁶ GOFFMAN, op. cit, p.35.

tinham saído. E era em nome do proletariado que muitos dos revolucionários ali recolhidos pretendiam fazer a revolução.

CONCLUSÃO

O principal objetivo do presente trabalho era mapear o cotidiano dos presos comunistas na prisão da Ilha Grande, principalmente através dos livros de memórias dos militantes comunistas da época. Para isso, era necessário entendermos em que contexto político se inseria a prisão na Era Vargas. Sabemos que, ao mesmo passo em que se construía um consenso, de políticas trabalhistas, propagandas e eventos financiados pelo governo, também havia uma forte repressão, baseada em um aparato militar bem estruturado e que tinha como principal figura emblemática o chefe de polícia do Distrito Federal Filinto Muller. Porém, seria ingenuidade acreditar que todos os crimes cometidos ao longo desses anos fossem obra única e exclusivamente de Muller, sem qualquer relação com a política empreendida pelo governo Vargas. Percebemos que, para que a política trabalhista fosse bem sucedida, era extremamente necessário que a política repressiva fizesse o seu papel de excluir as pessoas contrárias ao regime.

Esperamos que um ponto que veio a tona ao longo da pesquisa possa contribuir para este debate, bastante caro a nossa historiografia atual. Há quem diga que, mesmo com todas as políticas repressoras, quando o militante de esquerda chegava à prisão, recebia benefícios suficientes para praticamente anular o fato de estar encarcerado. Permissões como o uso de garfos e facas nas refeições, rádio, organizações de palestras, grupos de debate ou educação de presos são interpretados por Jorge Ferreira⁶⁰⁷ como uma expressão de simpatia dos diretores com os presos políticos. Porém, pudemos ver que o menor controle da administração prisional aos presos políticos, ao menos comparado aos presos comuns, não foi simples benevolência dos diretores, mas um processo de muita luta dos membros do coletivo, aliado à flutuação da conjuntura nacional, a partir de 1942, que gerou uma contraditória política de “cooperação” de cooperação entre o PCB e o Governo Vargas num contexto de luta contra o nazi-fascismo.

Segundo Noé Gertel, em entrevista a Edson Silva Junior, “Essa briga pro coletivo ser tratado como governo, isso foi uma briga, greve de fome, briga, muita briga, muito barulho.”⁶⁰⁸ Gregório Bezerra, ao fazer uma comparação entre o presídio de Fernando de Noronha e de Dois Rios, resume a diferença entre a década de 1930 e a década de 1940 quanto às permissividades dos presos:

⁶⁰⁷ FERREIRA, op. cit, p.99.

⁶⁰⁸ SILVA JÚNIOR, op. cit, p.386. (Depoimento de Noé Gertel.)

Em Fernando de Noronha, até certa época, a água que bebíamos, além de ruim, e poluída, provocava-nos uma disenteria constante. Havia ali uma verdadeira nuvem de mosquitos, que não deixava ninguém dormir sossegado. Uma tremenda praga de ratos, lagartixas e sapos, que causava horror a todos nós. A correspondência, além de demorada, era severamente censurada e, o pior de tudo, não tínhamos direito a visitas. Era mínima a solidariedade recebida do continente. Compensavam essa situação os excelentes cajus, mamãos [sic] deliciosos, pinhas (saborosas, mas escassas), bananas e muito peixe.

Na Ilha Grande, a água era excelente; permitia-se visitas para todos os que tivessem família ou pessoas amigas que moravam no então Distrito Federal ou nos estados próximos. Isso já era tudo para nós. Tínhamos banho de mar, no início com hora marcada e sob vigilância dos guardas, mas aos poucos fomos conquistando mais horas e menos controle. Por fim, à medida que os fascistas iam sendo esmagados nos campos de batalha, íamos tomando conta da praia, sem o acompanhamento dos guardas. A situação melhorava dia a dia para nós. Nosso rádio funcionava livremente e grande parte dos guardas ia escutar conosco as notícias radiofônicas; outros vinham saber, no dia seguinte, as que recebíamos à noite.⁶⁰⁹

Embora a política repressora tenha sido maior do que o nosso objeto de pesquisa, algumas trajetórias de militantes já atuantes no campo político da esquerda no Brasil nos ajudam a esclarecer um pouco das relações travadas entre eles, tanto dentro, quanto fora da prisão, e de como essas pessoas se inseriam na luta de oposição, desde apenas conversas com colegas de trabalho, até a militância tradicional em partidos políticos, com comícios ou assembleias. Sabendo um pouco da história de vida de cada militante, fica mais fácil analisarmos suas memórias e, principalmente, seus objetivos ao escrevê-las, visto que, um trabalho de literatura de testemunho sempre tem o objetivo de fazer alguma interpretação nova, diferente de outras literaturas ou mesmo da história oficial.

Com isto, podemos fazer melhor o mapeamento do convívio entre os presos comunistas, tanto entre si, como em relação aos presos integralistas, comuns ou com as direções do presídio. Um ponto que deve ser ressaltado é que desconfianças, impressões negativas ou positivas que já existiam antes da prisão, se mantêm mesmo nesse momento de privações, como foi o encontro de Antonio Maciel Bonfim e Leôncio Basbaum.

Da mesma maneira, pudemos observar que as experiências que os militantes tiveram dentro da prisão foram extremamente importantes para a continuação da

⁶⁰⁹ BEZERRA, op. cit, p.290.

militância deles depois da Era Vargas. Vários militantes, desde os mais experientes até os menos experientes, mostraram a oportunidade que eles tiveram de aprender mais, conhecer outros militantes e tecer estratégias de lutas para quando saíssem da prisão. Quem melhor explicitou isso foi Gregório Bezerra que, enquanto estava preso, teve a oportunidade de conhecer Luís Carlos Prestes, o comunista mais famoso e admirado do Brasil na época, Carlos Marighella, de quem foi companheiro de Assembleia Constituinte depois, e outros dirigentes do PCB, mas vimos isso também em outros relatos, como de Agildo Barata, ou de Noé Gertel.

Acreditamos que mesmo sendo um trabalho limitado pelo tempo e pelos cortes necessários a qualquer pesquisa, esta dissertação possa contribuir para novos questionamentos, não apenas ligados à Ilha Grande, mas também ao regime prisional, tanto na Era Vargas, quanto em outros períodos de nossa história. O tema da repressão policial, da prisão e criminalização da esquerda em nosso país ainda é bastante atual e por isso deve ser debatido incessantemente, independente do corte cronológico. Infelizmente, a ditadura instaurada por Getúlio Vargas e seu grupo político não foi nossa única experiência de “golpe preventivo” contra a temida “ditadura vermelha”, mas independentemente do tempo que passou, continuamos contribuindo academicamente e politicamente “Para que nunca mais se esqueça, para que nunca mais aconteça”.⁶¹⁰

⁶¹⁰ Frase de Dom Evaristo Arns, utilizada pela Comissão da Verdade, instaurada em 2012 para apurar os crimes cometidos pelos militares durante a Ditadura Civil-Militar.

BIBLIOGRAFIA

AARÃO, Daniel. “Estado e trabalhadores: o populismo em questão” IN: *Locus. Revista de História*. v.13, n.2. Juiz de Fora, 2007. (disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/edicoes-anteriores/volume-13-numero-2-jul-dez-2007/>)

ARARIPE, Flamínio. “Entrevista de Roberto das Neves”. *Revista Planeta*, nº 104 (maio/1981). <http://betodasneves.multiply.com/journal/item/35>. Última consulta em 21/01/2013.

BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário (memórias)*. Rio de Janeiro: Ed. Melso. 1962.

BARBOSA, Júlia Monnerat. *Militância política e produção literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): as trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Orientador: Marcelo Badaró Mattos.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. (2ª edição revista)

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979;
2ª edição :Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

BOITO Jr. Armando. “Vargas e a herança populista” In.: *Jornal da UNICAMP*, Universidade Estadual de Campinas, 23 a 27 de agosto de 2004. p. 02.

BOSI, Alfredo. “A escrita do testemunho em *Memórias do Cárcere*”. *Revista Estudos Avançados*. 9(23). 1995.

_____. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV. 2ª edição. 1998.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRETAS, Marcos Luis; COSTA, Marcos; MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá. (ORG.) *História das prisões no Brasil*, volume I. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

CALIL, Gilberto. *O integralismo no Pós-Guerra: A formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília:

Editora da Universidade de Brasília, 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. In: www.fgv.br/cpdoc, último acesso em 06/01/2014.

FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito na história do Brasil” In.: *Reflexões impertinentes*. Rio de Janeiro: Bom Texto Editora, 2005.

FOUCAULT, Michel. “O que é um autor?” IN.: http://fido.rockymedia.net/anthro/foucault_autor.pdf, última consulta em 24/01/2013

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução: Ligia M. Pondè Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Perspectiva: São Paulo, 1961. 7ª edição.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Vértice, 1988.

_____. *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Cadernos do cárcere*, v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2005.

LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARCO, Valeria de. “A literatura de testemunho e a violência de Estado”. *Lua Nova*. nº 62, 2004. pp. 45- 68.

MATTOS, Marcelo Badaró; BARBOSA, Julia Monnerat; MELLO, Marisa. “Memórias da prisão política sob o regime de Vargas”. *Cadernos da AEL* (no prelo)

_____. *Escravos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto Editora, 2009.

_____. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1954)*. Rio de

Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

_____. (org.). *Livros Vermelhos: literatura, trabalhadores e militância no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto; FAPERJ, 2010.

_____. “Qualificando a intervenção: conceitos de Gramsci, análise histórica da sociedade brasileira e projeto político socialista”.

_____. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

_____. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro no início do século*. [Tese]. Niterói, 1991.

MELLO, Marisa Schincariol . “Encarcerando ideias: Graciliano Ramos, Jorge Amado e o realismo socialista (1945-1953)”. IN.: MATTOS, Marcelo Badaró de (org.). *Livros Vermelhos: literatura, trabalhadores e militância no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto; FAPERJ, 2010.

_____. *Como se faz um clássico da literatura brasileira? Análise da consagração literária de Erico Verissimo, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Rachel de Queiroz (1930-2012)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Orientadora: Adriana Facina Gurgel do Amaral.

MELO, Demian Bezerra de. “Considerações sobre o *revisionismo*: notas de pesquisa sobre as tendências atuais da historiografia brasileira.” In.: <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/79T.pdf>, capturado em 26/09/2011.

MELO, Marcelo Mário de. *David Capistrano: entre teias e tocaias*. Recife: A Assembléia (Legislativa do Estado de Pernambuco), 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

_____. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2ª edição revista – Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

NOVA & NÓVOA; Cristine; Jorge (Orgs.). *Carlos Mariguella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PEDROSO, Regina Célia. “Utopias penitenciárias; projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil”. 2003. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina>.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. *A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Orientador: José Sérgio Leite Lopes.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINTO, Heron. *Nos subterrâneos do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Gernival. 1950.

POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio” (Tradução: Dora Rocha Flaksman). *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, volume 2, número 3, 1989, pp.03-15.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio, São Paulo: Record, 1982. 15ª edição; prefácio Nelson Werneck Sodré. 2 volumes.

1ª edição: Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

3ª edição: Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

6ª edição: Livraria Martins Editora, s/d.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil. 1930-1945*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (POPULISMO) SOUZA, Antonia de Abreu. “O conceito gramsciano de ‘revolução passiva’ e o Estado brasileiro.”

SANTOS, Myrian Sepúlveda de. *Os Porões da República. a barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894 – 1945*. Rio de Janeiro. Garamond, 2009

SARDINHA, Hermínio Oupretano. *Memórias de um médico: Ilha Grande*. Rio de Janeiro: Repel, 1969

SELIGMANN – SILVA, Márcio. “Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas”. *Revista de Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, volume 20, número 1, 2008, pp.65-82.

SORÁ, Gustavo. *Brasileiras: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: EDUSP.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos, a face oculta de Marighella*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TARANTELLI, Silvano & MESTRINEL, Reinaldo. “Noé Gertel, da resistência democrática às páginas dos jornais”. *Revista Novos Rumos*. Ano 17, n. 37. 2002 em

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/viewFile/2200/1820>, acesso em 07/01/2013)

THOMPSON, Edward. P., “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’” In.: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2001.

VERÓN, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. Tradução de Alceu Dias Lima ... [et al.].

VIANNA, Marly Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Sites:

<http://graciliano.com.br/site/obra/memorias-do-carcere-1953/>, capturado em 20/01/2013

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2716409/dou-secao-1-18-05-1957-pg-63/pdfView>, capturado em 20/01/2013

http://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo_Editorial_Record, capturado em 21/01/2013.

Fontes:

Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Arquivo Público Estadual do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas.

_____. Delegacia Especial de Segurança Pública e Social.

“Comissão de Inquérito Sobre os Atos Delituosos da Ditadura”. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.